



AUTARQUIA EDUCACIONAL DO VALE DO SÃO
FRANCISCO - AEVSF
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E
SOCIAIS DE PETROLINA – FACAPE
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA



RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL AEVSF/FACAPE 2011 - 2020

**PETROLINA – PE
2021**

DIREÇÃO

PROF. ANTONIO HENRIQUE HABIB CARVALHO
PRESIDENTE DA AEVSF (MANTENEDORA)

DIRETORIA DA FACAPE

JOSÉ ALBERTO GONÇALVES DE MOURA
DIRETORIA EXECUTIVA

IVONY DOURADO SANTOS
DIRETORIA ADMINISTRATIVO/FINANCEIRO

VÂNIA CRISTINA LASÁLVIA
DIRETORIA ACADÊMICA

COORDENAÇÕES DE CURSOS

FLORISVALTO CAVALCANTI DOS SANTOS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

CYNARA LIRA DE CARVALHO SOUZA
CURSO DE CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO

AGNALDO BATISTA DA SILVA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MICHELA D'ARC CAMPOS MOTA
CURSO DE COMÉRCIO EXTERIOR

CARLOS EDUARDO ROMEIRO PINHO
CURSO DE DIREITO

MARIA DO SOCORRO MACEDO COELHO
CURSO DE ECONOMIA

MARIA CELIMAR DA SILVA
CURSO DE GESTÃO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

ANDREA ALICE RODRIGUES SILVA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

CARLOS GONÇALVES DE ANDRADE NETO
PÓS-GRADUAÇÃO

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

PROF. Dr. JOSENILTON NUNES VIEIRA
PRESIDENTE DA CPA

PROF. Dr. RICARDO JOSÉ ROCHA AMORIM
(MEMBRO REPRESENTANTE DOS PROFESSORES)

PROF. Esp. ANDRÉ LUIZ QUEIROZ ANDRADE
(MEMBRO REPRESENTANTE DOS PROFESSORES)

ICARO TEXEIRA AMORIM
(MEMBRO REPRESENTANTE DOS FUNCIONÁRIOS)

PROFa. Ma. ROSIANE ROCHA OLIVEIRA SANTOS
(TÉCNICA PEDAGÓGICA / PESQUISADORA – FACAPE)

JESSICA CALINY LACERDA GOMES
(MEMBRO – REPRESENTANTE DISCENTE)

EMANUELLY GYOVANNA BARBOZA DE SOUZA
(MEMBRO – REPRESENTANTE DISCENTE)

PROF. Dr. MARCELO SILVA DE SOUZA RIBEIRO
(MEMBRO – SOCIEDADE CIVIL)

RUTH DE SOUZA DIAS FERREIRA
(MEMBRO – SOCIEDADE CIVIL)

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AEVSF – Autarquia Educacional do Vale do São Francisco

CA – Centro Acadêmico

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior

CDA – Conselho Deliberativo Autárquico

CEE/PE – Conselho Estadual de Educação de Pernambuco

CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CNE/CES – Conselho Nacional de Educação / Câmara de Ensino Superior

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pesquisa

DCE – Diretório Central de Estudantes

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária

FACAPE – Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

MEC - Ministério da Educação

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PPC – Projeto Pedagógico de Curso

PPI – Projeto Pedagógico Institucional

PROUPE – Programa Universidade para Todos de Pernambuco

SESu – Secretaria de Educação Superior

SINAIS – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Tecnologia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA INSTITUIÇÃO.....	12
3. METODOLOGIA.....	15
4. DIMENSÕES AVALIADAS.....	17
4.1. Plano de Desenvolvimento Institucional.....	17
4.2. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão.....	21
4.2.1 Ensino de graduação.....	21
4.2.2 Coordenadores e docentes dos cursos.....	23
4.2.2.1 Perfil dos coordenadores.....	23
4.2.2.3 Perfil do corpo docente nos cursos da FACAPE.....	24
4.2.2 Ensino de Pós-graduação.....	99
4.2.3 A política de pesquisa na AEVSF/FACAPE.....	100
4.2.4 A política de Extensão na AEVSF/FACAPE.....	101
4.3. A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA AEVSF/FACAPE.....	101
4.4 A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE.....	102
4.5 AS POLÍTICAS DE PESSOAL.....	103
4.6 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO.....	104
4.7 INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	104
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105

1. INTRODUÇÃO

A importância da autoavaliação institucional consiste em criar possibilidades de produção de conhecimentos a respeito de si, problematizando suas próprias realizações em conformidade com as finalidades e objetivos institucionais. Portanto, avaliar a dinâmica de funcionamento de uma organização implica colocar em prática o desejo e a obrigação de identificar as causas dos problemas e dificuldades que se interpõe no itinerário de uma caminhada na qual se almeja consolidar: a) processos formativos de uma comunidade acadêmica com alta consistência teórica e prática; b) elevado nível de consciência dos desafios postos pela realidade socialmente construída na convivência humana; c) ampliar os vínculos com a comunidade externa no contexto de sua inserção social.

Uma autoavaliação implica ainda a capacidade de se submeter ao julgamento quanto à importância de suas produções nos aspectos científico, social e cultural, revelando à sociedade um modo de ser e fazer que justifique sua existência enquanto instituição social. É também a oportunidade para que a instituição como um todo, reveja seus métodos, reavalie seus procedimentos, e crie as condições para o desenvolvimento profissional, no intuito de que tanto as pessoas, como a instituição possam desempenhar um papel de maior relevância no desenvolvimento da sociedade, colocando sempre em destaque os princípios fundamentais da convivência humana: a ética, a solidariedade e o respeito às diferenças. (DIAS SOBRINHO, 1995, 1997, 2001; CREMA 1996).

Considerando sua importância para a produção de autoconhecimento, o que por si, representa uma significativa ação autoformativa, a autoavaliação se constitui um processo contínuo de busca de informações sobre as atividades desenvolvidas pelos diferentes segmentos da comunidade acadêmica que compõe a AEVSF/FACAPE. Nesse processo a IES tem a oportunidade de conhecer melhor suas potencialidades, as fragilidades, corrigir erros e construir uma identidade institucional como ente público fundamental ao desenvolvimento humano a partir do contexto local.

O processo permanente de avaliação interna da instituição tende a despertar o engajamento de sua comunidade acadêmica, o que fortalece o compromisso com uma formação qualificada, apta a enfrentar os desafios contemporâneos do mundo do trabalho. Além disso, desenvolve a capacidade de problematizar a realidade social, econômica política e cultural para intervir positivamente na busca de soluções para os problemas que afetam o equilíbrio da vida em

sociedade. (DOURADO; CATANI, 1999; GOERGEN, 2000; HOUSE, 2000; LEITE, 1996; REQUENA, 1995; RISTOFF, 1999; SANTOS, 1999).

As ideias acima se constituem referência na definição da missão e da visão institucional de uma IES comprometida com a qualidade social da condição humana. Nesse sentido, avaliar implica um aspecto essencial no plano de desenvolvimento da instituição, uma vez que esse processo fornece os indicadores para a condução e redirecionamentos no itinerário da gestão administrativa, acadêmica e pedagógica da IES, no intuito de alcançar níveis elevados de qualidade na consecução dos objetivos e metas estabelecidas no plano diretor.

A AEVSF/FACAPE, por meio desse processo de avaliação, se integra ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e se mostra ao público interno e externo, revelando de modo transparente os percursos e percalços do seu fazer acadêmico no Vale do Submédio São Francisco, de onde contribui com a sua parcela na construção do sistema de ensino superior do Brasil. Nesse sentido, torna público por meio desse documento os resultados de três ciclos avaliativos desenvolvidos entre os anos de 2011 e 2020, compreendendo o acompanhamento da execução de dois planos de desenvolvimento institucional PDI vivenciados de 2011 a 2015, e de 2016 a 2020.

A consolidação deste processo se fez com a contribuição dos vários segmentos da comunidade acadêmica, que em uma dinâmica autorreflexiva avaliou a eficácia do fazer acadêmico em conformidade com a missão proposta por esta instituição. Vale destacar as contribuições de outros processos avaliativos realizados no período anterior a 2011, oportunidade em que foram feitos vários levantamentos e análises sobre a situação desta IES, visando à formulação do PDI proposto para ser vivenciado no período 2011-2015.

A partir destas análises se estabeleceu como umas das metas do referido plano, implantar e consolidar o processo de avaliação interna AEVSF/FACAPE. Para tanto, foi instituída, pela Portaria 07/2011, a Comissão Própria de Avaliação, a qual conduz o processo de avaliação de maneira contínua desde o mês de março de 2011. Ao longo desse ciclo avaliativo a comissão foi modificada conforme a Portaria 040/2012.

Os resultados apresentados neste relatório cumprem mais uma etapa desses três ciclos de avaliação, sendo que o primeiro foi previsto para quatro anos, compreendendo o período 2011 - 2014. Os demais ciclos foram desenvolvidos em três anos compreendendo os períodos de

2015 a 2017 e de 2018 a 2020. Nesses intervalos de tempo a CPA desenvolveu estudos em documentos, aplicou questionários e observou o funcionamento da instituição, tendo uma atuação fundada nos princípios das abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisas em conformidade com o que nos ensina a obra de Bogdan e Biklen (1994).

O presente documento sintetiza os relatórios produzidos ao longo de cada ciclo avaliativo, demonstrando os avanços alcançados pela instituição FACAPE nessa década que compreende 2011-2020. Nesse sentido além de se configurar um documento histórico, consiste também em um ponto de referência para se tomar decisões quanto aos planos para o futuro desta instituição quase cinquentenária, participando do desenvolvimento regional no Vale do São Francisco, o que a faz uma das mais importantes instituições de educação superior situada nesse contexto.

2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA INSTITUIÇÃO

A Autarquia Educacional do Vale do São Francisco – AEVSF foi criada pela lei municipal nº 25/76, de 19 de julho de 1976, com a atribuição precípua de implantar os cursos de Administração e o de Enfermagem médica-cirúrgica e obstétrica. À época, as possibilidades de fazer acontecer com o necessário rigor técnico-científico apontaram à necessidade de postergar a implantação do curso de Enfermagem, ao mesmo tempo em que indicaram um cenário promissor para o curso de Administração.

Tal análise definiu a criação da Faculdade de Administração de Petrolina cuja autorização para funcionamento se deu em primeira instância pela Resolução nº 01/77 de 13 de janeiro de 1977 do Conselho Estadual de Educação – CEE/PE, e a seguir, em nível federal, através do Decreto nº 82.475 de 23 de outubro de 1978, publicado no Diário Oficial da União de 24 de outubro de 1978.

No período de 1977 a 1981 o curso de Administração funcionou nas dependências do Campus da UPE, especificamente na então Faculdade de Formação de Professores de Petrolina – FFPP. A sede própria da Faculdade de Administração de Petrolina foi inaugurada em 1981, instituindo a sigla FACAPE.

O curso de Administração de Empresas foi reconhecido pela Portaria 247/84 de 31 de maio de 1984 do MEC. Em 2002, a FACAPE logrou o reconhecimento do curso de Ciências Contábeis, através do Ato nº 624 de 04 de março de 2002, publicado no Diário Oficial do Estado em 5 de março de 2002.

Na sequência, o contexto de crescimento do mercado regional na área de gestão de empreendimentos de médio e grande porte levou a AEVSF a encaminhar ao Poder Legislativo Municipal projeto de Lei transformando a Faculdade de Administração de Petrolina em Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina, o que foi promulgado pelo Poder Executivo Municipal, em 12 de dezembro de 2002, através de Lei 1.201. Esse Ato possibilitou a expansão do campo de atuação e área de saber da FACAPE, além disso, proporcionou em um momento posterior, a implantação dos cursos de Ciência da Computação, Direito e Economia.

Assim, a FACAPE abriga mais seis outros cursos de bacharelado, além do curso de Administração de Empresas e de Ciências Contábeis, conforme segue: Secretariado Executivo, reconhecido através do Ato nº 2.840 de 4 de agosto de 2003, publicado no Diário Oficial do Estado, em 5 de agosto de 2003; Ciência da Computação, reconhecido através do Ato nº 3.275 de 23 de setembro de 2003, publicado no Diário Oficial do Estado, em 24 de setembro de 2003; Economia, reconhecido através do Ato nº 285 de 24 de janeiro de 2009, aprovado pelo Plenário do Conselho Estadual de Educação em 18 de agosto de 2003, homologado pela Portaria SEDUC nº 5.490 de 11 de setembro de 2003 e publicada no Diário Oficial do Estado, em 18 de setembro de 2003; Turismo, reconhecido através do Ato nº 286 de 27 de julho de 2007, aprovado pelo Plenário do Conselho Estadual de Educação em 03 de novembro de 2003, homologado pela Portaria SEDUC nº 7.848 de 19 de novembro de 2003 e publicada no Diário Oficial do Estado, em 20 de novembro de 2003; Direito, reconhecido através do Ato nº 6.713 de 06 de novembro de 2007, aprovado pelo Plenário do Conselho Estadual de Educação em 17 de agosto de 2004, autorizado pela Portaria SEDUC nº 4.523 de 30 de agosto de 2004 e publicado no Diário Oficial do Estado, em 31 de agosto de 2004; e Comércio Exterior, reconhecido através do Ato nº 69 de 30 de junho de 2009, aprovado pelo Plenário do Conselho Estadual de Educação em 14 de setembro de 2004, autorizado pela Portaria SEDUC nº 5.041 de 27 de setembro de 2004 e publicado no Diário Oficial do Estado, em 28 de setembro de 2004.

Para atender a demanda de formação continuada dos Servidores Públicos da região, em 28 de julho de 2010, foi promulgada a lei 2.283, instituindo a Escola de Formação do Servidor Público de Petrolina – EFSEP. Tal escola, vinculada a AEVSE, tem as diretrizes de I - promover ações educativas, valorizando as experiências e saberes do servidor público em sua prática como cidadão; II - desenvolver uma visão ampla e integrada da Administração Pública junto aos participantes, favorecendo a reflexão e o debate sobre a ética pública, a democracia, a cidadania e a responsabilidade perante a sociedade; III - promover a prospecção e a difusão de novos conhecimentos sobre gestão pública por meio de pesquisas, estudos, estágios, convênios de cooperação, eventos, atividades de extensão, publicações, prestação de serviços e intercâmbio com instituições nacionais e internacionais; IV - proporcionar aos participantes o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à melhoria da qualidade da gestão das políticas públicas; V - difundir entre os participantes o macro conceito de cidadania e ainda despertar o senso crítico sobre as leis, planos, orçamentos, diretrizes que regem o cotidiano do agente público.

Nessa trajetória, a AEVSF/FACAPE e a AEVSF/EFSEP procuram se afirmar no propósito de contribuir com a formação de profissionais aptos a atuarem em instituições públicas e privadas, na gestão de pequenas e médias empresas e em organizações não governamentais, de modo a participar do processo de desenvolvimento regional sustentável.

Missão e visão de futuro

No artigo 5º. do Regimento Interno, a Missão da FACAPE está assim descrita:

Exercer uma ação integrada das atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando à universalização da educação superior de qualidade, à promoção do desenvolvimento das ciências, artes e à formação de cidadãos com visão técnica, científica e humanística, capazes de enfrentar desafios e atender às demandas da sociedade.

Em coerência com o descrito em seu instrumento regulador, a visão de futuro da FACAPE descrita no PDI elaborado para o ser executado no período 2011/2015 atribui prioridade a consolidação da gestão, ética e democrática, efetivada pelo respeito à liberdade e ao senso da autonomia crítica e responsável, implicados numa prática acadêmica que busca a formação de profissionais competentes e cidadãos comprometidos com a transformação das disparidades sociais e da degradação ambiental da região.

3. METODOLOGIA

A Comissão Própria de Avaliação da FACAPE contemplou em sua metodologia de trabalho as Diretrizes propostas pelo SINAES, inicialmente sensibilizando a comunidade acadêmica para a participação no processo de avaliação. Para tanto, seus membros se reuniram no intuito de traçar as diretrizes e procedimentos do processo de avaliação das atividades acadêmicas e administrativas em cada ciclo avaliativo.

O plano de trabalho começou a ser posto em prática ainda no primeiro semestre de 2011, com realização das reuniões entre os membros integrantes da CPA, depois com os Coordenadores de Colegiado dos Cursos oferecido nesta instituição, no sentido de sensibilizá-los para a participação no processo, oferecendo o apoio necessário.

Aos coordenadores foi solicitado que enviassem informações sobre o corpo docente que compõe cada colegiado para que pudesse ser organizado um quadro com o perfil profissional dos professores que atuam em cada colegiado no sentido de identificar as necessidades de cada colegiado, no tocante a este item.

Além disso, discutiu-se com os coordenadores as melhores datas para a realização do seminário de sensibilização dos professores, alunos e funcionários. Na reunião foi sugerido que o seminário acontecesse no início do segundo semestre de 2011. Este foi realizado no dia 08 de agosto do referido ano contando com a presença dos membros da Comissão de Avaliação, de professores e de estudantes representando suas turmas.

Paralelo à organização desse evento, a comissão através de seus membros continuou com o trabalho de levantamento de informações adotando os seguintes procedimentos:

- Levantamentos iniciais sobre a memória das práticas de avaliação institucional da FACAPE.
- Leitura do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da FACAPE, com prazo de vigência para 2006 – 2010, bem como o novo plano em vivência para o período 2011 – 2015;
- Levantamento dos projetos dos cursos oferecidos na FACAPE;
- Leitura dos projetos dos cursos de graduação para avaliação da coerência entre as proposições e a concretização das ações previstas no currículo de cada curso;

- Estudo e discussões sobre os critérios de avaliação docente;
- Levantamento do número de turma e de alunos por professor para a constituição do plano amostral para aplicação dos instrumentos de avaliação do desempenho docente;
- Aplicação dos instrumentos de avaliação dos professores e coordenadores pelos alunos por meio do sistema informatizado;
- Organização do quadro com o perfil do corpo docente de cada curso (esse quadro nos mostra o envolvimento do professor com a pesquisa e a extensão e nos dando indicativos sobre a articulação entre estes três elementos fundamentais ao desenvolvimento de uma cultura universitária, outros aspectos também são visualizados através desse quadro);
- Sistematização e análise dos resultados;
- Comunicação dos resultados parciais durante as jornadas pedagógicas realizadas pela instituição em cada ano, sendo que as contribuições das discussões eram incluídas nos planos de trabalho dos ciclos avaliativos subsequentes.
- Elaboração do relatório considerando os aspectos e dimensões propostas pelo SINAES para serem avaliadas.

4. DIMENSÕES AVALIADAS

4.1. Plano de Desenvolvimento Institucional

A análise do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da FACAPE nos mostra que este documento referencia-se no histórico dos cursos oferecidos pela instituição para enfatizar a sua inserção regional, destacando a importância no cenário econômico e no desenvolvimento social do contexto em que esta atua. Sendo este, o bipolo Petrolina – PE e Juazeiro - BA, municípios situados na divisa dos estados de Pernambuco e Bahia, e que exercem ampla influência nos municípios situados no raio de 250 km, o que implica ser um polo de convergência das expectativas de aproximadamente dois milhões de pessoas.

Vale ressaltar que embora a economia regional tenha como base de sustentação o setor primário através da exploração da agricultura irrigada, a riqueza potencial deste contexto se faz pela dinâmica convergente de atividades diversificadas no campo da pecuária, da mineralogia, da geração de energia, da agroindústria e da prestação de serviços diversos. Portanto, “dentre os programas e projetos prioritários para a região, destacam-se os relacionados à irrigação, turismo, meio ambiente, infraestrutura, geração de empregos e educação”. O que, de certo modo, se constitui as áreas de interesse da FACAPE no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O PDI, elaborado para vigência no período 2006 – 2010, foi substituído por uma nova versão, que acrescenta novos elementos aos objetivos e metas da instituição previstas para alcance no período 2011 – 2015. Na nova versão do PDI é perceptível uma preocupação humanística no Projeto Pedagógico Institucional – PPI / FACAPE. Esta concepção é demonstrada logo na introdução do documento que expressa: a sistematização do PDI; os desejos e as ações concretas a serem realizadas, no intuito de se consolidar como IES de referência local, regional e nacional no seu fazer acadêmico.

A lógica de construção deste projeto fez âncora em dois princípios que devem interconectar as ações desta IES: *formação profissional* que implica o desenvolvimento das competências e habilidades para inserção no mundo do trabalho, radicalizando a concepção humanística que tem como centralidade a compreensão das relações humanas e os compromissos com a cidadania; e a *contextualização*, construída pelo reconhecimento das emergências da realidade social, econômica, cultural e educacional da região e, portanto do lugar no qual se realiza a ação político-pedagógica da FACAPE. (FACAPE, 2011, p. 11).

Em seus princípios filosóficos e técnico-metodológicos inscreve-se a preocupação em se afirmar como IES pública voltada para a formação e o desenvolvimento de talentos profissionais de alta qualificação para atuar no mundo do trabalho, comprometidos com uma ecologia humana pautada em imperativos éticos necessários à preservação da vida no planeta, que subjazem às ideias da cooperação, da participação e da solidariedade entre os povos, classes sociais e etnias. A opção pela adoção destes “princípios revelam o papel social desta IES no sentido de, para além do discurso, contribuir com a superação da pobreza e da miséria que ainda atinge significativa parcela da população regional criando novas possibilidades e alternativas de inclusão social”.

O texto do PDI expressa uma preocupação com a qualidade de vida no lócus onde se desenvolve suas práticas formativas, e afirma que esse propósito nasce com a prática reflexiva proporcionada pela avaliação institucional desenvolvida pela Comissão Própria de Avaliação. No documento assim se escreve:

[...] a FACAPE, ao questionar sua prática acadêmica, ao longo do processo de avaliação interna realizado pela CPA, se dá conta da necessidade de ampliar a percepção sobre o semiárido nordestino, lugar no qual está situada, no intuito de construir e vivenciar um projeto pedagógico contextualizado capaz de reinventar a instituição buscando torná-la aberta à prática da cooperação, da solidariedade e de maior respeito à diversidade.

A percepção da necessidade de oferecer aos que ingressam nesta instituição, uma formação humana e profissional mais próxima da realidade, levou a FACAPE a promover uma reestruturação curricular em seus oito cursos de graduação, dotando estes de uma concepção baseada nos princípios humanistas contidos no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. Esta reestruturação foi aprovada pelo Conselho Estadual de Educação de Pernambuco em 2011. A intenção é inserir esta IES no campo de debates e de produção de conhecimentos sobre as questões que desafiam os entes públicos do Estado, a sociedade civil organizada, as empresas e as ONGs no que diz respeito a “realidade socioambiental e de desenvolvimento econômico de Petrolina e do seu entorno”.

Nesse sentido esta IES se propõe a desenvolver um trabalho acadêmico cujas ações se voltam para a compreensão dos problemas que envolvem a realidade local e se constitui ponto de partida na proposição das políticas globais. Esse propósito está escrito no PDI afirmando um dos pressupostos de sua atuação, coforme o PDI da FACAPE, ao afirmar que a instituição visa:

[...] promover ações corajosas e concretas que interfiram nas políticas públicas municipais exercitadas no campo das ciências aplicadas e sociais – na educação, na cultura e na arte, nos direitos humanos, nas tecnologias da informação e da comunicação e nos procedimentos de gestão. Ações que efetivamente promovam formas de inclusão, com destaque a inclusão política cuja raiz se dá na atribuição do empoderamento às pessoas de modo

a fortalecer o sentido e o significado do coletivo e daí, a prática da solidariedade e da dádiva (FACAPE, 2011, p.9).

Desse modo, a FACAPE contempla em seu PDI a perspectiva de um fazer acadêmico, em que as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão estejam fortemente articuladas e implicadas nas experiências formativas vivenciadas pela comunidade que forma esta IES. Para tanto estabelece como objetivos:

- Contribuir para viabilizar a missão e a visão da FACAPE;
- Formar profissionais de excelência para o mundo do trabalho, implicados no imperativo ético,
- Estabelecer relação indissociável deste PPI com os projetos pedagógicos dos cursos;
- Consolidar, em todas as instâncias da comunidade acadêmica, o processo permanente da autoavaliação, entendida na perspectiva de um fazer reflexivo e crítico sobre a prática individual e coletiva.

Visando o alcance dos objetivos acima especificados, o PDI desta instituição estabelece um conjunto de metas sintonizadas com a concepção dos projetos pedagógicos dos cursos nela oferecidos. Neste sentido prever que a organização do trabalho pedagógico deve se dar na perspectiva crítica e democrática, orientada para a formação de um profissional de excelência, solidário e justo, para tanto, afirma-se no texto do seu PDI que:

[...] o profissional e cidadão que a FACAPE idealiza, requer uma organização do ensino-aprendizagem que possibilite ao mesmo tempo, o convívio de saberes tanto na sala de aula como na pesquisa e extensão; e daí, possibilite a leitura crítica da realidade no contexto regional a partir da análise coletiva da prática social existente, da experiência e dos conhecimentos já adquiridos pelos estudantes com a indispensável mediação do professor (FACAPE, 2011, p.10).

Este propósito requer que a comunidade acadêmica problematize as potencialidades e as necessidades da sociedade, no intuito de fazer emergir projetos comuns que envolva grupo de professores e de estudantes na produção de novos conhecimentos relacionados à convivência humana e aos saberes profissionais. Isso implica uma ressignificação da instituição, a qual orienta a decisão de avaliar práticas cristalizadas ao longo da história da FACAPE, a partir da observação da rotina acadêmica no tocante às práticas de gestão e efetivação do trabalho pedagógico pelos docentes e discentes.

O processo de avaliação se configura com a reestruturação da CPA, bem como a inserção de novos membros na composição da comissão central e a criação de subcomissões para avaliação da evasão, avaliação docente, avaliação dos coordenadores de cursos, avaliação dos serviços, avaliação da infraestrutura e avaliação da gestão. Tais procedimentos contribuíram para identificação das

potencialidades e fragilidades da instituição, mas também consolidar a dinâmica de participação e comprometimento dos diferentes atores institucionais com os objetivos da instituição.

Outra indicação do caráter democrático evidenciado no PDI da FACAPE se configura com a criação dos Núcleos Docentes Estruturantes - NDE dos cursos de graduação, instituídos através da **Resolução N° 01 de 17 de junho de 2010**. Estes se constituem de instâncias colegiadas que se responsabilizam pelo acompanhamento, avaliação e revisão do Projeto Pedagógico do Curso.

O PDI prever ações transparentes no intuito de possibilitar um amplo conhecimento e acompanhamento por parte da comunidade acadêmica desta instituição. Portanto, é um plano ancorado em princípios e expresso em ações claras, com visibilidade suficiente para que a comunidade acompanhe, avalie, e cobre o seu cumprimento.

A comissão reconhece que colocado nestes termos, o PDI como instrumento importante no processo de qualificação da FACAPE, fundamenta-se nos princípios da gestão democrática. No entanto, a consolidação desse processo precisa estar mais visível nas ações cotidianas dos gestores, professores, estudantes e funcionários.

Nas primeiras incursões sobre o caráter participativo nos processos decisórios a CPA percebeu que embora o documento formal do PDI não seja amplamente conhecido pela comunidade acadêmica, está instituída a participação de representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE, a mais importante instância de decisões no âmbito acadêmico da FACAPE, assim como no Conselho Deliberativo Autárquico, instância decisória que envolve a gestão administrativa e acadêmica.

No entanto, para a CPA não parece haver uma prática interativa entre as representações dos segmentos e seus representados, haja vista, não ser perceptível a existência de uma dinâmica organizacional coletiva, configurada em encontros, reuniões técnicas e debates, estas são situações de interações que a CPA considera significativas no processo de formulação das políticas e/ou proposições de caráter coletivo por parte dos professores, dos estudantes ou dos funcionários.

Quanto à efetivação das práticas pedagógicas e administrativas desta instituição, a Comissão percebe certa coerência com os seus objetivos centrais propostos no PDI, considerando a preocupação do grupo gestor em instituir mecanismos de avaliação que possibilita a identificação das dificuldades e potencialidades com vistas implementar planos e projetos acadêmicos para o alcance das metas estabelecidas, por exemplo, “transformar-se em um centro universitário” e posteriormente em universidade. Para tanto, vem regulamentando a política de estímulo à pesquisa e extensão, investindo

na formação acadêmica do corpo docente em nível de mestrado e doutorado, além de atrair novos doutores para a composição do quadro de professores pesquisadores da instituição.

4.2. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão.

No tocante à avaliação dos aspectos relacionados ao ensino de graduação e pós-graduação, a pesquisa e a extensão, este relatório apresenta-se dividido em tópicos obedecendo à sequência mencionada acima, assim discorre sobre a dinâmica da avaliação de cada um dos aspectos a seguir:

4.2.1 Ensino de graduação

No intuito de melhor conhecer as proposições para o ensino de graduação, assim como a dinâmica interativa de seus agentes na configuração das práticas pedagógicas envolvendo docentes, discente e a gestão da instituição, a CPA procedeu ao levantamento de informações levando em consideração às Diretrizes estabelecidas pelos SINAES, publicado em fevereiro de 2012, o qual orienta as avaliações no sentido de perceber as questões abaixo descritas:

Nesse aspecto observou-se que os projetos pedagógicos dos cursos da FACAPE estão em consonância com o que estabelece as diretrizes curriculares para cada um dos cursos oferecidos por esta instituição. Entretanto, em relação ao **contexto educacional**, se observou que há necessidade de um esclarecimento mais detalhado, no PPC de cada um dos cursos oferecidos por esta IES, sobre o contexto socioeducacional e as demandas existentes no âmbito local, global e temporal que justifique a existência do curso e sua importância na formação de profissionais e cidadãos críticos e conscientes dos problemas de natureza social, econômicas e cultural das populações que demandam seus saberes profissionais, especialmente, as pessoas que vivem no contexto semiárido do Sertão do São Francisco.

As ementas foram atualizadas visando atender ao novo perfil do egresso estabelecido nas diretrizes curriculares nacionais, embora o perfil do egresso não esteja claramente definido nos respectivos projetos. Observa-se que foi dada ênfase a uma perspectiva técnica aos cursos, o que de certa forma distancia de algumas das diretrizes estabelecidas para alguns dos cursos oferecidos na FACAPE.

Nas **políticas institucionais no âmbito do curso** – observou-se que as políticas institucionais de ensino, de extensão e de pesquisa são mencionadas, na formalização dos documentos da IES, como princípios indissociáveis na formação do graduando, entretanto, a extensão e a pesquisa ainda não estão plenamente consolidadas na prática pedagógica desenvolvida no âmbito dos cursos de graduação desta instituição. Sugere-se o estabelecimento de políticas efetivas de estímulo ao desenvolvimento da extensão e da pesquisa de modo articulado com o ensino.

Essa é sem dúvida um dos pontos mais problemáticos que é um ensino que prioriza pouco a pesquisa, se mostrando um ensino ainda muito tradicional no aspecto da relação professor/aluno, uma vez que não há evidências de práticas interdisciplinares no trabalho pedagógico desenvolvido na instituição.

Em relação aos objetivos do curso, se observou que em alguns casos não apresentam suficiente coerência, com perfil profissional do egresso, estrutura curricular e contexto educacional. Portanto, recomenda-se ao Núcleo Docente Estruturante – NDE, que seja feito uma revisão dos objetivos dos cursos de modo que possa expressar com coerência toda a estrutura interna externa do projeto do curso.

Quanto ao **perfil profissional do egresso** dos cursos avaliou-se que este está em conformidade com as diretrizes nacionais para os cursos de graduação oferecidos na AEVSF/FACAPE de maneira suficiente, entretanto, é necessário deixar mais claro a inserção no contexto social.

A **estrutura curricular** dos cursos da AEVSF/FACAPE contempla os aspectos: flexibilidade, interdisciplinaridade, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática. Entretanto, há ainda entre os elementos acima descritos a necessidade de serem efetivados no cotidiano das atividades acadêmicas, por exemplo, a interdisciplinaridade. Neste caso, a CPA sugere que haja uma dinâmica de reunião e encontros pedagógicos mais frequentes, com a finalidade conceber e executar projetos coletivos voltados para o alcance da interdisciplinaridade. Quanto à flexibilidade, é observada a quebra dos pré-requisitos para que o aluno curse uma determinada disciplina, isso faz com que o percurso do aluno no curso não seja engessado, retardando a conclusão. Isto é visto como um dos pontos positivos da estrutura curricular dos cursos da AEVSF/FACAPE.

Os **conteúdos curriculares** dos cursos previstos/implantados possibilitam, de maneira suficiente, o desenvolvimento do perfil profissional do egresso considerando os aspectos: atualização, adequação das cargas horárias (em horas) e adequação da bibliografia.

Quanto à **metodologia**, a CPA verificou que as atividades pedagógicas não estão descritas com suficiente clareza no PPC. Portanto, sugere uma revisão no PPC de todos os cursos no sentido de que este documento possa servir de fato como um instrumento norteador nas ações pedagógicas dos cursos.

O **Estágio curricular supervisionado** está previsto/implantado, regulamentado/institucionalizado, de maneira suficiente, considerando, com carga horária, previsão/existência de convênios, formas de apresentação, orientação, supervisão e coordenação em todos os cursos. Nesse aspecto, a CPA recomenda que cada curso tenha a sua regulamentação específica, uma vez que há uma regulamentação geral da IES para todos.

As **atividades complementares** estão regulamentadas/ institucionalizadas, de maneira suficiente, considerando os aspectos: carga horária, diversidade de atividades e formas de aproveitamento.

O **trabalho de conclusão de curso (TCC)** está regulamentado/institucionalizado, de maneira suficiente, considerando os aspectos: carga horária, formas de apresentação, orientação e coordenação.

Apoio ao discente não está contemplada plenamente, uma vez que não estão previstos os programas de apoio extraclasse e psicopedagógico, de atividades de nivelamento, entretanto há a organização dos estudantes em centros acadêmicos, assim como em políticas de intercâmbios, embora em quantidade muito reduzida. A CPA recomenda que a instituição incremente ações no intuito de contemplar de modo significativo este aspecto.

As **ações acadêmico-administrativas**, em decorrência das autoavaliações e das avaliações externas (avaliação de curso, ENADE, CPC e outras), no âmbito do curso, estão previstas/implantadas de maneira suficiente no PPC dos cursos, despertando o debate e busca de soluções para melhorar o desempenho dos cursos desta instituição.

Quanto às **tecnologias de informação e comunicação – TICs – no processo ensino-aprendizagem** - permitem executar, de maneira suficiente, o projeto pedagógico do curso. Uma vez que há recursos e materiais específicos para os cursos. A instituição conta com laboratórios de prática para todos os cursos, em sintonia com as novas tecnologias do ensino e outras necessidades do estudante no processo de aprendizagem.

Quanto aos procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem, utilizados nos processos de ensino-aprendizagem atendem, de maneira suficiente, à concepção do curso definida no seu Projeto Pedagógico do Curso – PPC. Entretanto, a CPA considera que há necessidade de novos estudos pedagógicos sobre a questão por parte dos professores.

4.2.2 Coordenadores e docentes dos cursos

Ao avaliar esta dimensão a CPA buscou informações a respeito da formação acadêmica, a experiência e a dedicação dos coordenadores à condução dos cursos. No tocante aos docentes também foi levantado dados que demonstrem o perfil dos professores quanto a sua relação com o curso, a exemplo da formação acadêmica, carga horária dedicada desempenho nas atividades docentes com base na avaliação dos estudantes.

4.2.2.1 Perfil dos coordenadores

A FACAPE conta com um coordenador para cada um de seus cursos, totalizando nove coordenadores, que juntos com os quatro diretores formam o corpo diretivo da instituição. Estes são titulados como profissionais formados nas respectivas áreas dos cursos em que atuam como coordenadores. Quanto nível de formação acadêmica dois são mestres e os demais são especialistas.

Quanto à experiência docente, todos têm mais de cinco anos de experiência no magistério superior, e neste ciclo avaliativo somam mais de dois (2) anos dedicados à gestão acadêmica dos respectivos cursos. Quanto à carga horária, são destinadas 20 (vinte) horas semanais à condução administrativa e pedagógica do curso.

4.2.2.2 Perfil do corpo docente nos cursos da FACAPE

O perfil do corpo docente constituiu sempre um foco de análise da CPA no sentido de compreender e colaborar com o desenvolvimento profissional docente no âmbito desta instituição, por acreditar que esse aspecto é fundamental para o desenvolvimento da FACAPE, enquanto uma agência indutora do progresso regional. Nesta seção do texto é descrito três momentos em que se revela esse perfil considerando área de formação, a vinculação do docente com o curso e a titulação em diferentes momentos, sendo referência a situação no ano de 2011, 2015 e 2018. Além da análise em documentos, procurou estabelecer esse perfil também nos processos de observação em situações cotidianas da atividade docente, assim como a partir da percepção dos estudantes a respeito de seus professores.

Quadro nº 01- Perfil do professores do curso de Administração

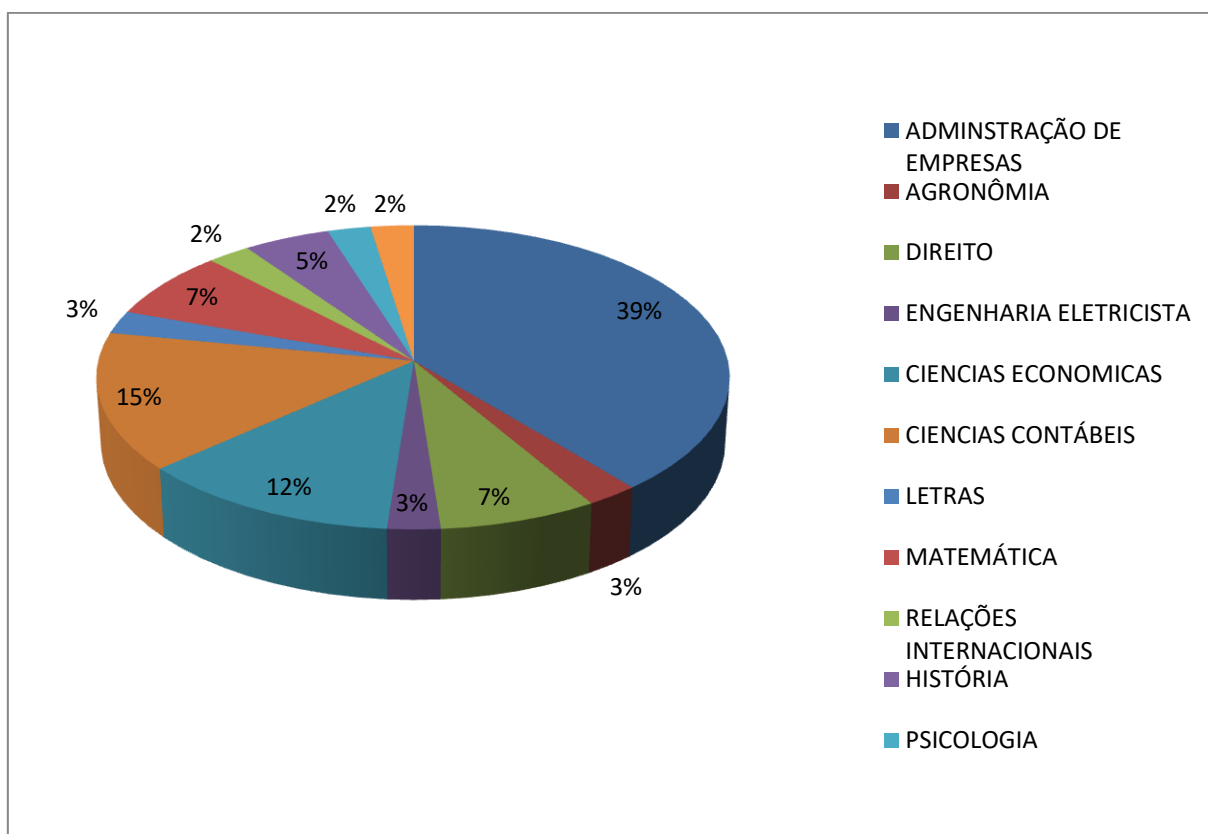
PERFIL DO CORPO DOCENTE POR CURSO - ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS				
Titulação / Área de formação/				
Nome	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
AGNALDO BATISTA DA SILVA	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESA CIÊNCIAS CONTÁBEIS	CONTABILIDADE/ CONTROLADORIA DE DIREITO PUBLICO PRIVADO (EM CURSO)	ECONOMIA	NÃO
ALBERTO DIAS DE MORAES	ENGENHEIRO AGRONOMO	ADMINISTRAÇÃO RURAL	MESTRE EM SOCIOLOGIA	NÃO
ALESSANDRO MENEZES DE BRITO	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESA	NÃO	NÃO	NÃO
ANA PAULA BATISTA DE OLIVEIRA	DIREITO	DIREITO CONSTITUCIONAL	NÃO	NÃO
ANDRE LUIZ QUEIROZ DE ANDRADE	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	NÃO	NÃO	NÃO
ANTONIA MARIA DA SILVA	ENGENHEIRA ELETRICISTA/MATEMÁTICA	PROGRAMA ENSINO DA	NÃO	NÃO

	CA	MATEMÁTICA		
ANTONIO CAVALCANTE DA TRINDADE	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	ENGENHARIA ECONOMICA/ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR	NÃO	NÃO
ANTONIO DE SANTANA PADILHA NETO	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	NÃO	NÃO
ANTONIO HENRIQUE HABIB CARVALHO	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	CONTROLADORIA	NÃO	NÃO
EURICO MENEZES REGIS SERAFIM	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS	NÃO	NÃO
FABIO RODRIGUES MAGALHAES	CIENCIAS CONTÁBEIS	NÃO	NÃO	NÃO
FLORISVALTO CAVALCANTI DOS SANTOS	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	NÃO	NÃO
FRANCISCO DE ASSIS SILVA	LIC. PLENA EM LETRAS	METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR	EDUCAÇÃO	NÃO
GENIVAL FERREIRA DA SILVA	CIÊNCIAS ECONÔMICAS/CIÊNCIAS CONTÁBEIS	DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL		CIÊNCIAS EMPRESARIAIS
GEORGE CABRAL MOURAO	MATEMATICA	NÃO	NÃO	NÃO
GEOVANILDE LIMEIRA DELGADO	CIENCIAS DA HABILITAÇÃO EM MATEMATICA	MATEMATICA	NÃO	NÃO
HELDEMAR DA SILVA CUNHA	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	NÃO	NÃO	NÃO
INACIO LOIOLA DO NASCIMENTO	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	EXECUTIVO EM MARKETING	ECONOMIA (EM ANDAMENTO)	NÃO
IVONY DOURADO DOS SANTOS	DIREITO	NÃO	NÃO	NÃO
JOAO CARLOS H. B. DO NASCIMENTO	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	ESTRATÉGIA EM GESTÃO DE NEGÓCIOS/RECURSOS HUMANOS	NÃO	NÃO
JORGE ANTONIO OLIVEIRA SOUZA	ADMINISTRACAO DE EMPRESA	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	NÃO	NÃO
JOSE AILTON SIQUEIRA DOS SANTOS	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	NÃO	NÃO	NÃO
JOSE ALBERTO GONCALVES DE MOURA	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	AUDITORIA E MENSURAÇÃO CONTÁBIL	NÃO	NÃO
JOSE CARLOS FERREIRA	ENGENHARIA AGRÔNOMICA	DEFENSIVOS AGRÍCOLAS	CIÊNCIAS	NÃO
JOSE CLAUDEMIRO VILACA DE LIMA	LIC. EM HISTÓRIA/BEL. HISTÓRIA	METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR	CIÊNCIA POLÍTICA	NÃO
JOSE NIVALDO DE ARRUDA	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR	GESTÃO DE EMPRESAS (EM ANDAMENTO)	NÃO
KLEBER AVILA RIBEIRO	CIENCIAS ECONOMICA	DOCENCIA DO ENSINO SUPERIOR	NÃO	NÃO
MARCIO ARAUJO SILVA	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	MBA - EXECUTIVO MARKETING	ECONOMIA	NÃO
MARTA CRISTINA CAVALCANTI DIAS LINS				NÃO

MICHELA D ARC CAMPOS MOTA	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	MBA COMÉRCIO	NÃO	NÃO
MIZAEL FELIX DA SILVA NETO	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	ENGENHARIA DA PRODUÇÃO/MBA - EXECUTIVO EM MARKETING	ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL	NÃO
MOACYR MORAIS DE OLIVEIRA FILHO	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	CONTABILIDADE E CONTROLADORIA	ECONOMIA (EM ANDAMENTO)	NÃO
MOISES DINIZ DE ALMEIDA	LIC. PLENA EM HISTÓRIA	PROGRAMA DE ENSINO EM HISTÓRIA/COMUNICAÇÃO PARA A PASTORAL	HISTÓRIA	NÃO
PEDRO JORGE PEREIRA RAMALHO	PSICOLOGIA	MARKETING	GESTÃO DE EMPRESAS	NÃO
PEDRO NORBERTO DE MELO SOUZA	LIC. PLENA EM CIÊNCIAS COM HABIL. EM MATEMÁTICA	PROGRAMAÇÃO DE ENSINO DA MATEMÁTICA	NÃO	NÃO
RAIMUNDO AMERICO SOARES NETTO	DIREITO	NÃO	NÃO	NÃO
RITA REGINA MARQUES COSTA	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	AUDITORIA	NÃO	NÃO
ROMILSON DO CARMO MOREIRA	CIÊNCIAS ECONÔMICAS		ANÁLISE REGIONAL	NÃO
SIMONE MATOS LACERDA LEITE	PEDAGOGIA	PSICOPEDAGOGIA	NÃO	NÃO
WALDENIR SIDNEY FAGUNDES BRITTO	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	ADMINISTRAÇÃO RURAL/DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR	ECONOMIA	NÃO
ZELIA MARIA XAVIER RAMOS	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	CONTABILIDADE E CONTROLADORIA /METODOLOGIA DA PESQUISA NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	GESTÃO EM EDUCAÇÃO (EM ANDAMENTO)	NÃO
ZELIA MARIA XAVIER RAMOS	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	CONTABILIDADE E CONTROLADORIA /METODOLOGIA DA PESQUISA NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	GESTÃO EM EDUCAÇÃO (EM ANDAMENTO)	NÃO

Fonte: Elaborado pela CPA

Gráfico nº 01 – perfil dos professores do curso de administração

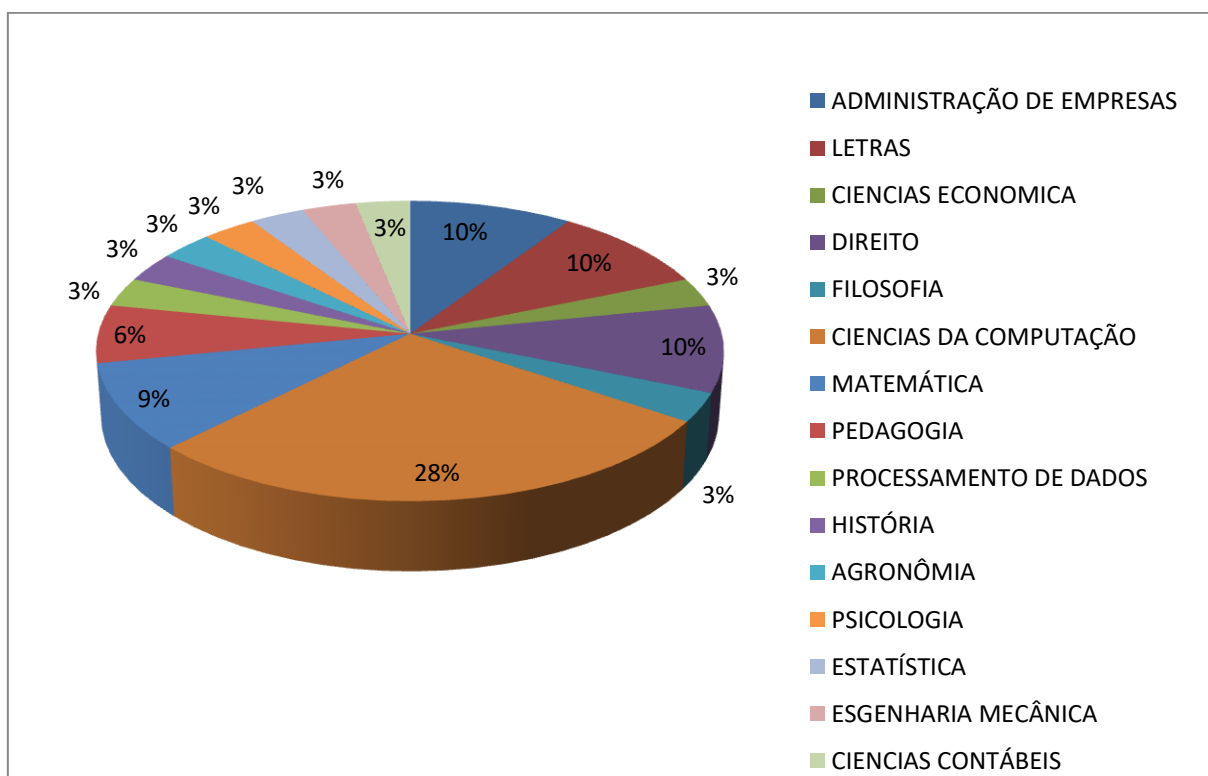


Ciências da Computação

Quadro nº 2 – Perfil do corpo docente de Ciências da Computação

PERFIL DO CORPO DOCENTE POR CURSO - CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO				
Nome	Graduação	Titulação / Área de formação/		
		Especialização	Mestrado	Doutorado
ALIRIO AMORIM NUNES	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	INFORMÁTICA		NÃO
ANTONIO MANOEL ALVES DOS SANTOS	CIÊNCIAS	PROGRAMA DE ENSINO DA MATEMÁTICA	NÃO	NÃO
CALIANE BORGES FERREIRA	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	NÃO	NÃO	NÃO
CARLOS ALBERTO TEIXEIRA BATISTA	CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO	NÃO	NÃO	NÃO
CAROLINA IZIDORO NASCIMENTO MANICOBÁ	DIREITO		DIREITO PROCESSUAL	NÃO
CLEBER MARCELO ALVES DE BARROS	CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO	NÃO	NÃO	NÃO
CYNARA LIRA DE CARVALHO SOUZA	CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO/LIC. PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	ENGENHARIA DE SOFTWARE	NÃO	NÃO
DINANI GOMES AMORIM	CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO	CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO		ELETRÔNICA E INFORMÁTICA
FRANCISCO DE ASSIS SILVA	LIC. PLENA EM LETRAS	METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR	EDUCAÇÃO	NÃO
FRANCISCO JOSAFÁ MOREIRA	DIREITO	DIREITO PRIVADO	NÃO	NÃO

GEORGE CABRAL MOURAO	MATEMATICA	NÃO	NÃO	NÃO
GEOVANILDE LIMEIRA DELGADO	CIÊNCIAS DA HABILITAÇÃO EM MATEMÁTICA	MATEMATICA	NÃO	NÃO
IVANILDO ALVES DE ALMEIDA	PEDAGOGIA		EDUCAÇÃO	NÃO
IZABEL CRISTINA CURACA GONCALVES	LIC. PLENA EM CIÊNCIAS COM HABILITAÇÃO EM MATEMÁTICA	ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL	NÃO	NÃO
JOCELIO DE OLIVEIRA DANTAS PASSOS	PROCESSAMENTO DE DADOS		CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO	NÃO
JOSENILTON NUNES VIEIRA	PEDAGOGIA	SUPERVISÃO EDUCACIONAL	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO
JOSE CLAUDEMIRO VILACA DE LIMA	LIC. EM HISTÓRIA/BEL. HISTÓRIA	METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR	CIÊNCIA POLÍTICA	NÃO
MALAN FAUSTINO RIBEIRO	CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO	NÃO	NÃO	NÃO
MARCOS EDUARDO PEREIRA DE SOUSA	INATIVO			
MARCOS FRANCO BACELAR	DIREITO	DIREITO PRIVADO E PÚBLICO	NÃO	NÃO
MARIA CELIMAR DA SILVA	LIC. EM CIÊNCIAS	INFORMÁTICA EM EDUCAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	NÃO	NÃO
MOACYR MORAIS DE OLIVEIRA FILHO	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	CONTABILIDADE E CONTROLADORIA	ECONOMIA (EM ANDAMENTO)	NÃO
NIVALDO MOREIRA DE OLIVEIRA	ENGENHARIA AGRONÔMICA/LIC. EM FÍSICA	NÃO	NÃO	NÃO
PEDRO JORGE PEREIRA RAMALHO	PSICOLOGIA	MARKETING	GESTÃO DE EMPRESAS	NÃO
PETRONIO SANTOS CAVALCANTI	LIC. EM FILOSOFIA	PROGRAMA DE ENSINO EM HISTÓRIA	NÃO	NÃO
REGINALDO ALVES DOS SANTOS	ESTATISTICA	ENGENHARIA DA QUALIDADE	NÃO	NÃO
RELMA LUCIA PASSOS DE C MUDO	LIC. PLENA EM LETRAS/ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	PROGRAMAÇÃO DO ENSINO DA LÍNGUA INGLESA	LETRAS	NÃO
RICARDO JOSE ROCHA AMORIM	CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO	MBA - EXECUTIVO MARKETING	ENGENHARIA DA PRODUÇÃO	ELETRÔNICA E INFORMÁTICA
ROBERTO TENORIO FIGUEIREDO	CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO	NÃO eng soft	NÃO	NÃO
ROSSANA DE PAULA JUNQUEIRA	CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO	ENGENHARIA DE SOFTWARE	NÃO	NÃO
SERGIO FAUSTINO RIBEIRO	ENGENHARIA ELÉTRICA		INFORMÁTICA	NÃO
THOMAS DE ALMEIDA RABELO	CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO	ENGENHARIA DE SOFTWARE	NÃO	NÃO
VANDERLEY GONDIM	LIC. LETRAS COM HABIL. EM INGLÊS E PORTUGUÊS	INFORMÁTICA EDUCATIVA/ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	NÃO	NÃO
VANIA CRISTINA LASALVIA	ENGENHARIA MECÂNICA		ENGENHARIA ELÉTRICA	NÃO



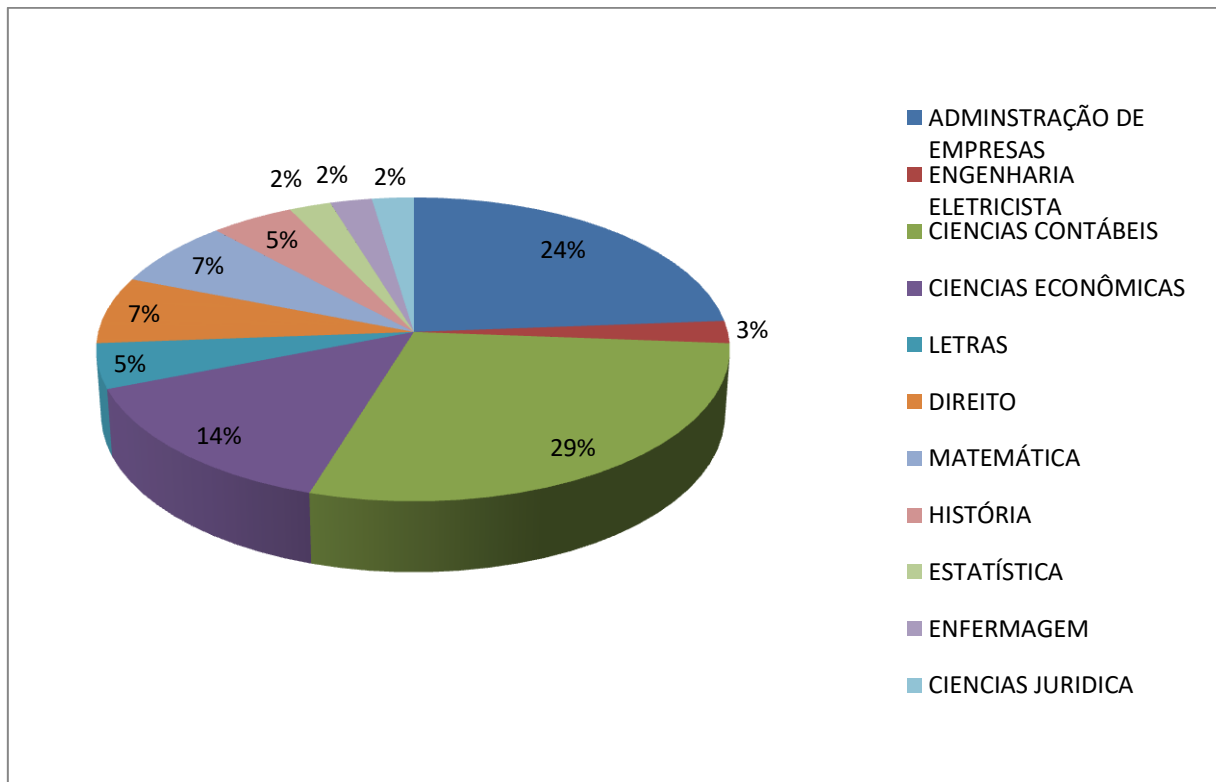
Ciências Contábeis

.RFIL DO CORPO DOCENTE POR CURSO - CIÊNCIAS CONTÁBEIS				
	Titulação / Área de formação/			
Nome	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
AGNALDO BATISTA DA SILVA	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	CONTABILIDADE/CONTROLADORIA DE DIREITO PUBLICO PRIVADO (EM CURSO)	ECONOMIA	NÃO
ANTONIA MARIA DA SILVA	ENGENHEIRA ELETRICISTA/MATEMÁTICA	PROGRAMA ENSINO DA MATEMÁTICA	NÃO	NÃO
ANTONIO CAVALCANTE DA TRINDADE	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	ENGENHARIA ECONOMICA/ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR	NÃO	NÃO
ANTONIO CLAUDIO S. PIRES DE SOUZA	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	GESTÃO DE EMPRESAS (EM ANDAMENTO)	NÃO
ANTONIO F. CORREIA DE MOURA	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	NÃO	NÃO	NÃO
ANTONIO MANOEL ALVES DOS SANTOS	CIÊNCIAS	PROGRAMA ENSINO DA MATEMÁTICA	NÃO	NÃO

CALIANE BORGES FERREIRA	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	NÃO	NÃO	NÃO
CELSO SALES FRANCA	CIENCIAS SOCIAIS	GESTÃO DE NOGOCIOS INTERNACIONAIS	MESTRE EM SOCIOLOGIA	NÃO
CLEMILDA BARRETO ALVES	DIREITO	POLITICAS PUBLICAS E GESTAO DE SERVICO SOCIAL	NÃO	NÃO
EURICO MENEZES REGIS SERAFIM	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS	NÃO	NÃO
FABIO RODRIGUES MAGALHAES	CIENCIAS CONTÁBEIS	NÃO	NÃO	NÃO
FERNANDO JOSE DE HOLANDA NUNES	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	NÃO	NÃO	NÃO
FLORENCIA DOS ANJOS REZENDE				NÃO
FLORISVALTO CAVALCANTI DOS SANTOS	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	NÃO	NÃO
FRANCISCO DE ASSIS SILVA	LIC. PLENA EM LETRAS	METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR	EDUCAÇÃO	NÃO
GABRIEL MOREIRA FILHO	DIREITO	POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS	NÃO	NÃO
GENIVAL FERREIRA DA SILVA	CIÊNCIAS ECONÔMICAS/CIÊNCIAS CONTÁBEIS	DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL		CIÊNCIAS EMPRESARI AIS
GEORGE CABRAL MOURAO	MATEMATICA	NÃO	NÃO	NÃO
GEOVANILDE LIMEIRA DELGADO	CIENCIAS DA HABILITAÇÃO EM MATEMATICA	MATEMATICA	NÃO	NÃO
JOAO CARLOS HIPOLITO BERNARDES DO NASCIMENTO	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	ESTRATÉGIA EM GESTÃO DE NEGÓCIOS/RECURSOS HUMANOS	NÃO	NÃO
JORGE ANTONIO OLIVEIRA SOUZA	ADMINISTRACAO DE EMPRESA	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	NAO	NÃO
JOSAIAS SANTANA DOS SANTOS	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	NÃO	NÃO	NÃO
JOSE AILTON SIQUEIRA DOS SANTOS	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	NÃO	NÃO	NÃO
JOSE ALBERTO GONCALVES DE MOURA	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	AUDITORIA E MENSURAÇÃO CONTÁBIL	NÃO	NÃO
JOSE CLAUDEMIRO VILACA DE LIMA	LIC. EM HISTÓRIA/BEL. HISTÓRIA	METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR	CIÊNCIA POLÍTICA	NÃO
JOSE LUIZ DA SILVA	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	GESTÃO DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS	ECONOMIA	NÃO
LUIS MAGNO SILVA DE MENEZES	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	AUDITORIA E MENSURAÇÃO CONTÁBIL	NÃO	NÃO
MARCIO ARAUJO SILVA	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	MBA - EXECUTIVO MARKETING	ECONOMIA	NÃO
MARIA DO SOCORRO MACEDO COELHO	CIENCIAS ECONOMICA	GESTÃO DE NEGOCIOS INTERNACIONAIS	ECONOMIA	NÃO
MARLONE M. DE ALBUQUERQUE	DIREITO	NÃO	NÃO	NÃO
MIZAEL FELIX DA SILVA NETO	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	ENGENHARIA DA PRODUÇÃO/MBA - EXECUTIVO EM MARKETING	ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMEN TO RURAL	NÃO
MOISES DINIZ DE ALMEIDA	LIC. PLENA EM HISTÓRIA	PROGRAMA DE ENSINO EM HISTÓRIA/COMUNICAÇ ÃO PARA A PASTORAL	HISTÓRIA	NÃO
NIVALDO FERREIRA DOS REIS	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	MBA - CONTROLADORIA	NÃO	NÃO
PEDRO NORBERTO DE MELO SOUZA	LIC. PLENA EM CIÊNCIAS COM HABIL. EM	PROGRAMAÇÃO DE ENSINO DA	NÃO	NÃO

	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA		
REGINALDO ALVES DOS SANTOS	ESTATÍSTICA	ENGENHARIA DA QUALIDADE	NAO	NÃO
RITA REGINA MARQUES COSTA	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	AUDITORIA	NÃO	NÃO
SAYONARA C. DE MARINS NOGUEIRA	LETRAS	PSICOPEDAGOGIA/GESTÃO ESCOLAR	NAO	NÃO
SIMONE MATOS LACERDA LEITE	PEDAGOGIA	PSICOPEDAGOGIA	NÃO	NÃO
THEREZA CHRISTINA DA CUNHA LIMA	LIC. PLENA EM ENFERMAGEM/CIÊNCIAS JURÍDICAS	ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR	SOCIOLOGIA	NÃO
TIAGO DONATO SOBREIRA	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	NÃO	NÃO	NÃO
WALDENIR SIDNEY FAGUNDES BRITTO	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	ADMINISTRAÇÃO RURAL/DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR	ECONOMIA	NÃO
WANIA JAGUARACY DE SENA MEDRADO	DIREITO	DIREITO EMPRESARIAL	NÃO	NÃO
ZELIA MARIA XAVIER RAMOS	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	CONTABILIDADE E CONTROLADORIA/METODOLOGIA DA PESQUISA NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	GESTÃO EM EDUCAÇÃO (EM ANDAMENTO)	NÃO

Ciências Contábeis



COMÉRCIO EXTERIOR

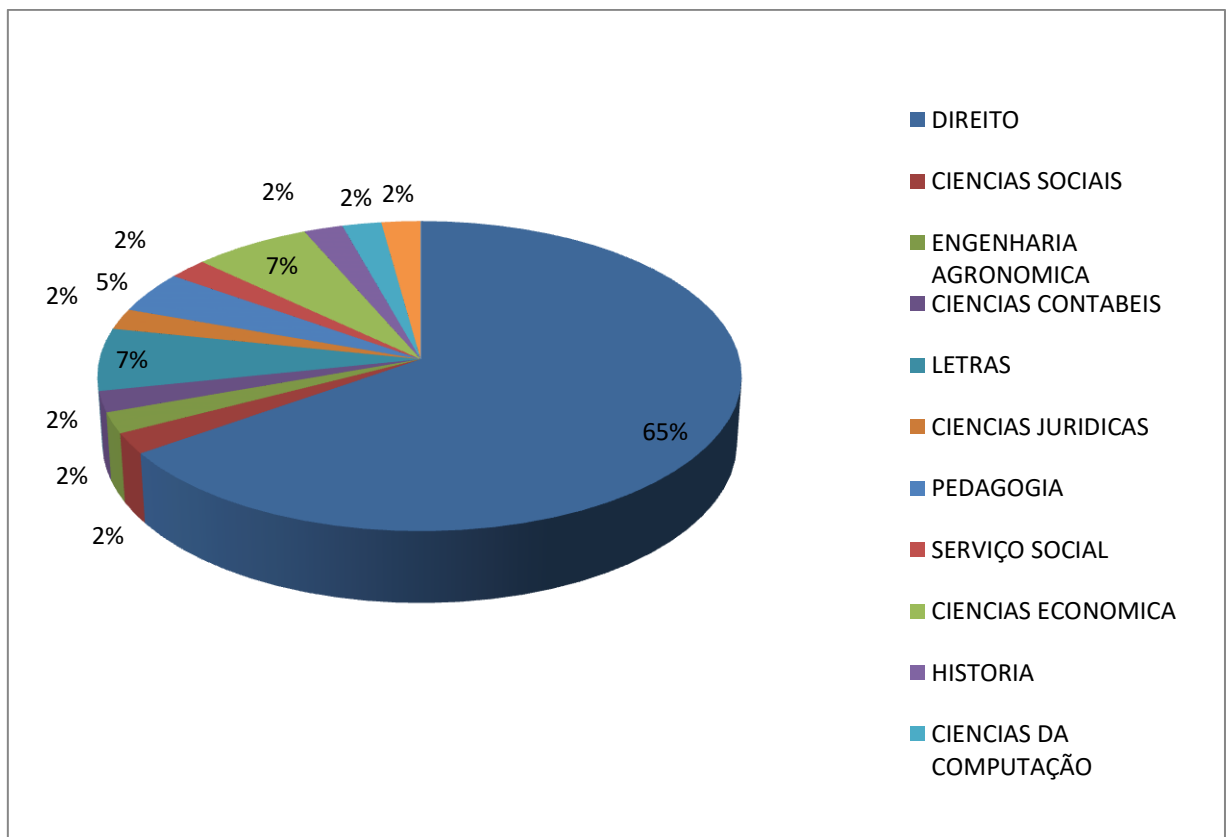
PERFIL DO CORPO DOCENTE POR CURSO - COMÉRCIO EXTERIOR				
Nome	Titulação / Área de formação/			
	Graduação	2Especialização	Mestrado	Doutorado
AGNALDO BATISTA DA SILVA	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESA	CONTABILIDADE/CONTROLOADORIA DE DIREITO PÚBLICO PRIVADO (EM CURSO)	ECONOMIA	NÃO
FRANCISCO DE ASSIS SILVA	LIC. PLENA EM LETRAS	METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR	EDUCAÇÃO	NÃO
ALBERTO DIAS DE MORAES	ENGENHEIRO AGRONOMO	ADMINISTRAÇÃO RURAL	MESTRE EM SOCIOLOGIA	NÃO
ALESSANDRO MENEZES DE BRITO	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESA	NÃO	NÃO	NÃO
ANA PAULA BATISTA DE OLIVEIRA	DIREITO	DIREITO CONSTITUCIONAL	NÃO	NÃO
ANNY ROUSALLYN ARAUJO GOMES	COMUNICAÇÃO SOCIAL	NÃO	NÃO	NÃO
ANTONIO CAVALCANTE TRINDADE	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	ENGENHARIA ECONOMICA/ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR	NÃO	NÃO
ANTONIO CLAUDIO S. PIRES DE SOUZA	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	GESTÃO DE EMPRESAS (EM ANDAMENTO)	NÃO
ANTONIO DE SANTANA PADILHA NETO	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	NÃO	NÃO
ARTUR CARLOS GUERRA CISNEIROS	CIENCIAS ECONOMICAS	EXECUTIVO EM GESTAO DE NEGOCIOS	NÃO	NÃO
BRUNO GUMARAES LIBERAL	CIENCIAS ECONOMICA	NÃO	NÃO	NÃO
CELSO SALES FRANCA	CIENCIAS SOCIAIS	GESTÃO DE NEGOCIOS INTERNACIONAIS	MESTRE EM SOCIOLOGIA	NÃO
CLEMILDA BARRETO ALVES	DIREITO	POLITICAS PUBLICAS E GESTAO DE SERVICO SOCIAL	NÃO	NÃO
DOMINGOS MOREIRA G. FILHO	DIREITO/ADMINISTRAÇÃO/RELAÇÕES INTERNACIONAIS	GESTAO EMPRESARIAL	NÃO	NÃO
FABIO RODRIGUES MAGALHAES	CIENCIAS CONTÁBEIS	NÃO	NÃO	NÃO
FERNANDO JOSE HOLANDA NUNES	CIENCIAS ECONOMICA	NÃO	NÃO	NÃO
GEORGE CABRAL MOURAO	MATEMATICA	NÃO	NÃO	NÃO
GEOVANILDE LIMEIRA DELGADO	CIENCIAS DA HABILITAÇÃO EM MATEMÁTICA	MATEMATICA	NÃO	NÃO
HELDEMAR DA SILVA CUNHA	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	NÃO	NÃO	NÃO
INACIO LOIOLA DO NASCIMENTO	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	EXECUTIVO EM MARKETING	ECONOMIA (EM ANDAMENTO)	NÃO
JORGE ANTONIO OLIVEIRA SOUZA	ADMINISTRACAO DE EMPRESA	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	NÃO	NÃO
KLEBER AVILA RIBEIRO	CIENCIAS ECONOMICA/DOCENCIA DO ENSINO SUPERIOR	NÃO	NÃO	NÃO
MARIA DO SOCORRO MACEDO COELHO	CIENCIAS ECONOMICA	GESTÃO DE NEGOCIOS INTERNACIONAIS	ECONOMIA	NÃO

MARLONE MONTALVÃO DE ALBUQUERQUE	DIREITO	NÃO	NÃO	NÃO
MARTA CRISTINA CAVALCANTI DIAS LINS	ADMINISTRAÇÃO COM HABILITAÇÃO EM COMERCIO EXTERIOR	COMERCIO EXTERIOR	NÃO	NÃO
MICHELA D'ARC CAMPOS MOURA	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	MBA COMERCIO	NÃO	NÃO
PEDRO MACÁRIO DE MOURA	MATEMÁTICA	NÃO	NÃO	NÃO
PETRONIO SANTOS CAVALCANTI	LIC. EM FILOSOFIA	PROGRAMA DE ENSINO EM HISTÓRIA	NÃO	NÃO
REGINALDO ALVES DOS SANTOS	ESTATISTICA	ENGENHARIA DA QUALIDADE	NÃO	NÃO
RELMA LUCIA PASSOS DE C MUDO	LIC. PLENA EM LETRAS/ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	PROGRAMAÇÃO DO ENSINO DA LÍNGUA INGLESA	LETRAS	NÃO
SAYONARA CORDEIRO DE MARTINS NOGUEIRA	LETRAS	PSICOPEDAGOGIA/GESTÃO ESCOLAR	NÃO	NÃO
SEGUNDO BENJAMIN CHAVEZ SALDANA	ENGENHEIRO AGRONOMO	NÃO	NÃO	NÃO
CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO			NÃO	NÃO
LUZIA PIO			NÃO	NÃO
EURICO MENEZES REGIS SERAFIM	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS	NÃO	NÃO
ANTONIA MARIA DA SILVA	ENGENHEIRA ELETRICISTA/MATEMÁTICA	PROGRAMA ENSINO DA MATEMÁTICA	NÃO	NÃO
GLAUCIA REJANE DA COSTA	LIC PLENA EM LETRAS	PROGRAMAÇÃO DE ENSINO EM LÍNGUA PORTUGUESA	LETRAS	NÃO
EDIMILSON CRUZ JUNIOR	INATIVO			NÃO
JORGE MAGALHAES LORDELO	APOSENTADO			NÃO
SERGIO ALBERTO MENEZES BARRETO	TURISMO	ECOTURISMO	CULTURA E TURISMO	NÃO
INACIO LOIOLA DO NASCIMENTO	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	EXECUTIVO EM MARKETING	ECONOMIA (EM ANDAMENTO)	NÃO
FERNANDO JOSE DE HOLANDA NUNES	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	NÃO	NÃO	NÃO
PEDRO NORBERTO DE MELO SOUZA	LIC. PLENA EM CIÊNCIAS COM HABIL. EM MATEMÁTICA	PROGRAMAÇÃO DE ENSINO DA MATEMÁTICA	NÃO	NÃO
WALNEY SOUZA MORAES SARMENTO	DIREITO		CIÊNCIAS HUMANAS	FILOSOFIA
DOUGLAS MAC ARTUR UMBUNZEIRO	DIREITO/ADMINISTRAÇÃO/RELAÇÕES INTERNACIONAIS	GESTÃO EMPRESARIAL	NÃO	NÃO
MARCIO ARAUJO SILVA	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	MBA - EXECUTIVO MARKETING	ECONOMIA	NÃO
ARTUR CARLOS GUERRA CISNEIROS	CIENCIAS ECONOMICAS	EXECUTIVO EM GESTAO DE NEGOCIOS	NÃO	NÃO
MARIA DO SOCORRO DUTRA S. SÁ	INATIVA			NÃO
PEDRO TASSO SOUZA FILHO	INATIVO			NÃO
MICHELA D ARC CAMPOS MOTA	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	MBA COMÉRCIO	NÃO	NÃO
WALDENIR SIDNEY FAGUNDES BRITTO	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	ADMINISTRAÇÃO RURAL/DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR	ECONOMIA	NÃO

DIREITO

PERFIL DO CORPO DOCENTE POR CURSO – DIREITO				
	Titulação / Área de formação/			
Nome	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
ADRIANO LUNA PACHECO	DIREITO	ATUALIDADES DAS CIÊNCIAS JURÍDICAS	NÃO	NÃO
ANA CARLA PEREIRA DA SILVA	DIREITO	NÃO	NÃO	NÃO
ANA PAULA BATISTA DE OLIVEIRA	DIREITO	DIREITO CONSTITUCIONAL	NÃO	NÃO
ANDERSON FREIRE DE SOUZA	DIREITO	NÃO	NÃO	NÃO
ANDRÉ LIMA CERQUEIRA	DIREITO	NÃO	NÃO	NÃO
CARLOS AUGUSTO DA CRUZ				NÃO
CAROLINA IZIDORO N. MANIÇOBA	DIREITO		DIREITO PROCESSUAL	NÃO
CELSON SALES FRANCA	CIÊNCIAS SOCIAIS	GESTÃO DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS	SOCIOLOGIA	NÃO
CHIRLEY VANUYRE VIANNA CORDEIRO	ENGENHEIRIA AGRÔNOMICA/DIREITO	DIREITO PÚBLICO	NÃO	NÃO
CINTHIA PALMEIRA COELHO				NÃO
CLERYSTOM KALBER XAVIER FERNANDES				NÃO
EDSON JOSÉ PACHECO	DIREITO/CIÊNCIAS CONTÁBEIS	NÃO	NÃO	NÃO
ERIKA PASSOS DE CASTRO	DIREITO	DIREITO PÚBLICO	NÃO	NÃO
ERYK SOARES DE ALMEIDA	DIREITO/LETRAS	DIREITO PROCESSUAL	NÃO	NÃO
FABIO GABRIEL BREITENBACH	CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS	NÃO	NÃO	NÃO
FLAVIO JOSE MARTINS VASCONCELOS	DIREITO/PEDAGOGIA	NÃO	NÃO	NÃO
FRANCISCA MARIA T. DE ALBUQUERQUE	LIC. PLENA EM LETRAS	PROGRAMAÇÃO DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA	NÃO	NÃO
FRANCISCO JOSÉ DE ALMEIDA MOREIRA	DIREITO	DIREITO PRIVADO	NÃO	NÃO
GABRIEL MOREIRA FILHO	DIREITO	POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS	NÃO	NÃO
GERALDINE CAVALCANTI LINS	DIREITO	NÃO	NÃO	NÃO
IVANILDO ALVES DE ALMEIDA	PEDAGOGIA		EDUCAÇÃO	NÃO
IVONE OLIVEIRA DE FRANCA	DIREITO/SERVIÇO SOCIAL	NÃO	NÃO	NÃO
IVONY DOURADO DOS SANTOS	DIREITO	NÃO	NÃO	NÃO
JAIZA SAMMARA DE ARAUJO ALVES	DIREITO	DIREITO EMPRESARIAL	NÃO	NÃO
JOSE IVAN GALVAO DA COSTA	DIREITO	NÃO	NÃO	NÃO

KLEBER AVILA RIBEIRO	CIENCIAS ECONOMICA/DOCENCIA DO ENSINO SUPERIOR	NÃO	NAO	NÃO
LARYSSA KARLA DA COSTA F. ROLIM	DIREITO	NÃO	NÃO	NÃO
LEONARDO ELIZEU ALVES	LIC. LETRAS	TEORIAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	NÃO	NÃO
LIANA MELLO DA SILVA	CIÊNCIAS ECONÔMICAS/TURISMO	PLANEJAMENTO E MARKETING TURÍSTICO	NÃO	NÃO
LUIZ EDUARDO GOMES DO NASCIMENTO	DIREITO	DIREITO PÚBLICO	NÃO	NÃO
LUZEMBERG DIAS DOS SANTOS	DIREITO	DIREITO TRIBUTÁRIO	NÃO	NÃO
MANASSES XAVIER DOS SANTOS	DIREITO	NÃO	NÃO	NÃO
MARCIO ALBERTO GOMES SILVA	DIREITO	CIÊNCIAS CRIMINAIS	NÃO	NÃO
MARCOS EDUARDO PEREIRA DE SOUSA				
MARCOS FRANCO BACELAR	DIREITO	DIREITO PRIVADO E PÚBLICO	NÃO	NÃO
MARIA AUXILIADORA ALVES DE SOUZA	LIC. PLENA EM LETRAS/DIREITO	DIREITO PÚBLICO	NÃO	NÃO
MARLONE M. DE ALBUQUERQUE	DIREITO	NÃO	NÃO	NÃO
MARY MONALISA DE CARVALHO COSTA	DIREITO	DIREITO PRIVADO	NÃO	NÃO
MOISES DINIZ DE ALMEIDA	LIC. PLENA EM HISTÓRIA	PROGRAMA DE ENSINO EM HISTÓRIA/COMUNICAÇÃO PARA A PASTORAL	HISTÓRIA	NÃO
NARA SANTOS FONTES	DIREITO	NÃO	NÃO	NÃO
OLGALICE MARQUES DA SILVA				NÃO
PEDRO HENRIQUE M. S. DE SANTANA	DIREITO	NÃO	NÃO	NÃO
RICARDO JOSE ROCHA AMORIM	CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO	MBA - EXECUTIVO MARKETING	ENGENHARIA DA PRODUÇÃO	ELETRÔNICA E INFORMÁTICA
ROMILSON DO CARMO MOREIRA	CIÊNCIAS ECONÔMICAS		ANÁLISE REGIONAL	NÃO
TECIANO CARVALHO ARAUJO	DIREITO	DIREITO PROCESSUAL	NÃO	NÃO
WALNEY SOUZA MORAES SARMENTO	DIREITO		CIÊNCIAS HUMANAS	FILOSOFIA
WANIA JAGUARACY DE SENA MEDRADO	DIREITO	DIREITO EMPRESARIAL	NÃO	NÃO
WANK REMY DE SENA MEDRADO	DIREITO	PREPARAÇÃO À CARREIRA DA MAGISTRATURA	NÃO	NÃO
ZELIA MARIA XAVIER RAMOS	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	CONTABILIDADE E CONTROLADORIA/METODOLOGIA DA PESQUISA NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	GESTÃO EM EDUCAÇÃO (EM ANDAMENTO)	NÃO

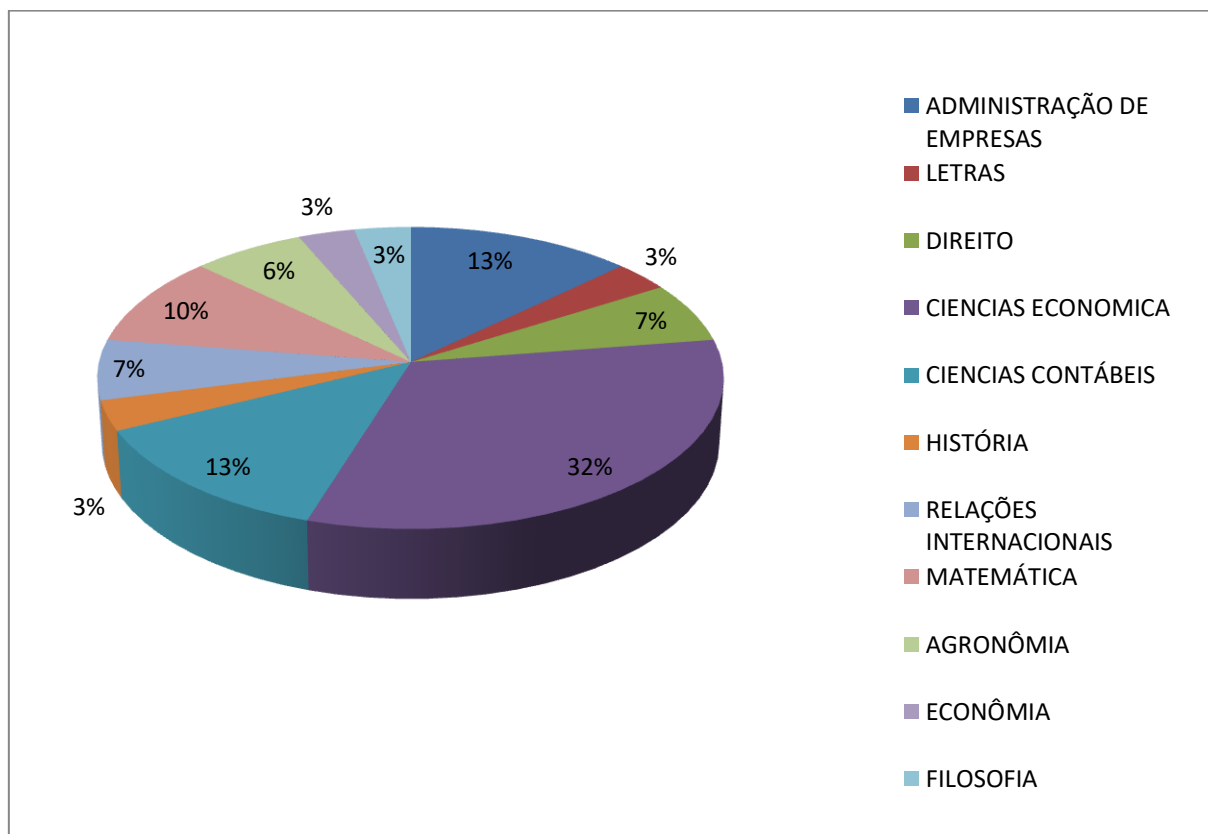
CURSO DE DIREITO

Economia

PERFIL DO CORPO DOCENTE POR CURSO - ECONOMIA				
	Titulação / Área de formação/			
Nome	Graduação	2Especialização	Mestrado	Doutorado
AGNALDO BATISTA DA SILVA	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESA	CONTABILIDADE/ CONTROLADORIA DE DIREITO PUBLICO PRIVADO (EM CURSO)	ECONOMIA	NÃO
ALBERTO DIAS DE MORAES	ENGENHEIRO AGRONOMO	ADMINISTRAÇÃO RURAL	MESTRE EM SOCIOLOGIA	NÃO
ANDRE LUIZ QUEIROZ DE ANDRADE	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	NÃO	NÃO	NÃO
ANTONIA MARIA DA SILVA	ENGENHEIRA ELETRICISTA/MATEMÁTICA	PROGRAMA ENSINO DA MATEMÁTICA	NÃO	NÃO
ANTONIO MANOEL ALVES DOS SANTOS	CIÊNCIAS	PROGRAMA ENSINO DA MATEMÁTICA	NÃO	NÃO
ARTUR CARLOS GUERRA CISNEIROS	CIENCIAS ECONOMICAS	EXECUTIVO EM GESTAO DE NEGOCIOS	NÃO	NÃO
CALIANE BORGES FERREIRA	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	NÃO	NÃO	NÃO
CELSO SALES FRANCA	CIENCIAS SOCIAIS	GESTÃO DE NOGOCIOS INTERNACIONAIS	MESTRE EM SOCIOLOGIA	NÃO
CLAUDIA MARIA LOURENCO DA SILVA	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	NÃO	NÃO	NÃO
CLEMILDA BARRETO ALVES	DIREITO	POLITICAS PUBLICAS E GESTAO DE SERVICO SOCIAL	NÃO	NÃO
DEISE CRISTIANE DO NASCIMENTO	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	NÃO	NÃO
DOMINGOS MOREIRA G. FILHO	DIREITO/ADMINISTRAÇÃO/REL AÇÕES INTERNACIONAIS	GESTAO EMPRESARIAL	NÃO	NÃO
FABIO RODRIGUES MAGALHAES	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	NÃO	NÃO	NÃO
FERNANDO JOSE DE HOLANDA NUNES	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	NÃO	NÃO	NÃO
FRANCISCA MARIA T. DE ALBUQUERQUE	LIC. PLENA EM LETRAS	PROGRAMAÇÃO DO ENSINO DA LINGUA PORTUGUESA	NÃO	NÃO
GEORGE CABRAL MOURAO	MATEMATICA	NÃO	NÃO	NÃO
IZABEL CRISTINA CURACA GONCALVES	LIC. PLENA EM CIÊNCIAS COM HABILITAÇÃO EM MATEMÁTICA	ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL	NÃO	NÃO
JOAO RICARDO FERREIRA DE LIMA	CIÊNCIAS ECONÔMICAS		ECONOMIA	ECONOMIA APLICADA
JORGE ANTONIO OLIVEIRA SOUZA	ADMINISTRACAO DE EMPRESA	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	NAO	NÃO
JOSE ADELSON GONCALVES DE ALMEIDA	ECONOMIA	NÃO	NÃO	NÃO
JOSE AILTON SIQUEIRA DOS SANTOS	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	NÃO	NÃO	NÃO
JOSE ALBERTO	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	AUDITORIA E	NÃO	NÃO

GONCALVES DE MOURA		MENSURAÇÃO CONTÁBIL		
KLEBER AVILA RIBEIRO	CIENCIAS ECONOMICA/DOCENCIA DO ENSINO SUPERIOR	NÃO	NAO	NÃO
MARCIO ARAUJO SILVA	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	MBA - EXECUTIVO MARKETING	ECONOMIA	NÃO
MARIA DO SOCORRO MACEDO COELHO	CIENCIAS ECONOMICA	GESTÃO DE NEGOCIOS INTERNACIONAIS	ECONOMIA	NÃO
MICHELA D ARC CAMPOS MOTA	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	MBA COMÉRCIO	NÃO	NÃO
PEDRO MACARIO DE MOURA	LIC. EM MATEMÁTICA	NÃO	NÃO	NÃO
PEDRO TASSO DE SOUZA FILHO				NÃO
PETRONIO SANTOS CAVALCANTI	LIC. EM FILOSOFIA	PROGRAMA DE ENSINO EM HISTÓRIA	NÃO	NÃO
ROMILSON DO CARMO MOREIRA	CIÊNCIAS ECONÔMICAS		ANÁLISE REGIONAL	NÃO
WALDENIR SIDNEY FAGUNDES BRITTO	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	ADMINISTRAÇÃO RURAL/DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR	ECONOMIA	NÃO
WANIA JAGUARACY DE SENA MEDRADO	DIREITO	DIREITO EMPRESARIAL	NÃO	NÃO

CURSO ECONOMIA

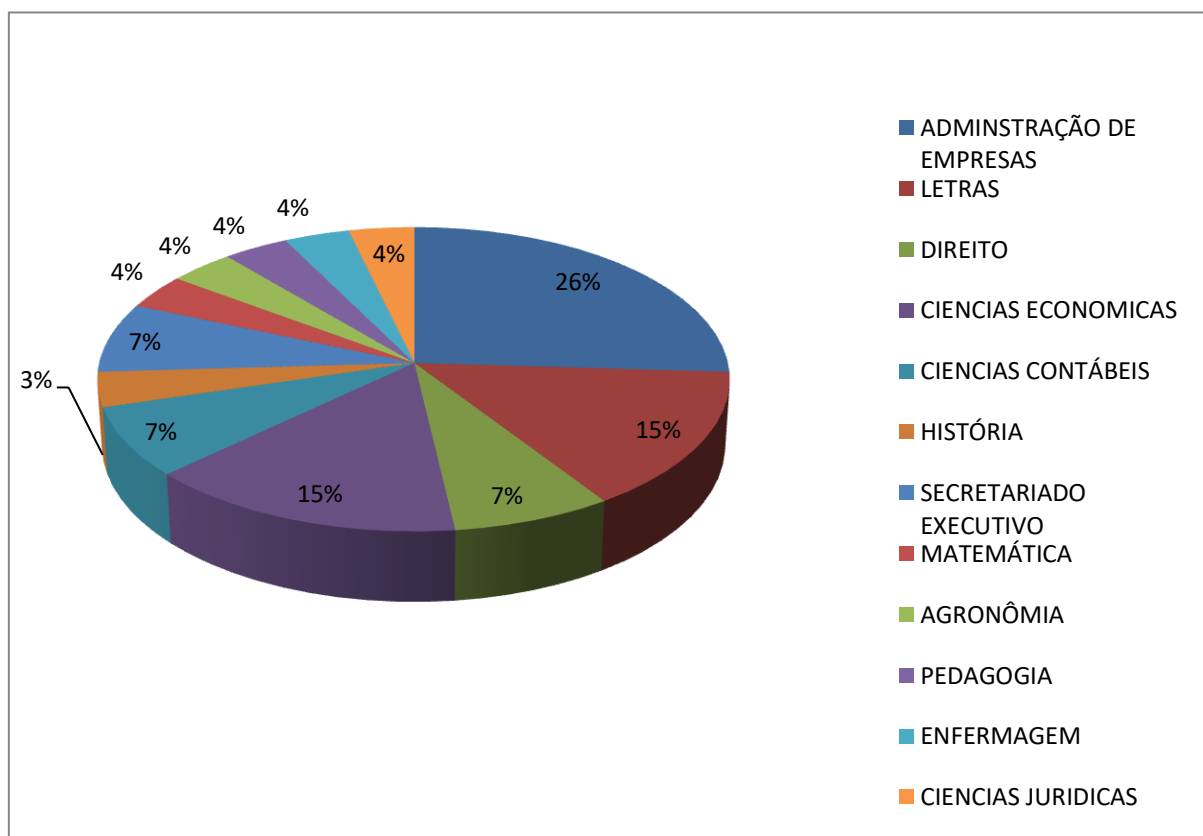


SECRETARIADO EXECUTIVO

PERFIL DO CORPO DOCENTE POR CURSO - SECRETARIADO EXECUTIVO				
	Titulação / Área de formação/			
Nome	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
AGNALDO BATISTA DA SILVA	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	CONTABILIDADE/ CONTROLADORIA DE DIREITO PUBLICO PRIVADO (EM CURSO)	ECONOMIA	NÃO
ALESSANDRO MENEZES DE BRITO	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS		NÃO	NÃO
ALUISIO FERREIRA GOMES	LETRAS	LETRAS E COMUNICAÇÃO SOCIAL	NÃO	NÃO
ARTUR CARLOS GUERRA CISNEIROS	CIENCIAS ECONOMICAS	EXECUTIVO EM GESTAO DE NEGOCIOS	NÃO	NÃO
CALIANE BORGES FERREIRA	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	NÃO	NÃO	NÃO
CLAUDIA MARIA LOURENCO DA SILVA	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	NÃO	NÃO	NÃO
CLEMILDA BARRETO ALVES	DIREITO	POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTAO DE SERVICO SOCIAL	NÃO	NÃO
DEISE CRISTIANE DO NASCIMENTO	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	NÃO	NÃO
FABIO RODRIGUES MAGALHAES	CIENCIAS CONTÁBEIS	NÃO	NÃO	NÃO
FLORENCIA DOS ANJOS REZENDE				NÃO
FLORISVALTO CAVALCANTI DOS SANTOS	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	NÃO	NÃO
FRANCISCA MARIA T. DE ALBUQUERQUE	LIC. PLENA EM LETRAS	PROGRAMAÇÃO DO ENSINO DA LINGUA PORTUGUESA	NÃO	NÃO
GABRIEL MOREIRA FILHO	DIREITO	POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS	NÃO	NÃO
GLAUCIA REJANE DA COSTA	LIC PLENA EM LETRAS	PROGRAMAÇÃO DE ENSINO EM LÍNGUA PORTUGUESA	LETRAS	NÃO
INACIO LOIOLA DO NASCIMENTO	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	EXECUTIVO EM MARKETING	ECONOMIA (EM ANDAMENTO)	NÃO
JOSE CLAUDEMIRO VILACA DE LIMA	LIC. EM HISTÓRIA/BEL. HISTÓRIA	METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR	CIÊNCIA POLÍTICA	NÃO
JOSE EDENEVALDO ALVES	SECRETARIADO EXECUTIVO	NÃO	NÃO	NÃO
LEONARDO ELIZEU ALVES	LIC. LETRAS	TEORIAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	NÃO	NÃO
MAUD HINO BRASIL DE S. M. DE SENA	SECRETARIADO EXECUTIVO	NÃO	NÃO	NÃO

MIZAEEL FELIX DA SILVA NETO	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	ENGENHARIA DA PRODUÇÃO/MBA - EXECUTIVO EM MARKETING	ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL	NÃO
OLGALICE MARQUES DA SILVA				NÃO
PEDRO NORBERTO DE MELO SOUZA	LIC. PLENA EM CIÊNCIAS COM HABIL. EM MATEMÁTICA	PROGRAMAÇÃO DE ENSINO DA MATEMÁTICA	NÃO	NÃO
RELMA LUCIA PASSOS DE C MUDO	LIC. PLENA EM LETRAS/ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	PROGRAMAÇÃO DO ENSINO DA LÍNGUA INGLESA	LETRAS	NÃO
RITA REGINA MARQUES COSTA	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	AUDITORIA	NÃO	NÃO
SEGUNDO BENJAMIN CHAVEZ SALDANA	ENGENHEIRO AGRONOMO	NÃO	NÃO	NÃO
SIMONE MATOS LACERDA LEITE	PEDAGOGIA	PSICOPEDAGOGIA	NÃO	NÃO
THEREZA CHRISTINA DA CUNHA LIMA	LIC. PLENA EM ENFERMAGEM/CIÊNCIAS JURÍDICAS	ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR	SOCIOLOGIA	NÃO
ZELIA MARIA XAVIER RAMOS	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	CONTABILIDADE E CONTROLADORIA /METODOLOGIA DA PESQUISA NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	GESTÃO EM EDUCAÇÃO (EM ANDAMENTO)	NÃO

SECRETARIADO EXECUTIVO

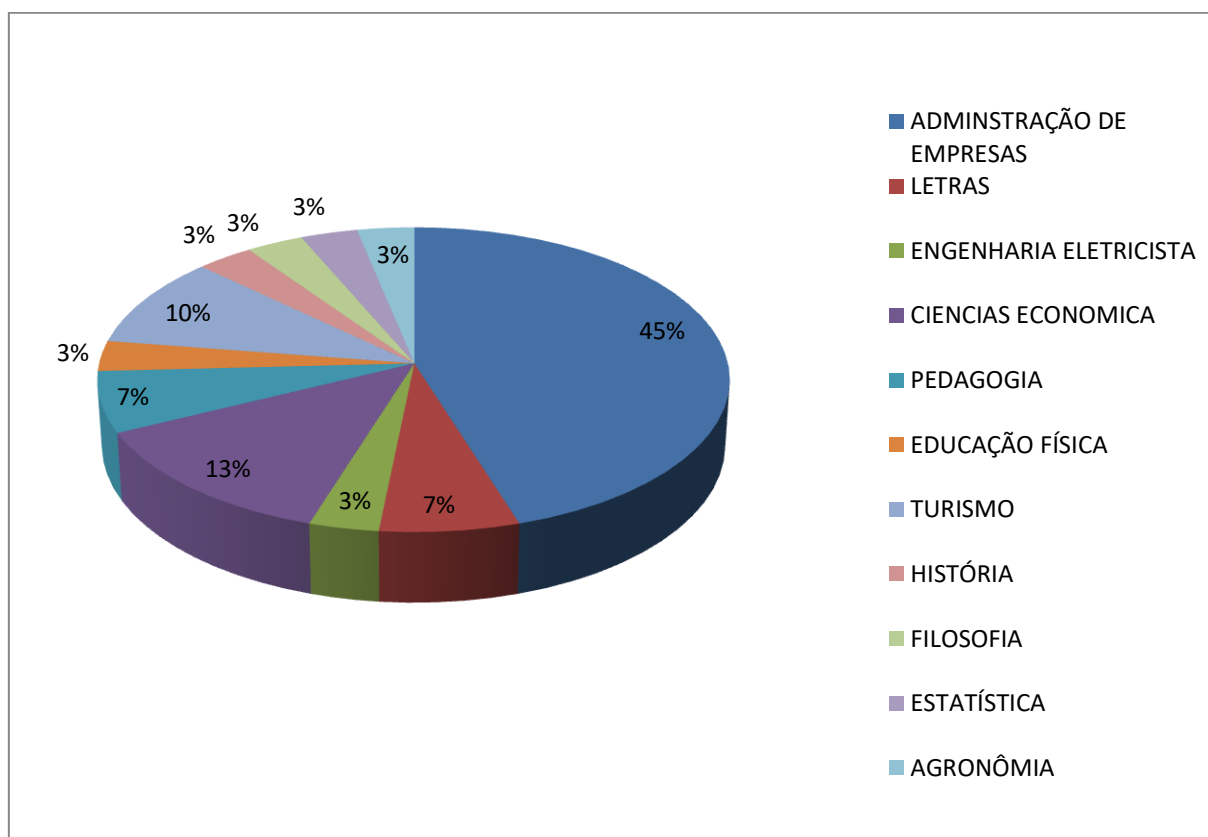


TURISMO

PERFIL DO CORPO DOCENTE POR CURSO - TURISMO				
Nome	Titulação / Área de formação/			
	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
AGNALDO BATISTA DA SILVA	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	CONTABILIDADE/ CONTROLADORIA DE DIREITO PUBLICO PRIVADO (EM CURSO)	ECONOMIA	NÃO
ALESSANDRO MENEZES DE BRITO	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS		NÃO	NÃO
ALESSANDRO MENEZES DE BRITO	LETRAS	LETRAS E COMUNICAÇÃO SOCIAL	NÃO	NÃO
ANDRE LUIZ QUEIROZ DE ANDRADE	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	NÃO	NÃO	NÃO
ANTONIA MARIA DA SILVA	ENGENHEIRA ELETRICISTA/MATEMÁTICA	PROGRAMA ENSINO DA MATEMÁTICA	NÃO	NÃO
ANTONIO CAVALCANTE DA TRINDADE	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	ENGENHARIA ECONOMICA/ADM INISTRAÇÃO HOSPITALAR	NÃO	NÃO
ANTONIO CLAUDIO S. PIRES DE SOUZA	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	GESTÃO DE EMPRESAS (EM ANDAMENTO)	NÃO
ANTONIO DE SANTANA PADILHA NETO	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	NÃO	NÃO
CLAUDIA MARIA LOURENCO DA SILVA	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	NÃO	NÃO	NÃO
GENIVALDO DO NASCIMENTO	LIC. PLENA EM LETRAS HABIL. PORTUGUES	PROGRAMA DE ENSINO EM LÍNGUA PORTUGUESA	EDUCAÇÃO EM PESQUISA	NÃO
HELDEMAR DA SILVA CUNHA	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	NÃO	NÃO	NÃO
INACIO LOIOLA DO NASCIMENTO	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	EXECUTIVO EM MARKETING	ECONOMIA (EM ANDAMENTO)	NÃO
IVANILDO ALVES DE ALMEIDA	PEDAGOGIA		EDUCAÇÃO	NÃO
JASER CAIO ALVES DOS PRAZERES	LIC. EM EDUCAÇÃO FÍSICA	EDUCAÇÃO FÍSICA	NÃO	NÃO
JORGE ANTONIO OLIVEIRA SOUZA	ADMINISTRACAO DE EMPRESA	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	NAO	NÃO
LIANA MELLO DA SILVA	CIÊNCIAS ECONÔMICAS/TURISMO	PLANEJAMENTO E MARKETING TURÍSTICO	NÃO	NÃO
MARIA DO SOCORRO MACEDO COELHO	CIENCIAS ECONOMICA	GESTÃO DE NEGOCIOS INTERNACIONAIS	ECONOMIA	NÃO
MOISES DINIZ DE ALMEIDA	LIC. PLENA EM HISTÓRIA	PROGRAMA DE ENSINO EM HISTÓRIA/COMUN ICAÇÃO PARA A PASTORAL	HISTÓRIA	NÃO
PETRONIO SANTOS CAVALCANTI	LIC. EM FILOSOFIA	PROGRAMA DE ENSINO EM HISTÓRIA	NÃO	NÃO
REGINALDO ALVES DOS SANTOS	ESTATISTICA	ENGENHARIA DA QUALIDADE	NAO	NÃO
RELMA LUCIA PASSOS DE C MUDO	LIC. PLENA EM LETRAS/ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	PROGRAMAÇÃO DO ENSINO DA LÍNGUA INGLESA	LETRAS	NÃO

ROBERTA DUARTE DE OLIVEIRA	TURISMO	MBA - TURISMO, PLANEJAMENTO, GESTÃO E MARKETING	NÃO	NÃO
ROMILSON DO CARMO MOREIRA	CIÊNCIAS ECONÔMICAS		ANÁLISE REGIONAL	NÃO
SEGUNDO BENJAMIN CHAVEZ SALDANA	ENGENHEIRO AGRONOMO	NÃO	NAO	NÃO
SERGIO ALBERTO MENEZES BARRETO	TURISMO	ECOTURISMO	CULTURA E TURISMO	NÃO
SIMONE MATOS LACERDA LEITE	PEDAGOGIA	PSICOPEDAGOGIA	NÃO	NÃO
THEREZA CHRISTINA DA CUNHA LIMA	LIC. PLENA EM ENFERMAGEM/CIÊNCIAS JURÍDICAS	ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR	SOCIOLOGIA	NÃO
WANIA JAGUARACY DE SENA MEDRADO	DIREITO	DIREITO EMPRESARIAL	NÃO	NÃO

CURSO DE TURISMO



A CPA constatou que o quadro docente da FACAPE é constituído por 145 (cento e quarenta e cinco) professores distribuído nos oito cursos oferecidos por esta instituição. Estes tem a formação em nível de graduação razoavelmente heterogênea, apresentando uma maior concentração de docentes com titulação acadêmica nas áreas de Administração, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Direito. As outras se distribuem em menor número nas áreas das Ciências Exatas e Humanas, destacando-se as

formações em Engenharia, Ciências da Computação, Matemática, Letras, História, Pedagogia, Psicologia e Filosofia, conforme é possível visualizar nos quadros e gráficos a seguir.

Nestes é possível perceber que os cursos com mais tradição na FACAPE são os que conseguem concentrar um maior percentual de professores titulados na área de formação dos cursos, por exemplo, Administração com 39%, Ciências Contábeis com 29%; Direito com 65%, e Economia com 32%. Estes cursos, além de contar com um quantitativo significativo de profissionais da área, conta ainda, na composição do seu quadro docente, com profissionais das áreas correlatas às ciências sociais aplicadas, o que implica um percentual acima de 75% em cada um destes cursos.

Inferindo algumas conclusões sobre as áreas de formação do quadro docente dos cursos da FACAPE, a CPA considera que há duas situações inversas entre os blocos dos cursos oferecidos nesta instituição.

No primeiro caso, os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito e Economia, por concentrar um percentual elevado de professores com formação específica do curso e nas áreas de exatas tem possibilidade de melhor definir a identidade do curso, o que favorece aos estudantes compreenderem com mais clareza a dinâmica de atuação no mercado de trabalho. Paradoxalmente, esta situação pode tornar a formação nestes cursos extremamente técnica, representando um prejuízo em relação à formação ampla, plural, pedagógica e humanista de seus egressos, uma vez que conta com um percentual muito reduzido de profissionais do campo da Filosofia, da Sociologia, da Antropologia, Comunicação e da Educação, áreas que se fazem cada vez mais necessárias na composição dos currículos acadêmicos e nos novos paradigmas de produção do conhecimento científico.

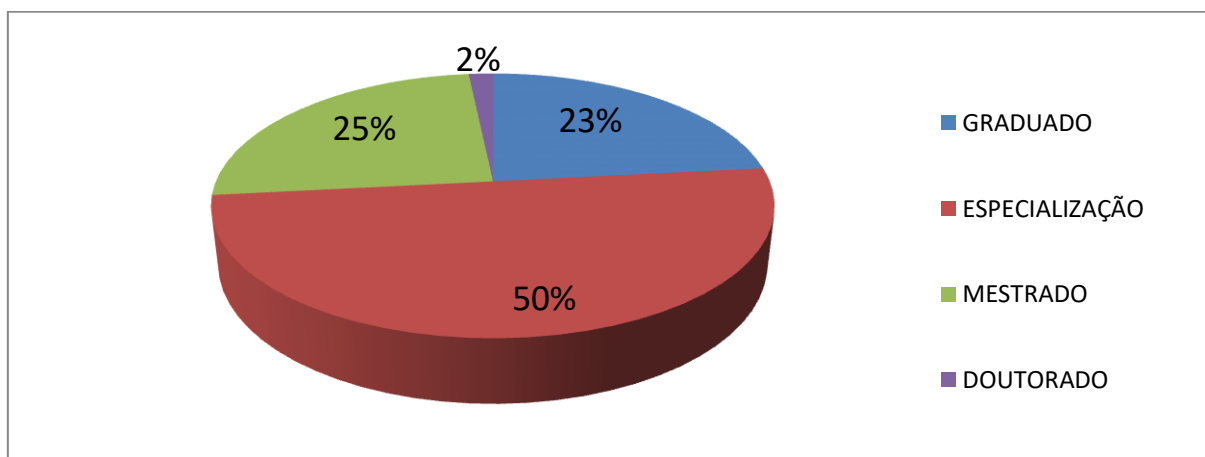
Em relação ao curso de Ciências da Computação é possível observar que apesar do maior percentual ser de professores com formação nesta área, ou seja, 29%, o curso tem um quadro docente bastante plural, cujo referencial da formação se mostra bastante fragmentado.

Os demais cursos demonstram uma situação em que só até 10% dos professores são titulados nas respectivas áreas de atuação destes, é o caso dos cursos de Comércio Exterior, Secretariado Executivo e Turismo.

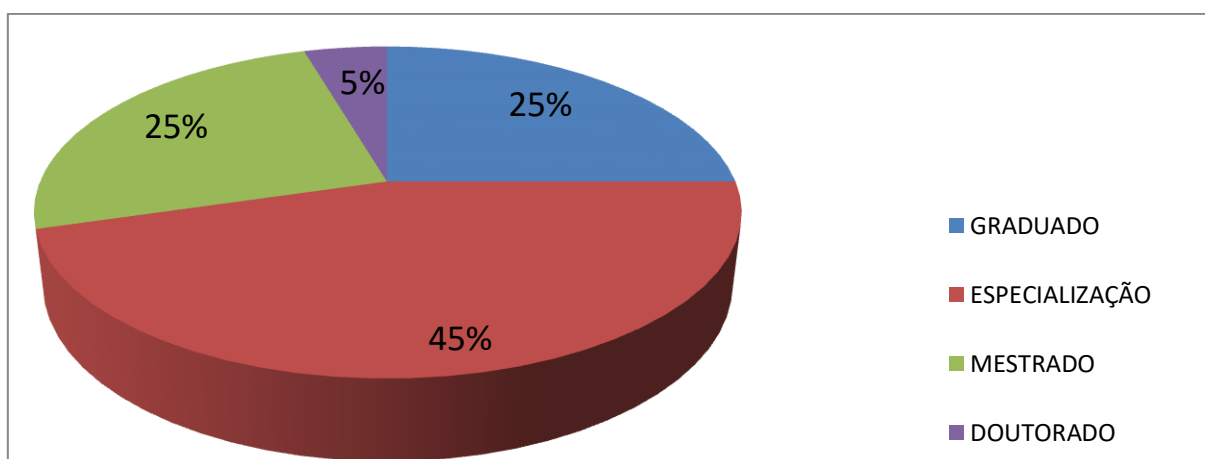
No tocante aos cursos de Ciências da Computação, Comércio Exterior, Secretariado Executivo e Turismo, a situação se diferencia uma vez que o quantitativo de profissionais com formação específica para o curso é baixo, algo que de certa forma pode contribuir negativamente para a definição da identidade do curso, levando ao desestímulo por parte dos alunos e consequentemente sua baixa procura e desinteresses por parte dos postulantes a uma vaga na instituição através do vestibular.

4.2.2.4 Perfil do corpo docente quanto ao nível de formação

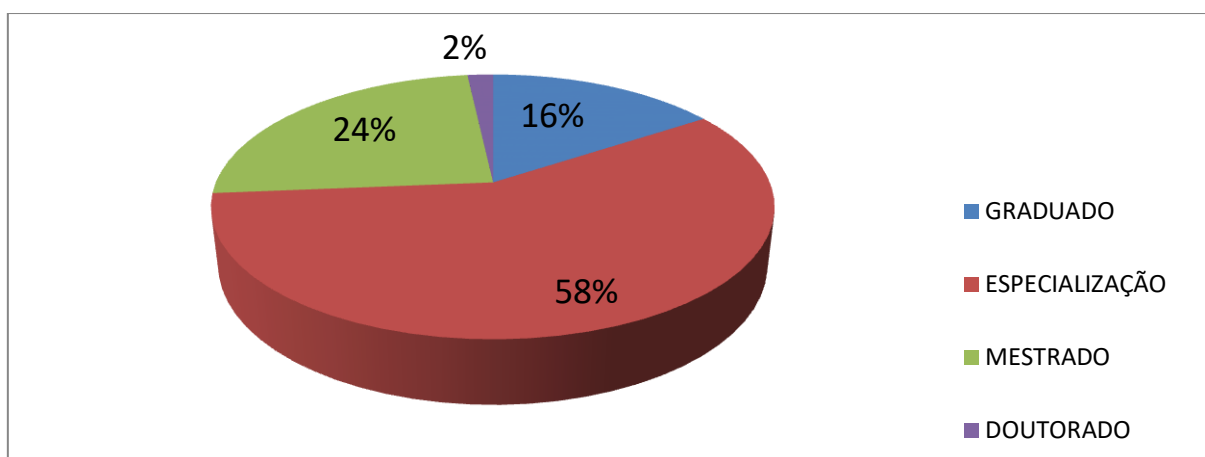
ADMINISTRAÇÃO



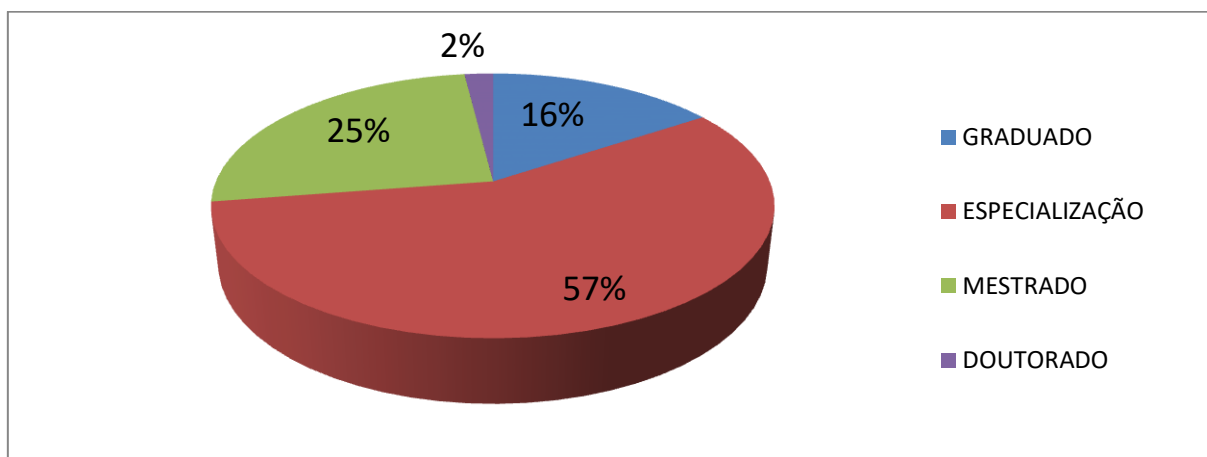
CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO



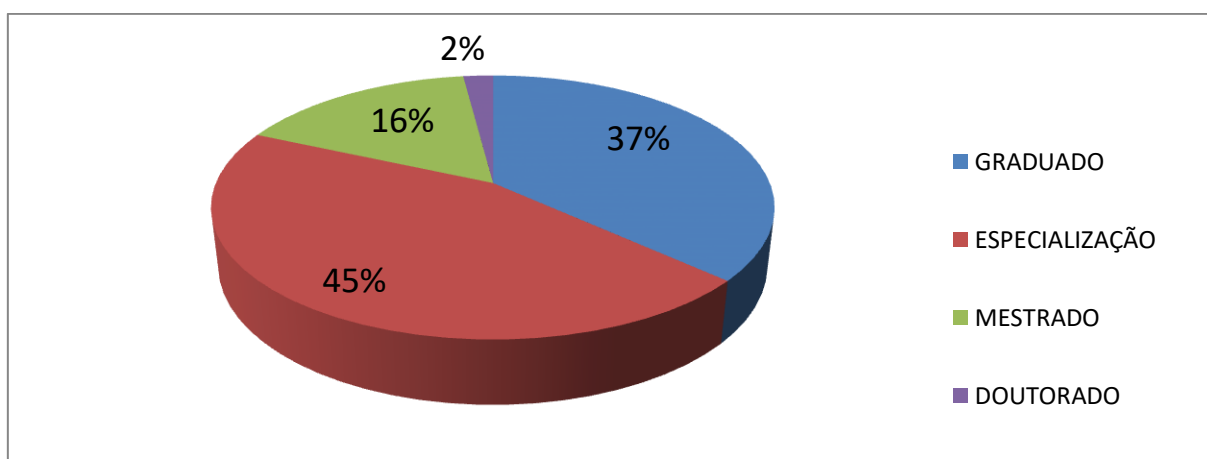
CIÊNCIAS CONTÁBEIS



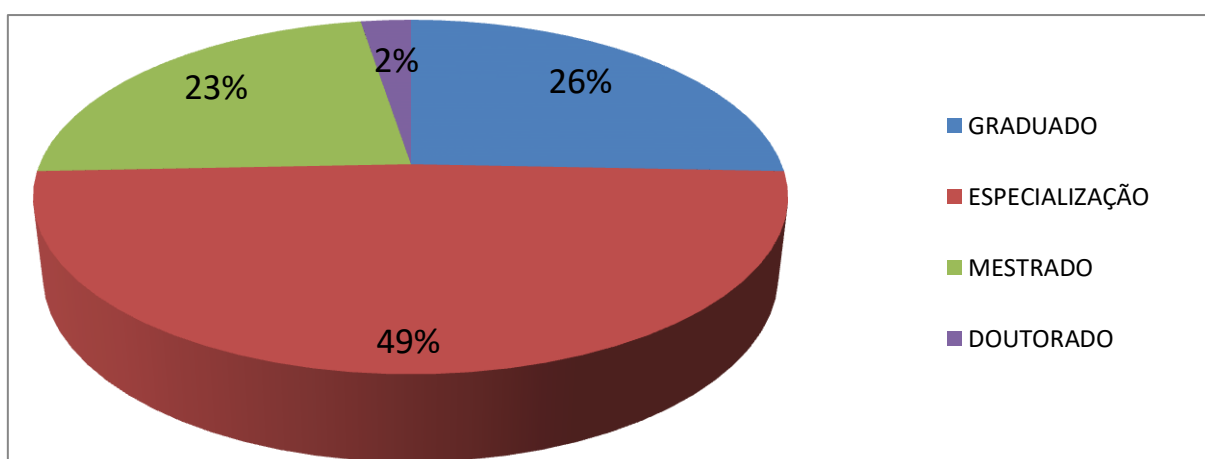
COMERCIO EXTERIOR



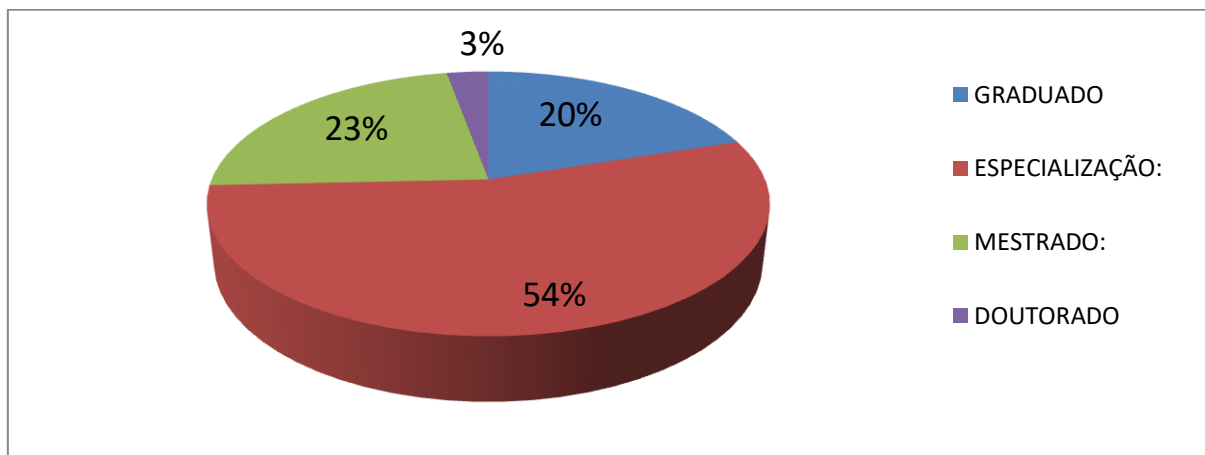
DIREITO



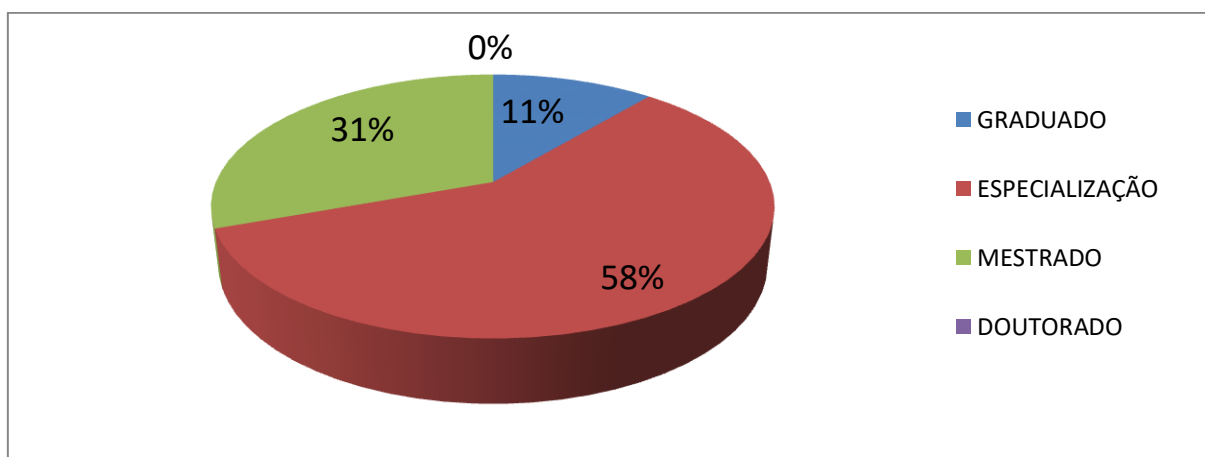
ECONOMIA



SECRETARIADO EXECUTIVO



TURISMO



O referencial de qualidade estabelecido pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES prever que um mínimo de **50%** dos docentes que ministram aula nos cursos tenha titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*, destes, pelo menos **20%** seja doutores.

Em relação ao item acima mencionado a CPA apurou, que na FACAPE a média da titulação dos docentes nos oito cursos oferecidos na instituição corresponde aos seguintes indicadores: 22% de professores são graduados; 52% são especialistas; 24% são mestres; 02% de doutores.

A situação em relação à titulação dos professores varia pouco de um curso para outro, isso se deve ao fato de que os professores que atuam em um curso, também ministram aula em outros. Observa-se ainda que, considerando os referenciais de qualidade estabelecidos pelo SINAES, a FACAPE precisará desenvolver uma política de qualificação dos seus professores, estabelecendo o propósito de elevar em pelo menos 25% a titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*. É importante também estabelecer como meta o alcance de pelo menos 20% do quadro docente dos cursos com a titulação de doutor.

Percebe-se que além de não atingir o padrão ideal previsto pelo SINAES, esta instituição também não cumpre o que estabelece a Lei nº, 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao prever no Art. 52, Inciso II, que “um terço do corpo docente das universidades deverá ser formado por mestres e doutores”. Este preceito é ratificado no Art. 66, o qual afirma que, “a preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado”.

Vale salientar que a FACAPE estabeleceu como uma de suas metas no PDI elaborado em 2006, se transformar em centro universitário. Na consecução desse propósito, foram observadas iniciativas importantes como a formalização de políticas institucionais de incentivo à qualificação docente em nível de mestrado e doutorado; a realização de concurso público para absorver dez doutores; estímulo à produção científica, disponibilizando um canal de publicação de artigos e ensaios (tanto na página oficial da FACAPE, como na revista científicas OPARA); gratificação diferenciada por titulação. Além de constituir um grupo de trabalho para elaboração de uma proposta de um mestrado profissional apresentada a CAPES em 2012.

Em 2016 a CPA fez um novo levantamento sobre a titulação dos professores e constatou os seguintes resultados

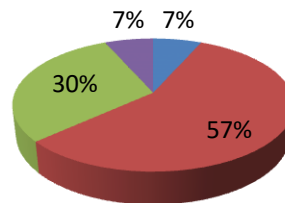
Curso de Administração

Colegiado de Administração		
Formação	Quantidade	%
Graduação	2	7
Especialização	17	57
Mestrado	9	30
Doutorado	2	7

TOTAL=	30	100
--------	----	-----

COLEGIADO DE ADMINISTRACAO

■ Graduacao ■ Especializacao ■ Mestrado ■ Doutorado

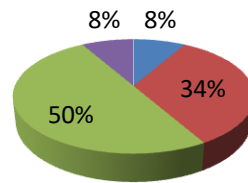


Ciências da Computação

Colegiado de Computação		
Formação	Quantidade	%
Graduação	2	8
Especialização	8	33
Mestrado	12	50
Doutorado	2	8
TOTAL=	24	100

Colegiado de Ciencias da Computacao

■ Graduacao ■ Especializacao ■ Mestrado ■ Doutorado

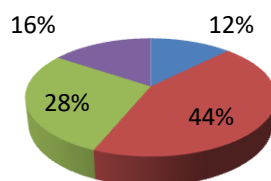


CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Colegiado de Ciências Contábeis		
Formação	Quantidade	%
Graduação	4	13
Especialização	14	44
Mestrado	9	28
Doutorado	5	16
TOTAL	32	100

Colegiado de Ciencias Contabeis

■ Graduacao ■ Especializacao ■ Mestrado ■ Doutorado

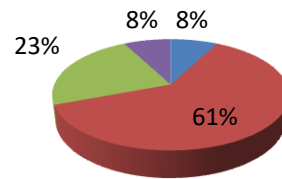


Comercio Exterior

Colegiado de Comercio Exterior		
Formação	Quantidade	%
Graduação	1	8
Especialização	8	62
Mestrado	3	23
Doutorado	1	8
TOTAL=	13	100

Colegiado de Comercio Exterior

■ Graduacao ■ Especializacao ■ Mestrado ■ Doutorado

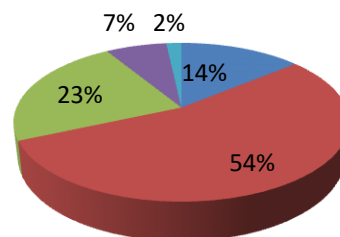


Direito

Colegiado de Direito		
Formação	Quantidade	%
Graduação	8	14
Especialização	31	54
Mestrado	13	23
Doutorado	4	7
Pos-Doutorado	1	2
TOTAL=	57	100

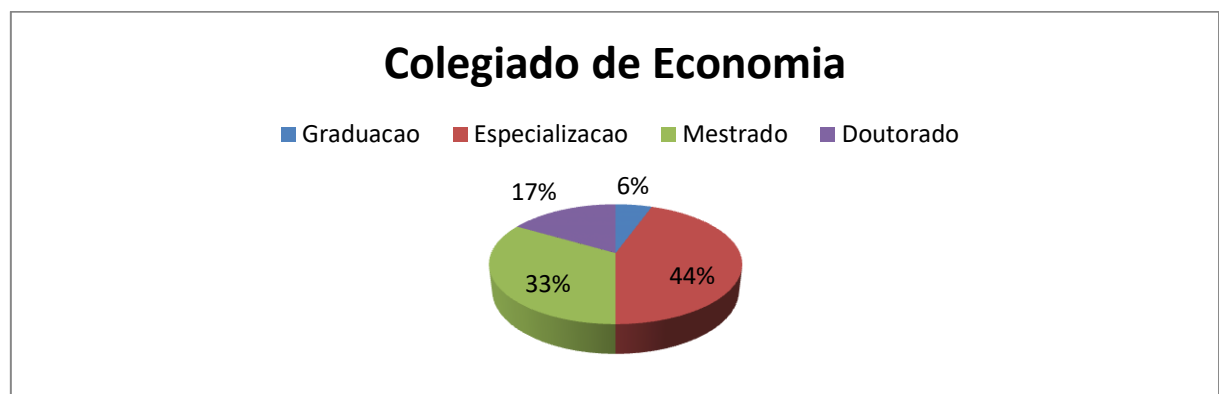
Colegiado de Direito

■ Graduacao ■ Especializacao ■ Mestrado ■ Doutorado ■ Pos-Doutorado



Economia

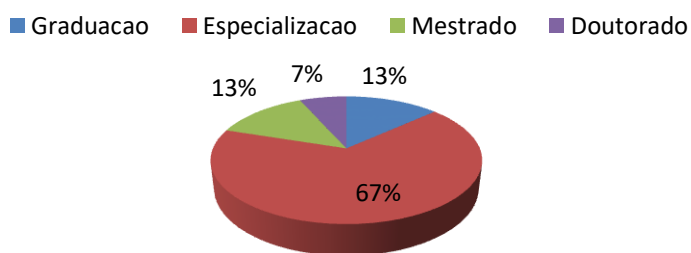
Colegiado de Economia		
Formação	Quantidade	%
Graduação	1	6
Especialização	8	44
Mestrado	6	33
Doutorado	3	17
TOTAL=	18	100



Gestão de Tecnologia da Informação

Colegiado de GTI		
Formação	Quantidade	%
Graduação	2	13
Especialização	10	67
Mestrado	2	13
Doutorado	1	7
TOTAL=	15	100

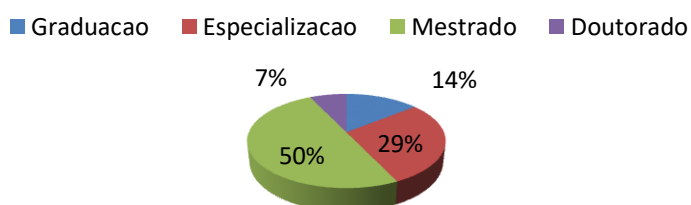
Colegiado de GTI



Serviço Social

Colegiado de Serviço Social		
Formação	Quantidade	%
Graduação	2	14
Especialização	4	29
Mestrado	7	50
Doutorado	1	7
TOTAL=	14	100

Colegiado de Serviço Social



Fica evidente que a formação dos professores evoluiu significativamente em termos de titulação, aproximando a instituição do referencial de qualidade estabelecido pelo MEC.

4.2.2.5 Carga horária dos professores dedicada ao ensino nos cursos da FACAPE

Administração

PERFIL DO CORPO DOCENTE POR CURSO - ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS					
Nome	Regime de trabalho	Disciplinas que leciona	Desenvolve projetos de extensão	Desenvolve projetos de pesquisa	Cadastrament o no currículo Lattes
AGNALDO BATISTA DA SILVA	33,33H/MENSAL	ESTAGIO SUPERVISIONADO (Grade Antiga)			SIM
ALBERTO DIAS DE MORAES	33,33H/MENSAL	GESTAO DE AGRONEGOCIOS			SIM
ALESSANDRO MENEZES DE BRITO	99,99H/MENSAL	COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL/GESTAO DE MARKETING/GERENCIA E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS			NÃO
ANA PAULA BATISTA DE OLIVEIRA	99,99H/MENSAL	ESTAGIO SUPERVISIONADO I II III (Grade Nova)			SIM
ANDRE LUIZ QUEIROZ DE ANDRADE	99,99H/MENSAL	ELABORACAO DE PROJETOS/GESTAO DE PROJETOS/ESTRATEGIA EMPRESARIAL			SIM
ANTONIA MARIA DA SILVA	66,66H/MENSAL	ATIVIDADE COMPLEMENTAR/ESTATISTICA			SIM
ANTONIO CAVALCANTE DA TRINDADE	33,33H/MENSAL	CONSULTORIA ORGANIZACIONAL E JOGOS DE EMPRESA			SIM
ANTONIO DE SANTANA PADILHA NETO	66,66H/MENSAL	FUNDAMENTOS DA ADMINISTRACAO/TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO II/			SIM
ANTONIO HENRIQUE HABIB CARVALHO	99,99H/MENSAL	GESTAO DE PESSOAS/PROGRAMA DE PRATICAS ADMINISTRATIVAS I II/GESTAO DE PESSOAS			SIM
EURICO MENEZES REGIS SERAFIM	66,66H/MENSAL	TEORIA ECONOMICA/MERCADO DE CAPITAIS			SIM
FABIO RODRIGUES MAGALHAES	66,66H/MENSAL	CONTABILIDADE DE CUSTOS E GERENCIAL			SIM
FLORISVALTO CAVALCANTI DOS SANTOS	66,66H/MENSAL	ORGANIZACAO DE SISTEMAS E METODOS/GESTAO E SISTEMA DA INFORMACAO			NÃO
FRANCISCO DE ASSIS SILVA	66,66H/MENSAL	LEITURA E PRODUCAO DE TEXTO/ATIVIDADE COMPLEMENTAR			SIM
GENIVAL FERREIRA DA SILVA	133,32H/MENSAL	ATIVIDADE COMPLEMENTAR/ANALISE DAS DEMONSTRACOES CONTABEIS/METODOLOGIA			SIM

		CIENTIFICA/TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO I			
GEORGE CABRAL MOURAO	33,33H/MENSAL	MATEMATICA FINANCEIRA			NÃO
GEOVANILDE LIMEIRA DELGADO	33,33H/MENSAL	MATEMATICA			SIM
HELDEMAR DA SILVA CUNHA	99,99H/MENSAL	COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL/PROGRAMA DE PRATICAS ADMINISTRATIVAS III/ESTRATEGIA EMPRESARIAL			NÃO
INACIO LOIOLA DO NASCIMENTO	66,66H/MENSAL	GESTAO DE MARKETING/PESQUISA MERCADOLOGICA			SIM
IVONY DOURADO DOS SANTOS	33,33H/MENSAL	INSTITUICOES DE DIREITO PUBLICO E PRIVADO			SIM
JOAO CARLOS H. B. DO NASCIMENTO	33,33H/MENSAL	ANALISE E DECISOES DE INVESTIMENTOS			SIM
JORGE ANTONIO OLIVEIRA SOUZA	33,33H/MENSAL	TEORIA GERAL DA ADMINISTRACAO			SIM
JOSE AILTON SIQUEIRA DOS SANTOS	33,33H/MENSAL	GESTAO E SISTEMA DA INFORMACAO			SIM
JOSE ALBERTO GONCALVES DE MOURA	33,33H/MENSAL	CONTABILIDADE DE CUSTOS E GERENCIAL			SIM
JOSE CARLOS FERREIRA	33,33H/MENSAL	ATIVIDADE COMPLEMENTAR			SIM
JOSE CLAUDEMIRO VILACA DE LIMA	33,33H/MENSAL	SOCIOLOGIA			SIM
JOSE NIVALDO DE ARRUDA	133,32H/MENSAL	GESTAO DE PRODUCAO/GESTAO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS/ADMINISTRACAO DA PRODUCAO I E II			SIM
KLEBER AVILA RIBEIRO	33,33H/MENSAL	ECONOMIA SOLIDARIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL			SIM
MARCIO ARAUJO SILVA	99,99H/MENSAL	ATIVIDADE COMPLEMENTAR/ECONOMIA BRASILEIRA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL/ELABORACAO DE PROJETOS			SIM
MARTA CRISTINA CAVALCANTI DIAS LINS	33,33H/MENSAL	LOGISTICA ESTRATEGICA E OPERACIONAL			SIM
MICHELA D ARC CAMPOS MOTA	33,33H/MENSAL	COMERCIO EXTERIOR			SIM
MIZAEL FELIX DA SILVA NETO	33,33H/MENSAL	CONSULTORIA ORGANIZACIONAL E JOGOS DE EMPRESA			SIM
MOACYR MORAIS DE OLIVEIRA FILHO	33,33H/MENSAL	ESTAGIO SUPERVISIONADO I II III(Grade Nova)			SIM
MOISES DINIZ DE ALMEIDA	33,33H/MENSAL	FILOSOFIA E ETICA			SIM
PEDRO JORGE PEREIRA RAMALHO	99,99H/MENSAL	GESTAO DE SERVICOS/MARKETING DE ATACADO E VAREJO/EMPREENDEDORISMO			NÃO
PEDRO NORBERTO DE MELO SOUZA	33,33H/MENSAL	GESTAO FINANCEIRA			NÃO
RAIMUNDO AMERICO SOARES NETTO	33,33H/MENSAL	LEGISLACAO TRIBUTARIA			NÃO

RITA REGINA MARQUES COSTA	33,33H/MENSAL	CONTABILIDADE BASICA			NÃO
ROMILSON DO CARMO MOREIRA	33,33H/MENSAL	ECONOMIA BRASILEIRA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL			SIM
SIMONE MATOS LACERDA LEITE	33,33H/MENSAL	PSICOLOGIA DO TRABALHO			NÃO
WALDENIR SIDNEY FAGUNDES BRITTO	66,66H/MENSAL	ATIVIDADE COMPLEMENTAR/CONT ABILIDADE BASICA			NÃO
ZELIA MARIA XAVIER RAMOS		FILOSOFIA E ETICA			
ZELIA MARIA XAVIER RAMOS	33,33H/MENSAL	FILOSOFIA E ÉTICA			SIM

Ciências Contábeis

PERFIL DO CORPO DOCENTE POR CURSO - CIÊNCIAS CONTÁBEIS					
Nome	Regime de trabalho	Disciplinas que leciona	Desenvolve projetos de extensão	Desenvolve projetos de pesquisa	Cadastramento no currículo Lattes
AGNALDO BATISTA DA SILVA	66,66H/MENSAL	CONTABILIDADE COMERCIAL/CONTABILIDADE AVANÇADA			SIM
ANTONIA MARIA DA SILVA	66,66H/MENSAL	ESTATÍSTICA I, II			SIM
ANTONIO CAVALCANTE DA TRINDADE	33,33H/MENSAL	TEORIA DA ADMINISTRAÇÃO			NÃO
ANTONIO CLAUDIO S. PIRES DE SOUZA	66,66H/MENSAL	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTO EMPRESARIAL I, II			NÃO
ANTONIO F. CORREIA DE MOURA	66,66H/MENSAL	CONTABILIDADE COMERCIAL/TEORIA CONTÁBIL			NÃO
ANTONIO MANOEL ALVES DOS SANTOS	66,66H/MENSAL	MATEMÁTICA I, II			NÃO
CALIANE BORGES FERREIRA	33,33H/MENSAL	TEORIA ECONÔMICA			SIM
CELSO SALES FRANCA	33,33H/MENSAL	SOCIOLOGIA DAS ORGANIZAÇÕES			SIM
CLEMILDA BARRETO ALVES	33,33H/MENSAL	INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO			SIM
EURICO MENEZES REGIS SERAFIM	33,33H/MENSAL	TEORIA ECONÔMICA			NÃO
FABIO RODRIGUES MAGALHÃES	33,33H/MENSAL	CONTABILIDADE DE CUSTOS			SIM
FERNANDO JOSE DE HOLANDA NUNES	33,33H/MENSAL	ECONOMIA BRASILEIRA			SIM
FLORENCIA DOS ANJOS REZENDE	33,33H/MENSAL	COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL			NÃO
FLORISVALTO CAVALCANTI DOS SANTOS	33,33H/MENSAL	COMPUTAÇÃO INSTRUMENTAL			SIM
FRANCISCO DE ASSIS SILVA	33,33H/MENSAL	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL			NÃO
GABRIEL MOREIRA FILHO	33,33H/MENSAL	LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E TRABALHISTA			SIM
GENIVAL FERREIRA DA SILVA	33,33H/MENSAL	PROJEÇÕES CONTÁBEIS E JOGOS DE EMPRESAS			SIM
GEORGE CABRAL MOURÃO	33,33H/MENSAL	MATEMÁTICA FINANCEIRA			NÃO
GEOVANILDE LIMEIRA DELGADO	66,66H/MENSAL	MATEMÁTICA I, II			SIM
JOÃO CARLOS HIPOLITO BERNARDES DO NASCIMENTO	133,32H/MENSAL	MONOGRAFIA EM CONTABILIDADE/ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTO EMPRESARIAL I/CONTABILIDADE INTERNACIONAL			NÃO
JORGE ANTONIO OLIVEIRA SOUZA	33,33H/MENSAL	TEORIA DA ADMINISTRAÇÃO			SIM
JOSAIAS SANTANA DOS SANTOS	66,66H/MENSAL	ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS/CONTROLADORIA			SIM
JOSE AILTON SIQUEIRA DOS	33,33H/MENSAL	COMPUTAÇÃO INSTRUMENTAL			SIM

SANTOS					
JOSE ALBERTO GONCALVES DE MOURA	66,66H/MENSAL	CONTABILIDADE GERENCIAL/MONOGRAFIA EM CONTABILIDADE			SIM
JOSE CLAUDEMIRO VILACA DE LIMA	33,33H/MENSAL	CIENCIA POLITICA			NÃO
JOSE LUIZ DA SILVA	66,66H/MENSAL	INTRODUCAO A CONTABILIDADE/CONTABILIDADE DE CUSTOS			NÃO
LUIS MAGNO SILVA DE MENEZES	66,66H/MENSAL	CONTABILIDADE INTERMEDIARIA/ESTAGIO SUPERVISIONADO/CONTABILIDADE PUBLICA			NÃO
MARCIO ARAUJO SILVA	33,33H/MENSAL	ENGENHARIA ECONOMICA			SIM
MARIA DO SOCORRO MACEDO COELHO	33,33H/MENSAL	AUDITORIA NO SETOR PRIVADO/PUBLICO			SIM
MARLONE M. DE ALBUQUERQUE	33,33H/MENSAL	DIREITO COMERCIAL E TRIBUTARIO			NÃO
MIZAEL FELIX DA SILVA NETO	33,33H/MENSAL	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTIFICO			NÃO
MOISES DINIZ DE ALMEIDA	33,33H/MENSAL	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTIFICO			SIM
NIVALDO FERREIRA DOS REIS	66,66H/MENSAL	CONTABILIDADE FISCAL E TRIBUTARIA/PLANEJAMENTO FISCAL E TRIBUTARIO			NÃO
PEDRO NORBERTO DE MELO SOUZA	33,33H/MENSAL	ENGENHARIA ECONOMICA			SIM
REGINALDO ALVES DOS SANTOS	66,66H/MENSAL	ESTATISTICA I, II			SIM
RITA REGINA MARQUES COSTA	133,32H/MENSAL	INTRODUCAO A CONTABILIDADE/TECNICAS DE COMERCIO E MARKETING/ANALISE DE SISTEMAS CONTABEIS E ADMINISTRATIVOS/FUNDAMENTOS DE AUDITORIA E PERICIA			NÃO
SAYONARA C. DE MARINS NOGUEIRA	33,33H/MENSAL	PORTUGUES INSTRUMENTAL			SIM
SIMONE MATOS LACERDA LEITE	33,33H/MENSAL	PSICOLOGIA GERAL			SIM
THEREZA CHRISTINA DA CUNHA LIMA	33,33H/MENSAL	SOCIOLOGIA DAS ORGANIZACOES			SIM
TIAGO DONATO SOBREIRA	33,33H/MENSAL	CONTABILIDADE FINANCEIRA			NÃO
WALDENIR SIDNEY FAGUNDES BRITTO	66,66H/MENSAL	CONTABILIDADE AGRICOLA E PECUARIA/GESTAO E CONTROLE DE AGRONEGOCIOS/MONOGRAFIA EM CONTABILIDADE			NÃO
WANIA JAGUARACY DE SENA MEDRADO	33,33H/MENSAL	DIREITO COMERCIAL E TRIBUTARIO			NÃO
ZELIA MARIA XAVIER RAMOS	33,33H/MENSAL	ETICA E NORMAS DA PROFISSAO CONTABIL			NÃO

Ciências da Computação

PERFIL DO CORPO DOCENTE POR CURSO - CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO					
Nome	Regime de trabalho	Disciplinas que leciona	Desenvolve projetos de extensão	Desenvolve projetos de pesquisa	Cadastrament o no currículo Lattes
ALIRIO AMORIM NUNES	66,66H/MENSAL	ATIVIDADE COMPLEMENTAR/ LOGICA APLICADA A COMPUTACAO			NÃO
ANTONIO MANOEL ALVES DOS SANTOS	66,66H/MENSAL	CALCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL I, II			NÃO
CALIANE BORGES FERREIRA	33,33H/MENSAL	ECONOMIA			SIM
CARLOS ALBERTO TEIXEIRA BATISTA	33,33H/MENSAL	ALGORITMOS/ATIVIDADE COMPLEMENTAR/ESTRUTURA DE DADOS			SIM
CAROLINA IZIDORO NASCIMENTO MANICOBÁ	33,33H/MENSAL	ATIVIDADE COMPLEMENTAR			SIM
CLEBER MARCELO ALVES DE BARROS	66,66H/MENSAL	ATIVIDADE COMPLEMENTAR/PROGRAMACAO II			SIM
CYNARA LIRA DE CARVALHO SOUZA	99,90H/MENSAL	PROJETOS DE SISTEMAS/TOPICOS AVANÇADOS EM SISTEMAS DE INFORMACAO/SEGURANCA E AUDITORIA DE SISTEMAS			SIM
DINANI GOMES AMORIM	99,99H/MENSAL	ATIVIDADE COMPLEMENTAR/INTELIGENCIA ARTIFICIAL/REDES NEURAIAS			SIM
FRANCISCO DE ASSIS SILVA	33,33H/MENSAL	PORTUGUES			NÃO
FRANCISCO JOSAFÁ MOREIRA	33,33H/MENSAL	ATIVIDADE COMPLEMENTAR			NÃO
GEORGE CABRAL MOURAO	33,33H/MENSAL	FUNDAMENTOS DA MATEMATICA DISCRETA			NÃO
GEOVANILDE LIMEIRA DELGADO	33,33H/MENSAL	MATEMATICA BÁSICA			SIM
IVANILDO ALVES DE ALMEIDA	33,33H/MENSAL	INTRODUCAO A FILOSOFIA DA CIENCIA			SIM
IZABEL CRISTINA CURACA GONCALVES	66,66H/MENSAL	GEOMETRIA E ALGEBRA LINEAR/MATEMÁTICA BÁSICA			SIM
JOCELIO DE OLIVEIRA DANTAS PASSOS	66,66H/MENSAL	PROGRAMACAO III/ENGENHARIA DE SOFTWARE			NÃO
JOSE CLAUDEMIR VILACA DE LIMA	33,33H/MENSAL	METODOLOGIA CIENTIFICA			NÃO
MALAN FAUSTINO RIBEIRO	66,66H/MENSAL	ORGANIZACAO DE COMPUTADORES/PROCESSAMENTO DIGITAL DE IMAGENS			SIM
MARCOS EDUARDO PEREIRA DE SOUSA	33,33H/MENSAL	INTRODUCAO A FILOSOFIA DA CIENCIA			NÃO
MARCOS FRANCO BACELAR	33,33H/MENSAL	ATIVIDADE COMPLEMENTAR			NÃO

MARIA CELIMAR DA SILVA	99,99H/MENSAL	INTRODUCAO A COMPUTACAO/COMPUTADORES E SOCIEDADE/ESTAGIO SUPERVISIONADO			SIM
MOACYR MORAIS DE OLIVEIRA FILHO	33,33H/MENSAL	ATIVIDADE COMPLEMENTAR			SIM
NIVALDO MOREIRA DE OLIVEIRA	33,33H/MENSAL	FISICA APLICADA A COMPUTACAO			SIM
PEDRO JORGE PEREIRA RAMALHO	33,33H/MENSAL	EMPREENDEDOR DE INFORMATICA			SIM
PETRONIO SANTOS CAVALCANTI	33,33H/MENSAL	METODOLOGIA CIENTIFICA			NÃO
REGINALDO ALVES DOS SANTOS	33,33H/MENSAL	CONTROLE E AVALIACAO DE SISTEMAS			SIM
RELMA LUCIA PASSOS DE C MUDO	33,33H/MENSAL	INGLES INSTRUMENTAL			SIM
RICARDO JOSE ROCHA AMORIM	99,99H/MENSAL	ATIVIDADE COMPLEMENTAR/TOPICOS ESPECIAIS DE COMPUTACAO II (TEC PESQ)/E-LEARNING			SIM
ROBERTO TENORIO FIGUEIREDO	133,32H/MENSAL	SISTEMAS OPERACIONAIS/TEORIA DOS GRAFOS/JOGOS/MULTIMIDIA			NÃO
ROSSANA DE PAULA JUNQUEIRA	66,66H/MENSAL	PROGRAMACAO I/BANCO DE DADOS I, II			SIM
SERGIO FAUSTINO RIBEIRO	66,66H/MENSAL	ARQUITETURA DE COMPUTADORES/COMPILADORES			SIM
THOMAS DE ALMEIDA RABELO	133,32H/MENSAL	ATIVIDADE COMPLEMENTAR/TEORIA GERAL DE SISTEMAS/COMPUTACAO GRAFICA/PRATICAS DE PROGRAMACAO			NÃO
VANDERLEY GONDIM	99,99H/MENSAL	ATIVIDADE COMPLEMENTAR/TOPICOS ESPECIAIS DE COMPUTACAO I (Software Livre)/REDES DE COMPUTADORES			SIM
VANIA CRISTINA LASALVIA	66,66H/MENSAL	ELETRONICA DIGITAL/PROJETO EM COMPUTACAO			SIM

Comércio Exterior

Perfil do corpo docente por curso - Comércio Exterior					
Nome	Regime de trabalho	Disciplinas que leciona	Desenvolve projetos de extensão	Desenvolve projetos de pesquisa	Cadastrament o no currículo Lattes
					SIM
AGNALDO BATISTA DA SILVA	33,33H/MENSAL	ESTÁGIO SUPERVISIONADO			SIM
FRANCISCO DE ASSIS SILVA	33,33 H/MENSAL	PORTUGUES			NÃO
ALBERTO DIAS DE MORAES	33,33H/MENSAL	SOCIOLOGIA DAS ORGANIZAÇÕES			SIM
ALESSANDRO MENEZES DE BRITO	33,33H/MENSAL	ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS			NÃO
ANA PAULA BATISTA DE OLIVEIRA	33,33H/MENSAL	DIREITO DO COMERCIO INTERNACIONAL			SIM
ANNY ROUSALLYN ARAUJO GOMES	66,66H/MENSAL	INGLÊS I, II			NÃO
ANTONIO CAVALCANTE TRINDADE	33,33H/MENSAL	GESTAO DE MARKETING INTERNACIONAL			NÃO
ANTONIO CLAUDIO S. PIRES DE SOUZA	66,66H/MENSAL	ADMINISTRACAO FINANCEIRA I, II			SIM
ANTONIO DE SANTANA PADILHA NETO	33,33H/MENSAL	ESTATISTICA 1/ESTRATÉGIA EMPRESARIAL			NÃO
ARTUR CARLOS GUERRA CISNEIROS	33,33H/MENSAL	RELACOES INTERNACIONAIS			NÃO
BRUNO GUMARAES LIBERAL	33,33H/MENSAL	MERCADO DE CAPITAIS			NÃO
CELSO SALES FRANCA	33,33H/MENSAL	SOCIOLOGIA DAS ORGANIZA COES			NÃO
CLEMILDA BARRETO ALVES	33,33H/MENSAL	INSTITUICAO DE DIREITO PUBLICO E PRIVADO			SIM
DOMINGOS MOREIRA G. FILHO	99,99H/MENSAL	ECONOMIA INTERNACIONAL/TEO RIA E PRÁTICA CAMBIAL/NEGOCIAÇ ÕES INTERNACIONAIS			SIM
FABIO RODRIGUES MAGALHAES	33,33H/MENSAL	CONTABILIDADE GERAL			SIM
FERNANDO JOSE HOLANDA NUNES	33,33H/MENSAL	ECONOMIA BRASILEIRA COMTEPORANES			NÃO
GEORGE CABRAL MOURAO	33,33H/MENSAL	MATEMATICA FINANCEIRA			NÃO
GEOVANILDE LIMEIRA DELGADO	33,33H/MENSAL	MATEMATICA			SIM
HELDEMAR DA SILVA CUNHA	66,66H/MENSAL	EMPREENDEDORISMO /ESTRATÉGIA EMPRESARIAL			NÃO

INACIO LOIOLA DO NASCIMENTO	33,33H/MENSAL	PESQUISA MERCADOLÓGICA			SIM
JORGE ANTONIO OLIVEIRA SOUZA	33,33H/MENSAL	TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO			SIM
KLEBER AVILA RIBEIRO	33,33H/MENSAL	COOPERATIVISMO/MI CROECONOMIA			SIM
MARIA DO SOCORRO MACEDO COELHO	33,33H/MENSAL	RELAÇÕES INTERNACIONAIS			SIM
MARLONE MONTALVÃO DE ALBUQUERQUE	33,33H/MENSAL	DIREITO TRIBUTARIO			NÃO
MARTA CRISTINA CAVALCANTI DIAS LINS	66,66H/MENSAL	LOGISTICA E TRANSPORTES/INTRO D. AO COMERCIO EXTERIOR			SIM
MICHELA D'ARC CAMPOS MOURA	33,33H/MENSAL	PRATICA DE EXPORTACAO/NEGOC IACOES INTERNACIONAIS/PR ATICA DE IMPORTACAO			NÃO
PEDRO MACÁRIO DE MOURA	33,33H/MENSAL	ESTATISTICA I			NÃO
PETRONIO SANTOS CAVALCANTI	33,33H/MENSAL	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTIFICO			NÃO
REGINALDO ALVES DOS SANTOS	33,33H/MENSAL	ESTATISTICA II			SIM
RELMA LUCIA PASSOS DE C MUDO	33,33H/MENSAL	INGLES III			SIM
SAYONARA CORDEIRO DE MARTINS NOGUEIRA	33,33H/MENSAL	PORTUGUES INSTRUMENTAL			NÃO
SEGUNDO BENJAMIN CHAVEZ SALDANA	133,32H/MENSAL	ESPANHOL I II II E IV			NÃO
CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO	33,33H/MENSAL	INTRODUÇÃO AO COMERCIO EXTERIOR			NÃO
LUZIA PIO	33,33H/MENSAL	INGLES I			NÃO
EURICO MENEZES REGIS SERAFIM	33,33H/MENSAL	MICROECONOMIA/ME RCADO DE CAPITAIS			NÃO
ANTONIA MARIA DA SILVA	33,33H/MENSAL	ESTATISTICA I			SIM
GLAUCIA REJANE DA COSTA	33,33H/MENSAL	INGLES II			NÃO
EDIMILSON CRUZ JUNIOR	33,33H/MENSAL	INSTITUIÇÕES DO DIREITO PÚBLICO E PRIVADO			NÃO
JORGE MAGALHAES LORDELO	33,33H/MENSAL	MACROECONOMIA			SIM
SERGIO ALBERTO MENEZES BARRETO	33,33H/MENSAL	METODOLOGIA CIENTIFICA			SIM
INACIO LOIOLA DO NASCIMENTO	66,66H/MENSAL	FUNDAMENTOS DO MARKETING/PESQUISA MERCADOLÓGICA			SIM
FERNANDO JOSE DE HOLANDA NUNES	33,33H/MENSAL	ECONOMIA BRASILEIRA COMTEMPORANES			SIM
PEDRO NORBERTO DE MELO SOUZA	33,33H/MENSAL	MATEMATICA FINANCEIRA			SIM
WALNEY SOUZA MORAES SARMENTO	99,99H/MENSAL	LEGISLAÇÃO ADUANEIRA/DIREITO DO COMERCIO INTERNACIONAL			SIM
DOUGLAS MAC ARTUR UMBUNZEIRO	66,66H/MENSAL	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA I E II			NÃO
MARCIO ARAUJO SILVA	66,66H/MENSAL	TEORIA E PRATICA CAMBIAL/LOGISTICA E TRANSPORTE			SIM

ARTUR CARLOS GUERRA CISNEIROS	33,33H/MENSAL	RELACOES INTERNACIONAIS			NÃO
MARIA DO SOCORRO DUTRA S. SÁ	33,33H/MENSAL	LINGUA ESPANHOLA I E II			SIM
PEDRO TASSO SOUZA FILHO	33,33H/MENSAL	GESTÃO DE MARKETING INTERNACIONAL			SIM
MICHELA D ARC CAMPOS MOTA	66,66H/MENSAL	PRÁTICA DE EXPORTACAO/NEGOC IACOES INTERNACIONAIS			SIM
WALDENIR SIDNEY FAGUNDES BRITTO	66,66H/MENSAL	GESTÃO DE AGRONEGOCIO			SIM

Direito

Nome	Regime de trabalho	Disciplinas que leciona	Desenvolve projetos de extensão	Desenvolve projetos de pesquisa	Cadastrament o no currículo Lattes
ADRIANO LUNA PACHECO	33,33H/MENSAL	DIREITO TRIBUTARIO I E II			SIM
ANA CARLA PEREIRA DA SILVA	99,99H/MENSAL	PRATICA JURIDICA II / DIREITO CIVIL II / DIREITO DO CONSUMIDOR			SIM
ANA PAULA BATISTA DE OLIVEIRA	66,66H/MENSAL	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO / DIREITO CIVIL I E II - PARTE GERAL			SIM
ANDERSON FREIRE DE SOUZA	99,99H/MENSAL	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO / DIREITO CIVIL I - PARTE GERAL / DIREITO CIVIL IV - CONTRATO			SIM
ANDRÉ LIMA CERQUEIRA	33,33H/MENSAL	DIREITO PROCESSUAL PENAL - PARTE III E IV			SIM
CARLOS AUGUSTO DA CRUZ	33,33H/MENSAL	MEDICINA LEGAL			
CAROLINA IZIDORO N. MANIÇOBA	66,66H/MENSAL	PRATICA JURIDICA I / ESTAGIO SUPERVISIONADO / TEORIA GERAL DO PROCESSO			SIM
CELSO SALES FRANCA	33,33H/MENSAL	SOCIOLOGIA			SIM
CHIRLEY VANUYRE VIANNA CORDEIRO	99,99H/MENSAL	TEORIA GERAL DO ESTADO / ATIVIDADE COMPLEMENTAR / DIREITO ADMTRATIVO I			SIM
CINTHIA PALMEIRA COELHO	33,33H/MENSAL	PRATICA JURIDICA I			
CLERYSTOM KALBER XAVIER FERNANDES	99,99H/MENSAL	DIREITO PENAL IV - DOS CRIMES EM ESPECIE / DIREITO PENAL V			
EDSON JOSÉ PACHECO	99,99H/MENSAL	TEORIA GERAL DO PROCESSO / TEORIA GERAL DO DIREITO / CRIMINOLOGIA			SIM
ERIKA PASSOS DE CASTRO	133,32H/MENSAL	DIREITO DO TRABALHO I / DIREITO PREVIDENCIARIO / PRATICA JURIDICA IV / TEORIA GERAL DO ESTADO /			NÃO
ERYK SOARES DE ALMEIDA	99,99H/MENSAL	DIREITO DO TRABALHO II / DIREITO PREVIDENCIARIO / PRATICA JURIDICA IV			NÃO
FABIO GABRIEL BREITENBACH	133,32H/MENSAL	DIREITO PROCESSUAL CIVIL III, IV, VII / PRATICA JURIDICA I			NÃO
FLAVIO JOSE MARTINS	33,33H/MENSAL	SOCIOLOGIA JURIDICA			

VASCONCELOS					
FRANCISCA MARIA T. DE ALBUQUERQUE	99,99H/MENSAL	PORTUGUES INSTRUMENTAL / LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS / ATIVIDADE COMPLEMENTAR			SIM
FRANCISCO JOSAFÁ MOREIRA	33,33H/MENSAL	DIREITO CIVIL VI REAL (PARTE II)			SIM
GABRIEL MOREIRA FILHO	33,33H/MENSAL	DIREITO DO TRABALHO I			SIM
GERALDINE CAVALCANTI LINS	99,99H/MENSAL	DIREITO CIVIL V - REAL (PARTE I)/DIREITO CIVIL VI REAL (PARTE II) /DIREITO CIVIL VII			SIM
IVANILDO ALVES DE ALMEIDA	33,33H/MENSAL	FILOSOFIA E ETICA			SIM
IVONE OLIVEIRA DE FRANCA	66,66H/MENSAL	DIREITO DO TRABALHO II /DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO			SIM
IVONY DOURADO DOS SANTOS	99,99H/MENSAL	DIREITO CIVIL I (PARTE GERAL)/DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV/DIREITO PROCESSUAL CIVIL VI			SIM
JAIZA SAMMARA DE ARAUJO ALVES	99,99H/MENSAL	ATIVIDADE COMPLEMENTAR/DIREITO PENAL II - PARTE GERAL/DIREITO PENAL III - DOS CRIMES EM ESPECIE			SIM
JOSE IVAN GALVAO DA COSTA	66,66H/MENSAL	DIREITO CONSTITUCIONAL I/DIREITO INTERNACIONAL PUBLICO			SIM
KLEBER AVILA RIBEIRO	33,33H/MENSAL	TEORIA ECONOMICA			
LARYSSA KARLA DA COSTA F. ROLIM	66,66H/MENSAL	DIREITO CONSTITUCIONAL II / DIREITO ELEITORAL			SIM
LEONARDO ELIZEU ALVES	33,33H/MENSAL	ATIVIDADE COMPLEMENTAR			SIM
LIANA MELLO DA SILVA	33,33H/MENSAL	ATIVIDADE COMPLEMENTAR			SIM
LUIZ EDUARDO GOMES DO NASCIMENTO	66,66H/MENSAL	TEORIA GERAL DO DIREITO/DIREITO CONSTITUCIONAL I II/ TEORIA GERAL DO ESTADO			SIM
LUZEMBERG DIAS DOS SANTOS	99,99H/MENSAL	DIREITO PROCESSUAL CIVIL V/PRATICA JURIDICA II/DIREITO PROCESSUAL CIVIL V			
MANASSES XAVIER DOS SANTOS	66,66H/MENSAL	DIREITO PROCESSUAL CIVIL II / DIREITO CIVIL II - PARTE GERAL			SIM
MARCIO ALBERTO GOMES SILVA	99,99H/MENSAL	DIREITO PENAL II - PARTE GERAL/DIREITO PROCESSUAL PENAL II/DIREITO PROCESSUAL PENAL III			SIM
MARCOS EDUARDO PEREIRA DE SOUSA	33,33H/MENSAL	FILOSOFIA E ETICA			NÃO

MARCOS FRANCO BACELAR	33,33H/MENSAL	DIREITO PROCESSUAL CIVIL I			SIM
MARIA AUXILIADORA ALVES DE SOUZA	33,33H/MENSAL	DIREITO ADMINISTRATIVO I II			SIM
MARLONE M. DE ALBUQUERQUE	66,66H/MENSAL	ATIVIDADE COMPLEMENTAR/DIREITO PENAL I - PARTE GERAL			SIM
MARY MONALISA DE CARVALHO COSTA	33,33H/MENSAL	DIREITO COMERCIAL I III			SIM
MOISES DINIZ DE ALMEIDA	33,33H/MENSAL	METODOLOGIA CIENTIFICA			SIM
NARA SANTOS FONTES	33,33H/MENSAL	DIREITO CIVIL V - REAL (PARTE I)			NÃO
OLGALICE MARQUES DA SILVA	33,33H/MENSAL	TEORIA ECONOMICA			NÃO
PEDRO HENRIQUE M. S. DE SANTANA	33,33H/MENSAL	DIREITO PROCESSUAL CIVIL I II III			NÃO
RICARDO JOSE ROCHA AMORIM	33,33H/MENSAL	METODOLOGIA CIENTIFICA			SIM
ROMILSON DO CARMO MOREIRA	33,33H/MENSAL	PROJETO DE MONOGRAFIA			SIM
TECIANO CARVALHO ARAUJO	66,66H/MENSAL	DIREITO PROCESSUAL PENAL I II			SIM
WALNEY SOUZA MORAES SARMENTO	66,66H/MENSAL	ATIVIDADE COMPLEMENTAR/DIREITO COMERCIAL I II			SIM
WANIA JAGUARACY DE SENA MEDRADO	66,66H/MENSAL	DIREITO CIVIL III - OBRIGACOES/DIREITO CIVIL IV - CONTRATOS/DIREITO COMERCIAL II			SIM
WANK REMY DE SENA MEDRADO	33,33H/MENSAL	PRATICA JURIDICA III			SIM
ZELIA MARIA XAVIER RAMOS	66,66H/MENSAL	FILOSOFIA DO DIREITO/DEONTOLOGIA JURIDICA			SIM

Economia

Perfil do corpo docente por curso - Economia					
Nome	Regime de trabalho	Disciplinas que leciona	Desenvolve projetos de extensão	Desenvolve projetos de pesquisa	Cadastramento no currículo Lattes
AGNALDO BATISTA DA SILVA	33,33H/MENSAL	ESTAGIO SUPERVISIONADO			SIM
ALBERTO DIAS DE MORAES	33,33H/MENSAL	GESTAO DE AGRONEGOCIOS			SIM
ANDRE LUIZ QUEIROZ DE ANDRADE	33,33H/MENSAL	PROJETOS II			NÃO
ANTONIA MARIA DA SILVA	33,33H/MENSAL	ESTATISTICA ECONOMICA			SIM
ANTONIO MANOEL ALVES DOS SANTOS	33,33H/MENSAL	MATEMATICA II			NÃO
ARTUR CARLOS GUERRA CISNEIROS	33,33H/MENSAL	INTRODUCAO A ECONOMIA			NÃO
CALIANE BORGES FERREIRA	133,33H/MENSAL	CONTABILIDADE NACIONAL/ANALISE MACROECONOMICA I/ECONOMIA MONETARIA/ECONOMIA DO SETOR PUBLICO/			NÃO
CELSO SALES FRANCA	33,33H/MENSAL	SOCIOLOGIA DAS ORGANIZACOES			SIM
CLAUDIA MARIA LOURENCO DA SILVA	66,66H/MENSAL	GEOGRAFIA ECONOMICA/ECONOMIA RURAL			NÃO
CLEMILDA BARRETO ALVES	33,33H/MENSAL	INSTITUICAO DE DIREITO PUBLICO E PRIVADO I			SIM
DEISE CRISTIANE DO NASCIMENTO	66,66H/MENSAL	ANALISE MICROECONOMICA I II			SIM
DOMINGOS MOREIRA G. FILHO	99,99H/MENSAL	ECONOMIA INTERNACIONAL/ECONOMIA EMPRESARIAL/ECONOMIA INDUSTRIAL			NÃO
FABIO RODRIGUES MAGALHAES	33,33H/MENSAL	CONTABILIDADE GERAL I			NÃO
FERNANDO JOSE DE HOLANDA NUNES	66,66H/MENSAL	HISTORIA ECONOMICA GERAL/ECONOMIA BRASILEIRA I			SIM
FRANCISCA MARIA T. DE ALBUQUERQUE	33,33H/MENSAL	PORTUGUES INSTRUMENTAL			SIM
GEORGE CABRAL MOURAO	33,33H/MENSAL	MATEMATICA FINANCEIRA			NÃO
IZABEL CRISTINA CURACA GONCALVES	33,33H/MENSAL	MATEMATICA I			NÃO
JOAO RICARDO FERREIRA DE LIMA	33,33H/MENSAL	ECONOMETRIA			SIM
JORGE ANTONIO OLIVEIRA SOUZA	33,33H/MENSAL	TEORIA GERAL DA ADMINISTRACAO			NÃO
JOSE ADELSON GONCALVES DE ALMEIDA	99,99H/MENSAL	ECONOMIA POLITICA I/ANALISE MACROECONOMICA II/ECONOMIA POLITICA II			NÃO

JOSE AILTON SIQUEIRA DOS SANTOS	33,33H/MENSAL	COMPUTACAO INSTRUMENTAL			NÃO
JOSE ALBERTO GONCALVES DE MOURA	33,33H/MENSAL	CONTABILIDADE DE CUSTOS E GERENCIAL			SIM
KLEBER AVILA RIBEIRO	33,33H/MENSAL	COOPERATIVISMO			SIM
MARCIO ARAUJO SILVA	33,33H/MENSAL	PROJETOS I			SIM
MARIA DO SOCORRO MACEDO COELHO	99,99H/MENSAL	FORMACAO ECONOMICA DO BRASIL/ECONOMIA BRASILEIRA II/DESENVOLVIMENT O ECONOMICO			SIM
MICHELA D ARC CAMPOS MOTA	33,33H/MENSAL	COMERCIO EXTERIOR			SIM
PEDRO MACARIO DE MOURA	33,33H/MENSAL	INTRODUCAO A ESTATISTICA			NÃO
PEDRO TASSO DE SOUZA FILHO	66,66H/MENSAL	ECONOMIA DO SETOR TERCIARIO/ECONOMI A DOS TRANSPORTES			NÃO
PETRONIO SANTOS CAVALCANTI	33,33H/MENSAL	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTIFICO			SIM
ROMILSON DO CARMO MOREIRA	133,32H/MENSAL	HISTORIA DO PENSAMENTO ECONOMICO/TECNIC AS DE PESQUISA EM ECONOMIA/ECONOMI A REGIONAL/MONOGRA FIA (CONCLUINTE)			SIM
WALDENIR SIDNEY FAGUNDES BRITTO	33,33H/MENSAL	CONTABILIDADE GERAL II			SIM
WANIA JAGUARACY DE SENA MEDRADO	33,33H/MENSAL	INSTITUICAO DE DIREITO PUBLICO E PRIVADO II			SIM

Secretariado Executivo

PERFIL DO CORPO DOCENTE POR CURSO - SECRETARIADO EXECUTIVO					
Nome	Regime de trabalho	Disciplinas que leciona	Desenvolve projetos de extensão	Desenvolve projetos de pesquisa	Cadastramento no currículo Lattes
AGNALDO BATISTA DA SILVA	33,33H/MENSAL	ESTÁGIO SUPERVISIONADO			SIM
ALESSANDRO MENEZES DE BRITO	33,33H/MENSAL	ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS			NÃO
ALUISIO FERREIRA GOMES	99,99H/MENSAL	CERIMONIAL E ETIQUETA/ORGANIZAÇÃO E EVENTOS/MARKETING EM SECRETARIADO			NÃO
ARTUR CARLOS GUERRA CISNEIROS	33,33H/MENSAL	RELAÇÕES INTERNACIONAIS			NÃO
CALIANE BORGES FERREIRA	33,33H/MENSAL	ECONOMIA			NÃO
CLAUDIA MARIA LOURENCO DA SILVA	33,33H/MENSAL	GEOGRAFIA ECONOMICA			SIM
CLEMILDA BARRETO ALVES	33,33H/MENSAL	INSTITUICAO DE DIREITO PUBLICO E PRIVADO			SIM
DEISE CRISTIANE DO NASCIMENTO	33,33H/MENSAL	ADMINISTRACAO DE PROJETOS			SIM
FABIO RODRIGUES MAGALHAES	33,33H/MENSAL	CONTABILIDADE APLICADA A SECRETARIADO			SIM
FLORENCIA DOS ANJOS REZENDE	66,66H/MENSAL	ADMINISTRACAO GERAL/COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL			SIM
FLORISVALTO CAVALCANTI DOS SANTOS	33,33H/MENSAL	ADMINISTRACAO DA INFORMACAO			NÃO
FRANCISCA MARIA T. DE ALBUQUERQUE	33,33H/MENSAL	LINGUA PORTUGUESA			SIM
GABRIEL MOREIRA FILHO	33,33H/MENSAL	LEGISLACAO SOCIAL E DIREITO DO TRABALHO			SIM
GLAUCIA REJANE DA COSTA	33,33H/MENSAL	LINGUA INGLESA IV			NÃO
INACIO LOIOLA DO NASCIMENTO	33,33H/MENSAL	PESQUISA MERCADOLÓGICA/RELAÇÕES PÚBLICAS			SIM
JOSE CLAUDEMIRO VILACA DE LIMA	66,66H/MENSAL	CIENCIA POLITICA			SIM
JOSE EDENEVALDO ALVES	66,66H/MENSAL	INTRODUCAO A SECRETARIADO/COM UNICACAO EMPRESARIAL			NÃO
LEONARDO ELIZEU ALVES	33,33H/MENSAL	LINGUA INGLESA I			SIM
MAUD HINO BRASIL DE S. M. DE SENA	66,66H/MENSAL	ARQUIVISTICA/QUALIDADE NOS SERVICOS EM SECRETARIADO			NÃO
MIZAEL FELIX DA SILVA NETO	33,33H/MENSAL	PROCESSO DECISORIO			NÃO
OLGALICE MARQUES DA SILVA	33,33H/MENSAL	TERCEIRO SETOR			NÃO
PEDRO NORBERTO DE MELO SOUZA	33,33H/MENSAL	MATEMATICA FINANCEIRA			SIM
RELMA LUCIA PASSOS DE C MUDO	33,33H/MENSAL	LINGUA INGLESA III			SIM

RITA REGINA MARQUES COSTA	33,33H/MENSAL	TECNICAS COMERCIAIS E FINANCEIRAS			NÃO
SEGUNDO BENJAMIN CHAVEZ SALDANA	133,32H/MENSAL	LINHA ESPANHOLA I, II, III, IV			NÃO
SIMONE MATOS LACERDA LEITE	33,33H/MENSAL	PSICOLOGIA APLICADA A SECRETARIADO			SIM
THEREZA CHRISTINA DA CUNHA LIMA	33,33H/MENSAL	SOCIOLOGIA DAS ORGANIZACOES			SIM
ZELIA MARIA XAVIER RAMOS	33,33H/MENSAL	ETICA PROFISSIONAL			NÃO

Turismo

Perfil do corpo docente por curso – Turismo					
Nome	Regime de trabalho	Disciplinas que leciona	Desenvolve projetos de extensão	Desenvolve projetos de pesquisa	Cadastrament o no currículo Lattes
AGNALDO BATISTA DA SILVA	33,33H/MENSAL	ESTÁGIO SUPERVISIONADO			SIM
ALESSANDRO MENEZES DE BRITO	33,33H/MENSAL	ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS			NÃO
ALESSANDRO MENEZES DE BRITO	33,33H/MENSAL	ORGANIZACAO DE EVENTOS			NÃO
ANDRE LUIZ QUEIROZ DE ANDRADE	66,66H/MENSAL	PROJETO EXPERIMENTAL I, II			NÃO
ANTONIA MARIA DA SILVA	66,66H/MENSAL	CULTURA E REALIDADE BRASILEIRA/MEIOS DE HOSPEDAGEM			NÃO
ANTONIO CAVALCANTE DA TRINDADE	33,33H/MENSAL	MARKETING TURISTICO II			NÃO
ANTONIO CLAUDIO S. PIRES DE SOUZA	33,33H/MENSAL	ADMINISTRACAO FINANCEIRA E ORCAMENTARIA			SIM
ANTONIO DE SANTANA PADILHA NETO	33,33H/MENSAL	MARKETING TURISTICO I			NÃO
CLAUDIA MARIA LOURENCO DA SILVA	33,33H/MENSAL	FUND.GEOGRAFICOS E MEIO AMBIENTE			SIM
GENIVALDO DO NASCIMENTO	33,33H/MENSAL	HISTORIA DA CULTURA E DA ARTE I			
HELDEMAR DA SILVA CUNHA	33,33H/MENSAL	PLANEJAMENTO ESTRATEGICO			NÃO
INACIO LOIOLA DO NASCIMENTO	33,33H/MENSAL	TECNICAS PUBLICITARIAS			SIM
IVANILDO ALVES DE ALMEIDA	33,33H/MENSAL	FILOSOFIA			NÃO
JASER CAIO ALVES DOS PRAZERES	66,66H/MENSAL	ATIVIDADE COMPLEMENTAR/REC REACAO, ANIMACAO E LAZER			SIM
JORGE ANTONIO OLIVEIRA SOUZA	66,66H/MENSAL	ADMINISTRACAO DE EMPRESAS TURISTICAS I, II			SIM
LIANA MELLO DA SILVA		AGENCIA DE VIAGENS I, II			

MARIA DO SOCORRO MACEDO COELHO	66,66H/MENSAL	TURISMO E RELACOES POLITICAS INTERNACIONAIS I, II			SIM
MOISES DINIZ DE ALMEIDA	33,33H/MENSAL	ANTROPOLOGIA			SIM
PETRONIO SANTOS CAVALCANTI	33,33H/MENSAL	METODOLOGIA DA PESQUISA			NÃO
REGINALDO ALVES DOS SANTOS	33,33H/MENSAL	ESTATISTICA			SIM
RELMA LUCIA PASSOS DE C MUDO	33,33H/MENSAL	INGLES TEC APLIC A TURISMO			SIM
ROBERTA DUARTE DE OLIVEIRA	66,66H/MENSAL	ALIMENTOS E BEBIDAS I, II			SIM
ROMILSON DO CARMO MOREIRA	33,33H/MENSAL	FUNDAMENTOS ECONOMICOS DO TURISMO			SIM
SEGUNDO BENJAMIN CHAVEZ SALDANA	33,33H/MENSAL	ESPAÑOL TECNICO APLICADO AO TURISMO			NÃO
SERGIO ALBERTO MENEZES BARRETO	99,99H/MENSAL	INTRODUCAO A TURISMO I/MEIOS DE TRANSPORTES/PLANEJAMENTO E ORGANIZACAO DO TURISMO			SIM
SIMONE MATOS LACERDA LEITE	33,33H/MENSAL	PSICOLOGIA			SIM
THEREZA CHRISTINA DA CUNHA LIMA	33,33H/MENSAL	SOCIOLOGIA			SIM
WANIA JAGUARACY DE SENA MEDRADO	33,33H/MENSAL	DIREITO DO TURISMO			
ALUISIO FERREIRA GOMESM					
CLEMILDA BARRETO ALVES					
ANTONIA EULALIA GOMES DINIZ					
FÁBIO RODRIGUES MAGALHÃES					
FRANCISCA MARIA T DE ALBUQUERQUE					
JOSÉ AILTON S. DOS SANTOS					

A CPA constatou que embora o regime de contratação dos professores seja de tempo, parcial e integral, o que corresponde a 20 e 40 horas semanais, um percentual de 62% dos docentes assume apenas uma turma em um mesmo curso; 21% assumem duas turmas; 13% assumem três turmas; 4% assumem quatro turmas.

Esta relação mostra que os professores não se concentram em um curso específico e sim atuam em vários cursos simultaneamente, às vezes, ministrando a mesma disciplina em diferentes cursos. Isso fragmenta mais ainda a relação do professor com o curso e dificulta a vivência de práticas pedagógicas interdisciplinares em um determinado curso, uma vez que os professores não tem tempo para se dedicar a um colegiado, por participar de vários colegiados de curso na instituição.

A presença dos professores de modo mais fragmentado se dá nos cursos identificados como os mais deficitários sob o ponto de vista econômico, por terem número reduzido de alunos, alto índice de evasão e certo desinteresse da comunidade acadêmica pelas questões relacionadas à identidade profissional de seus egressos, além de pouca inserção no mercado de trabalho. Isto é observado, principalmente, nos cursos de Comércio Exterior, Secretário Executivo e Turismo.

Diante desta situação a CPA inferi que ao transitar por diversos cursos, o professor fragmenta sua atuação docente, nesse sentido, tende a não constituir vínculos consolidados com aqueles que não abordam os conhecimentos específicos de sua área de formação e atuação profissional. Isto dificulta também aos estudantes, a construção de uma identidade que os vincule ao curso, desencadeando o desinteresse, a apatia, a desilusão e o consequente abandono, entre outras razões, por não ter em sua trajetória formativa, a oportunidade de conviver com o saber experiencial de professores profissionais que se constituem referência de sucesso no seu futuro campo de trabalho.

O último ciclo avaliativo 2018 – 2020 revelou um quantitativo de professores atuantes na AEVSF/FACAPE menor que nos ciclos anteriores. Atualmente quadro docente da FACAPE é constituído por 118 (cento e dezoito) professores distribuído nos oito cursos (Administração, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Serviço Social, Direito, Gestão da Tecnologia da Informação, Economia e Comércio Exterior) oferecidos pela instituição.

Estes tem a formação em nível de graduação razoavelmente heterogênea, apresentando uma maior concentração de docentes com titulação acadêmica nas áreas de Administração, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Direito. As outras se distribuem em menor número nas áreas das Ciências Exatas e Humanas, destacando-se as formações em Engenharia, Ciências da Computação, Matemática, Letras, História, Pedagogia, Psicologia e Filosofia.

Nestes é possível perceber que os cursos com mais tradição na FACAPE são os que conseguem concentrar um maior percentual de professores titulados na área de formação dos cursos, por exemplo, Administração com 39%, Ciências Contábeis com 29%; Direito com 65%, e Economia com 32%. Estes cursos, além de contar com um quantitativo significativo de profissionais da área, conta ainda, na composição do seu quadro docente, com profissionais das áreas correlatas às ciências sociais aplicadas, o que implica um percentual acima de 75% em cada um destes cursos.

Inferindo algumas conclusões sobre as áreas de formação do quadro docente dos cursos da AEVSF/FACAPE, a CPA considera que há duas situações inversas entre os blocos dos cursos

oferecidos nesta instituição. No primeiro caso, os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito e Economia, por concentrar um percentual elevado de professores com formação específica do curso e nas áreas de exatas tem possibilidade de melhor definir a identidade do curso, o que favorece aos estudantes compreenderem com mais clareza a dinâmica de atuação no mercado de trabalho. Paradoxalmente, esta situação pode tornar a formação nestes cursos extremamente técnica, representando um prejuízo em relação à formação ampla, plural, pedagógica e humanista de seus egressos, uma vez que conta com um percentual muito reduzido de profissionais do campo da Filosofia, da Sociologia, da Antropologia, Comunicação e da Educação, áreas que se fazem cada vez mais necessárias na composição dos currículos acadêmicos e nos novos paradigmas de produção do conhecimento científico.

Em relação à titulação acadêmica do corpo docente o referencial de qualidade estabelecido pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES prever que um mínimo de 50% dos docentes que ministram aula nos cursos tenha titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*, destes, pelo menos 20% seja doutores. Já a Meta nº 13 do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei Nº 13.005/2014, propõe “elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores”.

Em relação ao item acima mencionado a CPA apurou, que na AEVSF/FACAPE evoluiu significativamente nos últimos dez anos, em relação à média da titulação dos docentes nos oito cursos oferecidos na instituição. No início da década correspondente ao período 2010 – 2020, os indicadores da titulação revelaram que a instituição contava em seus quadros com os seguintes indicadores: 22% de professores graduados; 52% especialistas; 24% mestres; 02% de doutores. A situação mostra que 100% dos professores são pós-graduados, sendo 57,48% especialistas, 43,37% mestres, 18,15% doutores. Esses indicadores demonstram que a AEVSF/FACAPE está muito próxima da meta estabelecida no Plano Nacional de Educação previsto para a década 2014 – 2024.

O projeto de pesquisa sobre o perfil dos professores da AEVSF/FACAPE, que integrou o plano de avaliação de CPA no ciclo avaliativo 2018 – 2020, não limitou sua análise somente em dados quantitativos, nesse sentido, partiu dos resultados objetivos alcançados por meio da

aplicação dos questionários, utilizou-os como provocadores no grupo reflexivo, a análise assumiu o cruzamento a partir das informações produzidas por esses dois dispositivos e foram organizadas em dois grandes temas: a intergeracionalidade dos docentes, os vínculos institucionais, as dinâmicas formativas e as mediações pedagógicas que implicam diretamente no desenvolvimento profissional docente.

A questão da intergeracionalidade docente

A Intergeracionalidade docente na AEVSF/FACAPE foi tratada nesta pesquisa considerando como principais elementos a faixa etária, o tempo de atuação docente, a formação pedagógica e a trajetória profissional acadêmica pelas dimensões da educação superior ensino, pesquisa e extensão.

A AEVSF/FACAPE, historicamente, ao longo de seus 44 de anos, priorizou a formação de bacharéis em Ciências Aplicadas, a exemplo de Administradores e Contadores, que demandam de ampla formação profissional, principalmente, de caráter técnico, e, por consequência disto, de um corpo docente que possua propriedade e domínio sobre os conhecimentos, as habilidades e as competências necessárias para formar tais profissionais. Provavelmente, esta seja uma das variáveis que justifiquem a constituição de um corpo docente hegemonicamente composto por bacharéis, sendo pouca a quantidade de Professores graduados em licenciaturas e, por vezes, nenhum na Pedagogia. Entretanto, percebe-se que, a cada ano aumenta o número de docentes que buscam e ingressam em programas de pós graduação *latu e stricto sensu* em Educação, num consciente movimento de transição identitária (BALEN, 1999; BERNADETE, 1998; CIAMPA, 1998, CODO e LANE, 1995; HALL, 2000; MUSZKAT, 1996; SILVA, 2000; STRAUSS, 1990; TOURRAINE, 1998).

A instituição, pelo menos em seu nascedouro, é voltada para a formação de profissionais técnicos e talvez por isso haja uma preponderância de docentes que não tem licenciatura – apenas um quarto dos respondentes indicou ter formação em licenciatura. Contudo, nos grupos reflexivos foi frisado algumas vezes que essa realidade estaria mudando, numa possível transição identitária (BALEN, 1999; BERNADETE, 1998; CIAMPA, 1998, CODO e LANE, 1995; HALL, 2000; MUSZKAT, 1996; SILVA, 2000; STRAUSS, 1990; TOURRAINE, 1998), havendo uma indicação de aumento progressivo de professores com licenciatura, mesmo estando em cursos mais técnicos.

Em relação à faixa etária há um relativo equilíbrio entre os respondentes, sendo 55% acima de 41 anos. Quanto ao tempo, 46% tem mais de 11 anos de instituição, 54% com até 10 anos de casa e 12% está no primeiro ano. Entende-se, a partir das discussões nos grupos, que a instituição tem um relativo equilíbrio geracional. Contudo, esse equilíbrio não é pacífico, pois implica também em conflitos intergeracionais no que diz respeito a visão que se têm da instituição. Sem a precisão dos dados, mas partindo dos depoimentos daqueles que se fizeram presentes nos grupos reflexivos, parte dos professores mais velhos não teria uma visão acadêmica da instituição, isto significa que faltariam um entendimento que a prática docente do ensino superior envolve, além do ensino, a pesquisa e a extensão.

Tanto em relação aos resultados oriundos do questionário quanto nos grupos reflexivos, ficou evidenciado que a instituição vive um momento de renovação geracional, tendo características diferentes, onde a geração mais velha teria menos envolvimento na vida acadêmica, enquanto a geração mais nova estaria envolvida. Contudo, como foi discutindo em um dos grupos reflexivos, há também uma parte dos docentes com mais tempo “na casa” que está engajada, sobretudo na gestão.

Um outro aspecto que pode estar relacionado a suposta transição geracional é a formação. Cerca de 55% dos respondentes têm mestrado e ou doutorado (na verdade apenas um professor respondente registrou ter doutorado). Além disso, nos grupos reflexivos foi pontuado que há um crescente aumento de professores se inserindo em mestrados e doutorados, o que contrastava sobremaneira em relação às gerações de professores que passaram pela instituição. Essa realidade sugere mudanças no modo de ser professor dessa instituição, não necessariamente nas distintas gerações atualmente convivendo, mas no modo de ser professor de outrora para uma nova identidade, além de produzindo novos saberes na interação entre o individual e o coletivo (GOHIER, C.; ANADON, M.; BOUCHARD, Y.; CHARBONNEAU, B.; CHEVRIER, J., 1999; 2002).

A questão do vínculo

Quanto a forma de enquadramento em termos de carga horária, 51% dos respondentes têm 20h semanas e 49% têm 40h. A maioria, 63%, dá aulas entre 3 a 4 turmas. Contudo, 32% dá aula em 5 a 6 turmas. Além disso, como a maioria tem outros vínculos (apenas 13% dos respondentes tem vínculo exclusivo – possivelmente porque estes fazem parte da atual gestão), os docentes terminam assumindo turmas em outras instituições, sem falar das

demandas quando trabalham em instituições na condição de técnico (51% exercem outras atividades além da docência)

Quanto a distribuição da carga horária, 70% se dedicam ao ensino entre 12 a 24 horas por semana. Em relação a atividade de pesquisa e de extensão há uma redução. Sendo que na pesquisa, por exemplo, 9% se dedica entre seis a 16h de pesquisa por semana.

É possível inferir o quanto a política institucional induz um tipo de vínculo e também como isso repercute na identidade docente e em suas práticas (SANTOS; FREITAS, 2017). Membros da instituição parecem estar cientes dessas relações e já existem discussões, por exemplo, na elaboração de um Plano Institucional de Trabalho (PIT) de modo a estabelecer outras formas de vínculo. Contudo, a ênfase na atividade de sala de aula, computada na quantidade de turmas, pode estar influenciando a qualidade das relações, que na visão de um dos participantes do grupo reflexivo, seria muito individualizada não permitindo uma vivência acadêmica. “Quando se chega em alguma sala de reunião ou dos professores ela está vazia... o professor chega, estaciona seu carro e depois vai embora” (professor A - participante do grupo reflexivo).

Apesar da maneira mais enquadrada dos docentes estarem vinculados, institucionalmente em aulas dadas, os mesmos se veem identificados com a profissão e acreditam que exercem relevante papel social, além de se envolverem com uma série de outras ações (87% disseram se identificar com a docência e perceber seu compromisso social). O que parece causar desconforto é que os docentes não identificam um retorno em termos de incentivos e reconhecimentos por parte da instituição. De acordo com um outro participante do grupo reflexivo, “o professor é, sim, envolvido no que diz respeito a sua atividade em classe, mas se você der qualquer outra atividade fora da sala aula tem que ver como vai remunerar” (professor B - participante do grupo reflexivo).

Como foi sintetizado em dos grupos reflexivos, a maioria gosta do que faz, mas o vínculo financeiro principal está em outras instituições, como é o caso de auditores fiscais, procuradores, profissionais liberais, etc. Assim, o aspecto financeiro termina por preponderar. Por outro lado, o grupo também percebe que o fato dos professores terem outros vínculos é algo bom para a instituição e para a prática dos docentes porque enriquece a aula em termos de outras experiências.

Mesmo, portanto, havendo uma inclinação em considerar o quanto as políticas institucionais interferem na identidade docente e, conseqüentemente, nas práticas, é válido considerar que as experiências e saberes desdobrados no cotidiano da instituição, também vai interferido na identidade institucional.

Partindo dessa advertência para assumir uma visão dialética dos processos, uma pergunta disparadora no grupo reflexivo teve a ver com a relação das políticas institucionais e as práticas docentes. Sobre isso, um dos participantes sinaliza:

A medida que as pessoas vão compartilhando certos vícios, por exemplo, a prática de que as reuniões tem que ser extremamente objetivas, de que uma reunião não pode passar de uma hora... termina por comprometer porque qualquer reflexão mais aprofundada é visto, no sentido pejorativo, como “filosofia” ou coisa de “pedagogo” (professor A - participante do grupo reflexivo).

Uma outra participante complementa: “Tudo já vem pronto, a pauta é mais para apresentar do que provocar reflexões.... então tudo vem fechado...” (professor C - participante do grupo reflexivo).

Além dos vínculos que são marcados pela forma como os professores são contratados, a questão política do município, lembrando que a instituição em tela é uma autarquia municipal, já teve forte influência na prática dos docentes, mas parece ser ainda algo a ser considerado. É o que parece sugerir uma das participantes ao dizer que há uma espécie de tradição em misturar as questões institucionais com as políticas municipais, embora tenha havido mais institucionalização de alguns processos como a seleção para qualquer tipo de contrato ou na participação pontual em disciplinas das especializações.

No que se refere a prática docente do ponto de vista dos processos formativos e da relação professor e aluno, a questão do vínculo parece também impactar à medida que alguns professores parece macular a imagem da instituição dizendo para os seus alunos que o curso “x” não vai bem. Além disso, para uma das participantes do grupo reflexivo, alguns professores veem a docência como algo muito fácil, indicando não valorizar sua formação

como docente. Do ponto de vista da prática na sala de aula, esses professores teriam uma perspectiva mais bancária, de transmissão de conteúdos.

Tudo isso pode aparentar uma contradição, sobretudo quando se confronta com os resultados obtidos do questionário, mas é importante também levar em consideração quem respondeu os questionários e também conhecer os sentidos atribuídos as questões postas. Ademais, a realidade não é linear e nem homogênea, então as contradições fazem parte e por isso é possível entender que respostas se conflitam. Além disso, a identidade institucional não paira sobre as práticas docentes determinando-as. Mas ao contrário, as práticas docentes é que vão constituindo as identidades da instituição. São as tensões e campo de forças, portanto, que interessam na análise da dinâmica dos processos identitários porque estão se atualizando nas práticas e nas múltiplas tensões daí oriundas.

A formação pedagógica dos professores

Considerando que a instituição realiza uma jornada pedagógica a cada início de semestre, nas quais se discutem questões relacionadas ao planejamento do ensino, à avaliação, ao currículo dos cursos, assim como outros aspectos da identidade profissional docente, a pesquisa procurou saber junto aos professores, o índice de participação destes em eventos dessa natureza. Com as respostas ao questionário o estudo revela que 66,7% tiveram algum tipo de participação nos últimos 18 (dezoito) meses em eventos formativos visando o desenvolvimento profissional. 33,3% responderam que não haviam participado desse tipo de evento no período mencionado.

Procurou-se ainda conhecer o impacto desse tipo de evento no desenvolvimento profissional dos professores. Em resposta a essa pergunta, 13,6% demonstraram que as formações das quais participaram não tiveram nenhum impacto no seu desenvolvimento profissional; 27,6% identificaram que as formações das quais participaram tiveram um pequeno impacto; para 48,3% houve um impacto moderado, apenas para 10,3% as formações vivenciadas tiveram um grande impacto no desenvolvimento profissional destes.

Diante das alternativas assinaladas por esse grupo de professores, percebe-se que um dos desafios da instituição pesquisada é rever tanto o conteúdo quanto a metodologia dos eventos destinados a promover a formação continuada. Para que assim produza impactos significativos no desenvolvimento profissional dos professores. Isso passa pela produção de

diagnósticos sobre as reais necessidades formativas dos professores, assim como promover momentos de formação com mais frequência que possam se desenvolver naturalmente no cotidiano inventivo dos professores.

Quanto à participação dos professores em encontros, seminários sobre educação com apresentação e debates sobre os resultados de pesquisas, 68,3% responderam sim; 31,7% não. Observa-se que o quantitativo de professores que afirma participar, não teve uma variação significativa, o mesmo se verifica em relação aos que não participaram.

Em relação a impacto desses momentos verificou-se que para 27,6% esses momentos representaram um grande impacto; para 48,3% o impacto foi considerado moderado; para 20,7% o impacto foi definido como pequeno; para 3,4% não houve nenhum impacto.

Essas respostas fornecem indicativos de que é importante a instituição investir na promoção de seminários nos quais possibilitem o desenvolvimento de discussão sobre pesquisas. Isso tanto do ponto de vista da discussão sobre a realização de pesquisa pelos professores, como abrir diálogo com pesquisadores de outras universidades sobre as questões pedagógicas, nesse sentido, cabe também o estímulo à pesquisa nessa área, assim como, o estímulo de seus professores a manter intercâmbio com outras universidades para tratar desse assunto.

Ao perguntar aos professores se estes participaram de cursos nos últimos 18 (dezoito) meses de programas ou cursos de qualificação profissional que oferecem certificados e diplomas, 46,3% responderam sim, destes, 70% consideram que o momento de formação vivenciado produziu um grande impacto em seu desenvolvimento profissional como docente. Para 15% produziu um impacto moderado; para 10% produziu um pequeno impacto, e para 5% não produziu nenhum impacto.

Isso fornece elementos que faz pensar que desenvolver cursos de maior duração, com certa densidade teórica e prática produzirá um efeito mais significativo nas políticas de formação contínua dos professores, outro aspecto a considerar é o estímulo para que os professores se envolvam nesse tipo de formação, desenvolvendo linhas de pesquisa e estudos no qual se possa debater a questão da formação pedagógica dos professores.

Quando questionados sobre a participação em visitas de observação a outras IES 45,2% dos professores afirmam já terem participado de visitas a outras instituições. Sobre o impacto

dessas visitas; 33,3% consideram que estas produziram um grande impacto em seu desenvolvimento profissional; 42,8% consideram que produziram um impacto moderado; para 9,5% produziram um pequeno impacto; para 14,3% não produziram nenhum impacto.

Esse resultado sugere afirmar que a instituição deve investir na formação de rede de parceria com instituições regionais, nacional e internacional no sentido de fortalecer intercâmbios e promover a visita de seus professores a outras instituições, assim como receber professores de outras instituições que possam compartilhar suas experiências, no campo educacional, seja através de visitas, sejam através de cursos, organização de seminários, encontros, simpósios para troca de experiências inovadoras no ensino nas áreas de atuação desta instituição.

Quanto à participação em uma rede de professores (network) formada especificamente para o desenvolvimento profissional dos professores, nos últimos 18 (dezoito) meses, apenas 31,7% dos que responderam o questionário afirmaram ter participado, 68,3% não participaram, é possível concluir que aproximadamente um terço dos professores respondentes tem procurado interagir no sentido de articulação em uma rede de parcerias. Para 38,5% essas atividades tiveram um grande impacto no desenvolvimento profissional, para 30,7% foi um impacto moderado, 23% representou um pequeno impacto. Isso significa que o estímulo à formação de redes de pesquisadores pode ser um investimento interessante.

Quanto ao desenvolvimento de pesquisas individual ou em grupo nos últimos 18 meses, sobre seu interesse profissional, 66,7% responderam sim, enquanto 33,3%, responderam não. Para 42,8% participar do desenvolvimento de uma pesquisa produziu um grande impacto, para 46,4% produziu um impacto moderado, 7,14% produziu um pequeno impacto.

Quanto a orientação e/ou observação feita por um colega e supervisão, organizadas formalmente pela IES. Apenas 19,5% tiveram esse tipo de experiência nos últimos dois anos. Entre estes, 62,5% consideram que essa experiência teve um grande impacto, 37,5 a experiência de ser orientado por um colega teve um impacto moderado. Observa-se que há uma prática individualizada de pesquisa. Isso pode estar relacionada a ausência de grupo formais e informais de pesquisa na instituição.

Aspectos da mediação pedagógica

A mediação pedagógica ora apresentada nada mais é que a atuação do pedagogo institucional que atua na assessoria pedagógica. No caso da instituição em questão, a autarquia conta com a atuação de duas pedagogas no setor. Essas atuam diariamente na autarquia, entre outras ações, acompanhando as atividades acadêmicas no que tange ao atendimento docente e discente, bem como na construção e revisão dos projetos institucionais e em parceria com a diretoria acadêmica.

No período observado, a atuação conjunta do setor pedagógico e diretoria acadêmica operou em diversas instâncias, dentre elas reelaboração dos PPC's, realização das semanas pedagógicas e as mediações pedagógicas entre docentes e discentes dos cursos ofertados, sendo todos eles em nível de bacharelado em ciências aplicadas e sociais. Nesse período as semanas pedagógicas realizadas aconteceram (ao longo de quatro semestres) no sentido de discutir as seguintes temáticas:

- O fazer pedagógico do Ensino Superior numa perspectiva política, cidadã e transformadora;
- O ser professor universitário e a avaliação do estudante;
- As demandas contemporâneas da Educação Superior e as interfaces do fazer pedagógico;
- Novos Cenários da Educação Superior e a Docência Universitária.

A partir dessa última temática a instituição se propôs a realizar uma oficina com os docentes, elencando “A identidade docente e prática Pedagógica” como tema norteador. Na realização da oficina os docentes puderam expor uma visão geral, em uma palavra, sobre a principal característica das identidades docentes. Nesses termos, as seguintes características elencadas pelas professoras e professores presentes foram: Mediador, Formador, Profissional, Político, Ator, Facilitador, Maestro, Colaborador, Persistência, Insistente, Projeto, Amor, Dedicação, Respeito, Compromisso, Alegria, Educadora, Construtora do Conhecimento, Mediadora, Incentivadora, Entusiasta, Disciplinado, Zelo, Motivadora, Comprometida, Organizada, Estudo/Aprendizado, Despertar, Dedicação, Provocar, Realização, Responsabilidade e Sensibilidade, Aprendizagem. De acordo com a metodologia utilizada na presente pesquisa, foi realizada a técnica da observação participante; a escrita das palavras ora apresentadas deu-se no diário de campo utilizado como instrumento de coleta de dados.

Durante essa oficina as professoras e professores presentes, que destacaram tais palavras também expuseram brevemente suas memórias sobre como chegaram à carreira docente, quais percursos trilharam e as influências externas que sofreram na família/sociedade para a escolha da atuação. Na observação em campo revelou-se que a instituição ainda possui um grande trabalho pela frente para conquistar seus docentes a participarem das atividades promovidas pela assessoria pedagógica, tendo em vista que, em geral, o número de participantes nas semanas pedagógicas não ultrapassa 30% dos 118 professores do corpo docente da autarquia.

Foi a partir da oficina realizada na referida semana pedagógica que surgiu a parceria interinstitucional para a realização do projeto “MEMÓRIA, REPRESENTAÇÕES E INVENÇÃO COTIDIANA DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR”, que tem realizado reuniões com um grupo reflexivo e se encontra semanalmente na autarquia para estudar, discutir, refletir e propor novas abordagens no escopo do projeto, bem como das formas como os dados obtidos serão apresentados aos docentes da instituição.

A obtenção desses dados, posteriores à semana pedagógica tem sido realizada via questionário elaborado pelo grupo reflexivo. Tal instrumento possui 58 questões, que perguntam diretamente sobre o perfil docente entre outras questões do tipo escala de *likert*, visando elucidar os principais fatores que influenciaram a escolha profissional, impacto de tipos de formação na vida profissional e necessidade de desenvolvimento profissional. Os dados ora apresentados, no entanto, discorrem sobre alguns recortes do todo da pesquisa.

Do total de docentes que compõem a instituição e, que receberam o questionário para responder, apenas 30% devolveu o questionário com as respostas, 5% devolveu o questionário sem respostas e 65% ainda não respondeu. Tal número confirma a quantidade de participantes das semanas pedagógicas e reafirma a necessidade de um trabalho interventivo do setor em conjunto com a diretoria acadêmica. Esta última tem de fato compreendido tal necessidade, corroborando com o que afirmam Sanches & Soares (2014, p. 78) quando assinalam que:

Muitos dos dirigentes das instituições superiores já compreendem a necessidade de incentivar a capacitação dos seus profissionais, tanto no sentido da aquisição de novas habilidades como o aperfeiçoamento

didático do seu corpo docente. Isso ocorre devido à necessidade constante de inovar e ampliar os conhecimentos didático-pedagógicos.

A partir das observações e estudo do caso da autarquia, é possível compreender facilmente que a afirmação das autoras se coaduna com a prática da diretora acadêmica da instituição que, apesar de ter uma formação em curso de Engenharia, tem atuado positivamente nesse incentivo à capacitação e ampliação dos conhecimentos didático-pedagógicos do corpo docente. Tanto é que a propositura da oficina que deu espaço a todo o projeto emergiu das indagações da própria diretoria e, segundo Demo (2007) isso se deve ao fato de que ao passar por um programa de pós-graduação *stricto sensu*, boa parte dos professores tende a exercer outra prática e a possuir um olhar outro e “não dão mais a ‘mesma aula’, de estilo tão instrucionista e reprodutivo” (DEMO, 2007, p. 3). Esse é elemento fácil de ser comprovado, tendo em vista que recentemente a atual diretora acadêmica concluiu o curso de doutorado educação e ciências.

É importante salientar, no entanto que esse não é o caso de todos os professores formados a nível *stricto sensu*, não só em nível da instituição, mas em nível geral. No caso da instituição em questão, foi possível perceber em um dos relatórios da pedagoga a afirmação de um aluno que, insatisfeito com a prática de um dos docentes, afirmou que “possuir doutorado não é sinônimo de dar aula de qualidade”. Nesse caso, o trabalho da mediação da assessoria pedagógica precisa ser no sentido de orientar os docentes a utilizar os conhecimentos adquiridos ao longo de sua formação como base para a melhoria da qualidade do seu ensino, ao considerar que:

Não podemos forçar tais dados porque, além de se referirem a um único ponto no tempo, não podem garantir que pós-graduação seja remédio infalível. Pode-se fazer pós-graduação instrucionista facilmente. Títulos não garantem a competência. O que garante é a aprendizagem adequada. Pode-se aprender também de semanas pedagógicas, dependendo, sobretudo, do professor que a faz. Afinal, há alunos que aprendem bem apesar do professor! (DEMO, 2007, p. 4).

Daí que corroboramos com Demo ao afirmar que o professor do Brasil precisa estudar, pois por todos os contextos aqui apresentados, vemos que inúmeros são os desafios para se chegar a uma prática crítica, reflexiva, contextualizada e emancipatória, respaldada na perspectiva de Demo que propõe como sendo uma prática de estudos sistemática elaborando uma densa crítica sobre a conjuntura educacional. Por certo, corroboramos ainda com Severino (2003, p. 73) quando afirma que as identidades docentes passam pela significação de “uma prática social de intervenção mais abrangente, alcançando outros espaços da vida e da sociedade” e com Zeichner (2003, p. 47) que afirma a construção das identidades docentes a partir de um esforço reflexivo que “tanto deve estimular o desenvolvimento genuíno do educador quanto apoiar a realização de mais equidade e justiça social na educação e na sociedade”.

É nesse processo constitutivo das identidades docentes que atua com seu discente não só numa perspectiva localista de sala de aula, mas que contribui para a transformação social, que se pensa a mediação pedagógica desenvolvida na autarquia, no entanto, esse trabalho requer esforço da assessoria pedagógica em promover momentos reflexivos sobre as identidades docentes e um acompanhamento contínuo e consistente. Nesse ponto, a pesquisa buscou avaliar a compreensão dos professores sobre o ingresso e a permanência na carreira docente analisando o quanto algumas categorias elencadas foram decisivas para a escolha da carreira a saber: Vocação. Status social da profissão. Compromisso Social. Falta de outra opção profissional. Possibilidade de uma remuneração extra. Influência de outra/as pessoa/as. Por representar um emprego estável.

Dentre as opções apresentadas nessa questão, as categorias que mais receberam grau de importância na opção pela carreira docente foram a Vocação e o Compromisso Social. As categorias eleitas como tendo importância média, segundo as respostas obtidas, foram Status social da profissão e a Representação de estabilidade. Já a falta de outra opção profissional, a possibilidade de uma remuneração extra e a influência de outra/as pessoa/as foram as categorias eleitas como de pouca ou nenhuma importância para a escolha da carreira docente. Esse pode ser um indicativo tácito de confirmação de que as palavras elencadas pelos docentes na oficina semana pedagógica revelam, de fato, suas percepções sobre suas identidades docentes e como essa se revela no seu cotidiano acadêmico, como condutor da prática, e não da escolha do ser docente, na categoria Compromisso Social estariam associadas as palavras Político, Responsabilidade e Sensibilidade, Aprendizagem, Educadora, Compromisso, Provocar, Despertar.

É sob esse viés que se pensa a construção das identidades docentes como um processo e não um produto. No caso dos docentes da autarquia em questão, as identidades estão preponderantemente associadas à vocação e ao compromisso social que cada docente identifica em seu perfil para o exercício da carreira. Destarte há que se perceber o papel importante que possui a assessoria pedagógica da instituição de modo que venha a agir para provocar o reconhecimento dessas identidades, bem como da sua constante (re)construção.

Por que, então, a intervenção da pedagogia como mediadora da construção dessas identidades? Porque a compreensão do que é vocação ou compromisso social é de suma importância para que os docentes possam atuar em face de uma sociedade que passa por transformações e é nessa onde se inserem docentes e discentes. Ao compreender o seu trabalho como vocação, o docente pode afastar-se da prática que deve ser norteadora principal do seu trabalho, que é o compromisso social, nesse caso os recursos, a metodologia, a tendência pedagógica abordada ou, até mesmo sua relação com o discente pode estar embebidos de uma visão respaldada por algo que naturalmente não existe segundo Bourdieu (1999, p. 27). Para tanto, a intervenção da assessoria pedagógica deve agir no sentido de mediar tais compreensões, visando contribuir com a construção de uma reflexão teórico prática sobre o saber e o fazer docente.

Para ele, a vocação não está presente na genética, mas é fruto da cultura, em sua condição de estrutura estruturante das relações sociais, segundo o qual “a vocação efetiva inclui, enquanto disposição adquirida dentro de certas circunstâncias sociais, a referência às suas condições (sociais) de realização de modo que tende a ajustar-se às potencialidades objetivas” (BOURDIEU, 1999, p. 89).

Se, portanto, os docentes (re)constroem e refletem sobre suas identidades baseados na concepção de que atuam com um compromisso social, que é o viés abordado pela pedagogia histórico-crítica, podem atuar de maneira muito mais politizada, conscientizadora e, principalmente, transformadora. Não que o docente que percebe a vocação como orientadora principal de sua carreira seja incapaz disso, mas a relevância com que vai perceber o seu compromisso social como orientador da prática é que irá conduzir à compreensão de um trabalho que, mesmo sabendo não ser possível apenas pela prática docente resolver os problemas sociais e, “pode ser que eles não consigam alterar certos aspectos da situação presente, mas pelo menos terão consciência do que está acontecendo” (ZEICHNER, 2003, p.

47), possam desenvolver um trabalho que potencialize a desconstrução de estruturas estruturantes socialmente injustas e desiguais.

O corpo docente segundo a ótica dos estudantes da FACAPE

A CPA procurou obter uma visão geral e específica a respeito de como os estudantes avaliam a postura e o desempenho dos professores em suas atividades docentes, a avaliação foi baseada em princípios metodológicos quantitativos. Para tanto, esta Comissão utilizou o sistema desenvolvido pelo Núcleo de Tecnologia de Informação - NTI, que consiste na elaboração de questões relacionadas ao trabalho docente e postadas no SIFAC para serem respondidas pelos estudantes.

As questões foram elaboradas por membros da CPA e do Setor Pedagógico da FACAPE, submetidas à apreciação do conjunto dos professores desta instituição, após as críticas e sugestões de uma parcela reduzida dos docentes, a CPA postou no sistema - por um período de dez dias para serem respondidas pelos estudantes – um questionário com as seguintes questões:

a) Aspectos Administrativos

- 1- Pontualidade - chega no horário e respeita o horário de término das aulas?
- 2- Assiduidade- não falta às aulas e em caso de falta faz reposição?
- 3- Registra regularmente no SIFAC, o conteúdo das aulas ministradas, notas e frequência?

b) Aspectos Pedagógicos

- 1- Apresenta no início do semestre o programa da disciplina (ementa, objetivos, conteúdos, metodologia, avaliação, bibliografias, etc)?
- 2- Utiliza linguagem clara e acessível ao explicar os conteúdos?
- 3- Orienta com clareza os trabalhos e as atividades designadas?
- 4- Estabelece uma relação de respeito mútuo e atenção com os alunos?
- 5- Demonstra possuir domínio dos conteúdos trabalhados?
- 6- Estabelece relação entre conteúdos de sua disciplina e os conteúdos das demais disciplinas relacionadas ao exercício da profissão?
- 7- Mantém equivalência entre a aula ministrada e o nível de exigência nas avaliações?
- 8- Cumpre o prazo regimental para devolução das atividades avaliativas?
- 9- Analisa e comenta os resultados das avaliações com os alunos?

A dinâmica de consulta adotada pela CPA sugeriu aos estudantes que acessassem o sistema e procedessem à avaliação, emitindo suas opiniões em relação ao trabalho docente em sala de aula, sem necessidade de se identificarem. A opção pelo anonimato teve como justificativa ser uma forma estimular os estudantes a avaliar sem receio de supostas perseguições por parte dos professores, embora se reconhecesse que esse procedimento poderia dar margem a atitudes irresponsáveis por parte de quem avalia compreendendo a avaliação como meio de vingar-se do avaliado.

No processo de avaliação observou-se que cerca de 1700 (mil e setecentos) estudantes acessaram o sistema para proceder à avaliação no tocante aos aspectos administrativos, já no aspecto pedagógico esse quantitativo diminuiu para algo em torno 1300 (mil e trezentos). Isso sugere afirmar que parte dos estudantes desta instituição não se sente a vontade ou não demonstra interesse em avaliar as questões pedagógicas implicadas no processo de ensino-aprendizagem, preferindo emitir a opinião somente sobre as questões administrativas de caráter objetivo.

Em relação ao quantitativo de estudantes que participaram avaliando os seus professores, a CPA considera uma amostra bastante representativa do universo dos estudantes da FACAPE, correspondendo a aproximadamente 56,6% do total, o que expressa em termos quantitativos, confiabilidade dos resultados.

Quanto aos resultados obtidos com a consulta, a CPA apurou que, de modo geral, na concepção dos estudantes desta instituição, o trabalho docente é considerado satisfatório, uma vez que o índice médio daqueles que consideram a atuação dos professores em sala de aula boa ou regular é de 87%. Os que classificam a atuação como ruim é apenas 9%, os que não responderam representam 4%.

o tocante aos aspectos administrativos é observado que as opiniões referentes à pontualidade e assiduidade não sofre significativas variações em relação à média geral, uma vez que os índices de bom e regular se mantêm praticamente os mesmos, variando apenas um ponto em relação à pontualidade e dois pontos no tocante à assiduidade. No que diz respeito aos que considera ruim, o índice da pontualidade se mantém igual, ou seja, 9% (nove), variando um ponto para a assiduidade, assim como entre aqueles que não responderam. A variação mais significativa nos três itens avaliados aqui é quanto ao registro das atividades no SIFAC, este alcança o índice médio de 80% de bom e regular na opinião dos estudantes. É importante ressaltar ainda que esta variação para baixo é decorrente do aumento significativo daqueles que dizem não saber responder ou não se aplica.

É importante destacar que os dados quantitativos acima expostos apresentam certa contradição com as observações assistemáticas realizadas, através da qual se capta o sentimento de parte dos estudantes, gestores, coordenadores e de parte dos professores, em relação a problemas com a pontualidade, assiduidade e registro das informações no SIFAC. Para aprofundamento da análise sobre estas questões, a CPA sugere para as próximas avaliações uma bricolagem no método de levantamento das informações, o que possibilita uma triangulação dos procedimentos para o levantamento e análise das informações. Desse modo, será possível apresentar os resultados das avaliações com base em métodos quantitativo e qualitativo.

Em relação aos aspectos pedagógicos, observa-se que o percentual dos estudantes que consideram o desempenho dos professores satisfatório se mantém num patamar acima de 80%, classificando-os como bom ou regular. Quando são somados os percentuais equivalentes aos conceitos bom e regular, não se observa variações significativas nos nove itens sugeridos para avaliação, no entanto, ao se analisar somente o percentual relacionado ao conceito bom verifica-se algumas variações entre os itens que compõe os aspectos pedagógicos.

Os itens que apresentam os mais altos índices dos que consideram o conceito bom dizem respeito à apresentação do programa e plano de trabalho com a disciplina no início do semestre; estabelecimento de uma relação de respeito mútuo e atenção com os alunos; domínio dos conteúdos trabalhados; cumprimento do prazo regimental para devolução das atividades avaliativas. Nestes itens o percentual de bom variou entre 70% e 76%, sendo o mais baixo o que diz respeito ao prazo para devolução das atividades de avaliação; e o mais alto correspondente ao respeito mútuo na relação dos professores com os estudantes. Nos demais itens o percentual de bom variou entre 66% e 69%, sendo o mais baixo correspondente ao uso de linguagem clara e acessível ao explicar os conteúdos, e o mais alto nesta escala relacionado à orientação com clareza aos trabalhos e as atividades designadas.

Tal qual ocorre em relação aos aspectos administrativos nos aspectos pedagógicos também se observam contradições entre o que nos mostra os dados quantitativos obtidos pela avaliação através do sistema de informação e as observações assistemáticas realizadas no cotidiano desta instituição. Diante disso a CPA sugere para investigação do aspecto pedagógico os mesmos procedimentos indicados acima para coleta e análise das informações obtidas no processo de avaliação institucional.

Vale enfatizar na análise dos aspectos pedagógicos acima avaliados, que os itens cujo percentual de bom se mostrou mais baixo se relacionam à avaliação da aprendizagem em sala de aula e ao inter-relacionamento dos conteúdos da disciplina ministrada pelo professor com as demais disciplinas do curso. Esse fato sugere que a instituição precisa continuar investindo na formação pedagógica continuada do corpo docente, principalmente, no tocante aos saberes construído sobre a avaliação e às

concepções multi-inter-transdisciplinar como modos de apreensão, apropriação e produção dos conhecimentos necessários ao desenvolvimento intelectual, profissional e humano dos estudantes que ingressam na FACAPE, e fazem desta um lócus importante da sua formação.

No segundo ciclo de avaliação que correspondeu ao período de 2015 a 2018, percebe uma ligeira melhora na percepção dos estudantes em relação aos seus professores. Nessa oportunidade de avaliação, a CPA elaborou um questionário dessa vez modificando as perguntas e oferecendo uma alternativa para os estudantes analisarem as questões por outra perspectiva. Portanto, não se perguntou mais sobre se o aluno avaliava como bom, regular e ruim.

A perguntas passaram a ter o seguinte formato

Para pontualidade perguntou-se

1. Pontualidade

É pontual

Eventualmente se atrasa e/ou libera a turma antes do horário previsto para o termino das aulas

Frequentemente se atrasa e /ou libera a turma antes do horário previsto para o termino das aulas

1. Assiduidade

Não falta às aulas e em caso de falta faz reposição

Frequentemente falta às aulas

Eventualmente falta às aulas

2. Registro da Atividades no SIFAC

Registra eventualmente as atividades no SIFAC

Registra frequentemente as atividades no SIFAC

Não registra as atividades no SIFAC

3. Apresentação do plano da disciplina

Apresenta e discute a programação da disciplina.

Apresenta os objetivos da disciplina, mas não promove discussões sobre os mesmos.

Não deixa claros os objetivos da programação da disciplina.

4. Desenvolvimento do conteúdo

Desenvolve o conteúdo da disciplina apresentando diversas posições teóricas, de forma crítica.
 Desenvolve o conteúdo da disciplina apresentando diversas posições teóricas, mas não de forma crítica.
 Não apresenta diversas posições teóricas no desenvolvimento do conteúdo da disciplina.

5. Interação de conhecimentos

As vezes relaciona a sua disciplina com outras do currículo do curso
 Atém-se a especificidade da sua disciplina
 Sempre relaciona a sua disciplina com outras do currículo do curso

6. Metodologia de ensino

Sempre utiliza metodologia que motiva para a aprendizagem
 Utiliza metodologia que não motiva para a aprendizagem
 Às vezes utiliza metodologia que motiva para a aprendizagem

7. Clareza na comunicação

Comunica-se de forma clara facilitando a compreensão
 Comunica-se de forma pouco clara, dificultando o entendimento
 Utiliza-se de recursos diversos para superar sua dificuldade de comunicação

8. Comprometimento com a aprendizagem

Preocupa-se com a aprendizagem de alguns alunos
 Procura garantir a aprendizagem de todos os alunos
 Não demonstra se preocupar se os alunos estão aprendendo

9. Critérios de avaliação

Discute os critérios depois das avaliações
 Discute previamente os critérios das avaliações
 Não discute os critérios das avaliações

10. Apresentação dos resultados da avaliação

Analisa os resultados das avaliações com alunos e orienta a superação de dificuldades
 Analisa os resultados das avaliações com os alunos, mas não orienta a superação de dificuldades
 Não analisa os resultados das avaliações

11. Participação dos alunos

Aceita participação dos alunos nas atividades programadas quando há iniciativa dos próprios alunos
 Incentiva a participação dos alunos nas atividades programadas
 Não incentiva a participação dos alunos nas atividades programadas

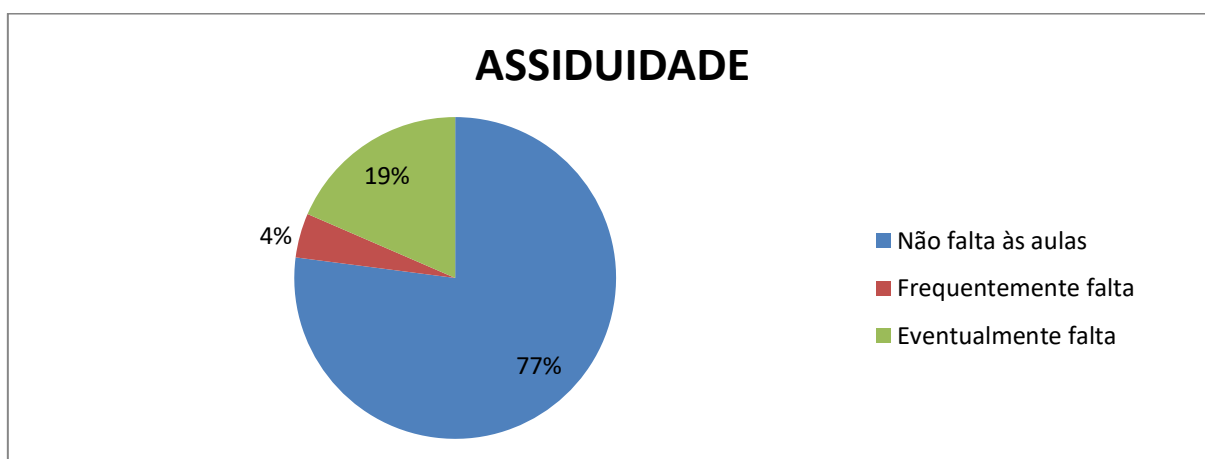
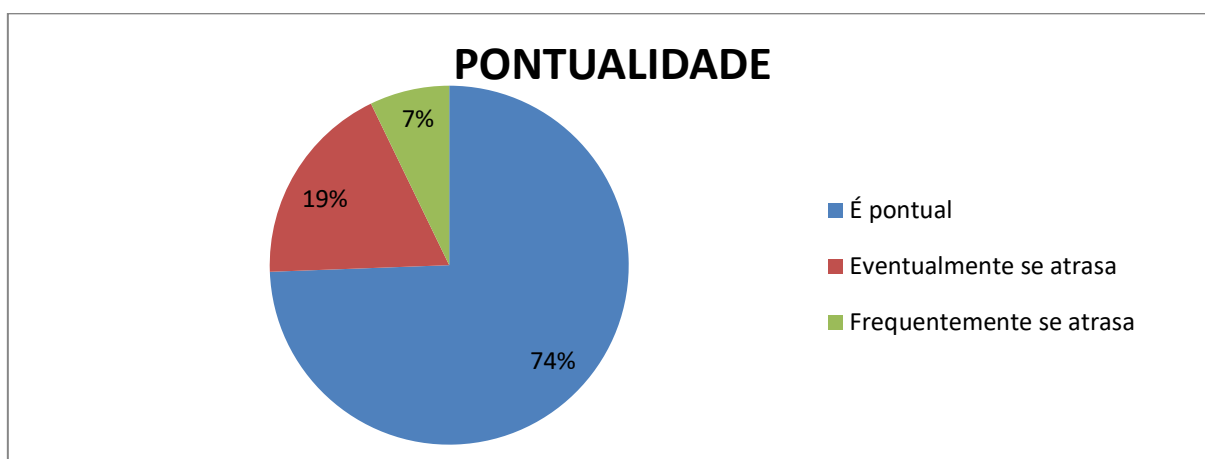
12. Bibliografia

Indica bibliografia mas não utiliza em suas aulas

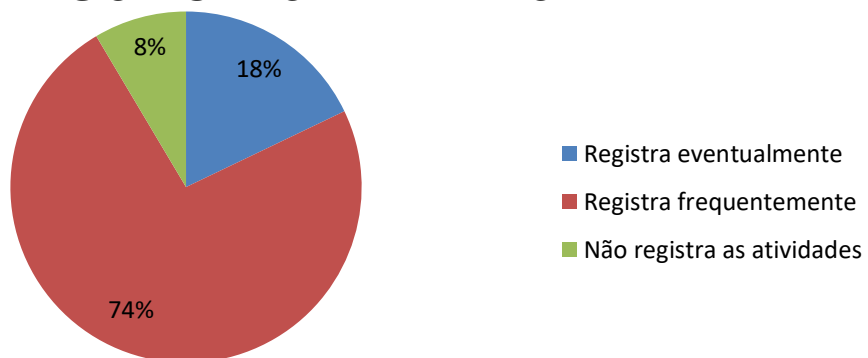
Indica e utiliza bibliografia em suas aulas

Não indica bibliografia em suas aulas

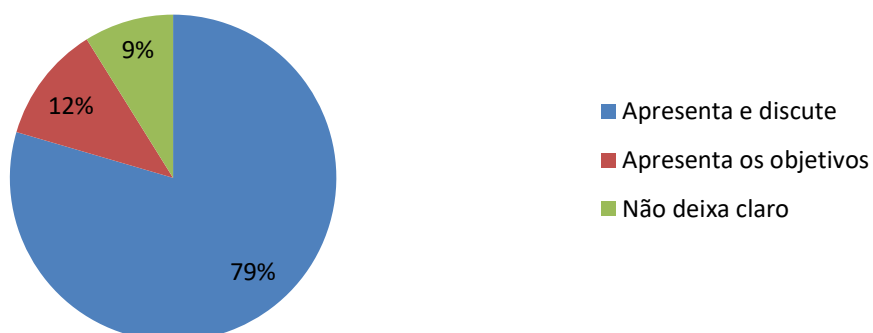
O questionário foi disponibilizado para coletar as respostas, nesse ciclo avaliativo 952 responderam ao questionário que permaneceu disponível no sistema por 30 (trinta) dias. O modo como os estudantes da FACAPE se posicionaram em relação aos professores pode ser visto na sequência de gráficos abaixo.



REGISTRO DAS ATIVIDADES



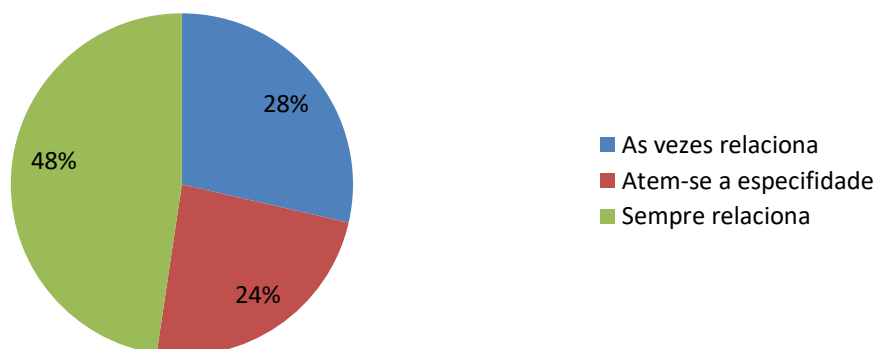
APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA



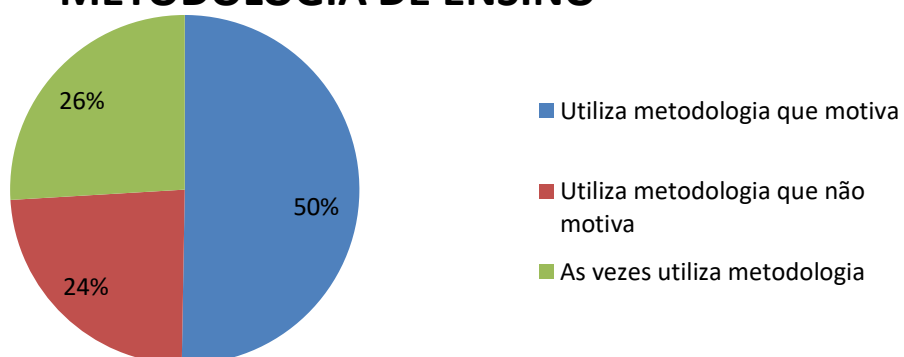
DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO



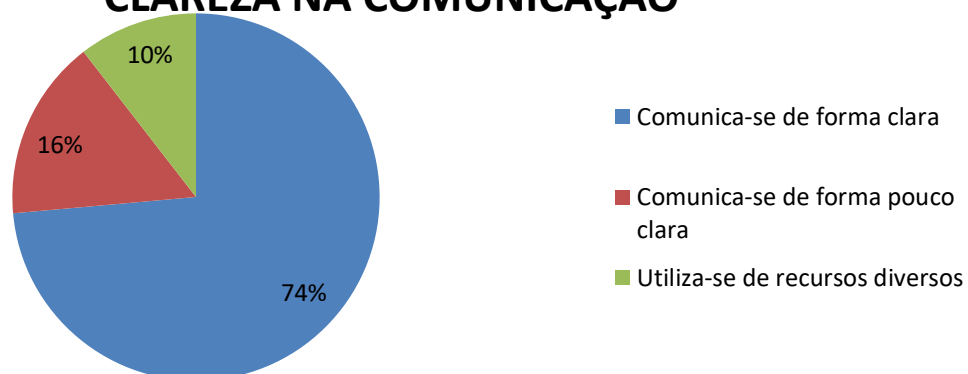
INTERAÇÃO DE CONHECIMENTO



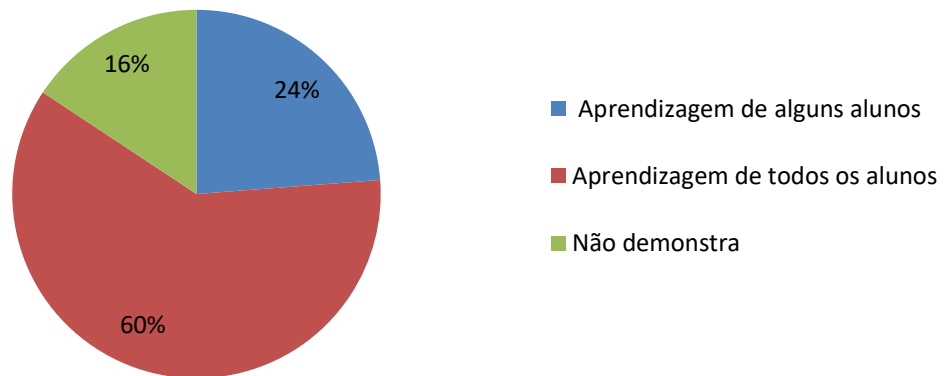
METODOLOGIA DE ENSINO



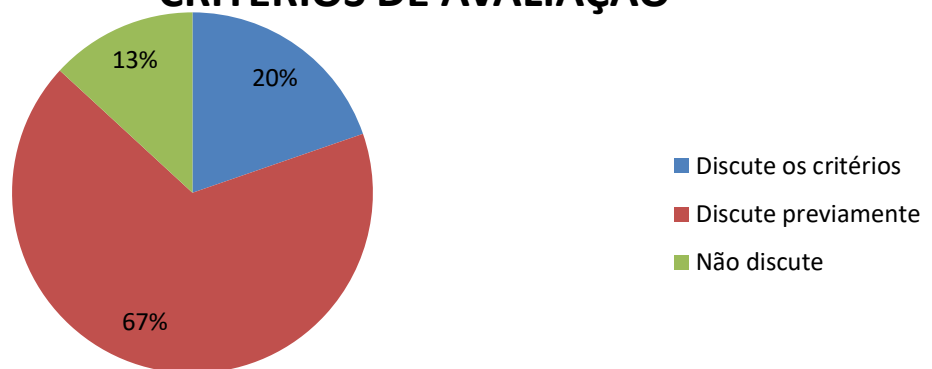
CLAREZA NA COMUNICAÇÃO



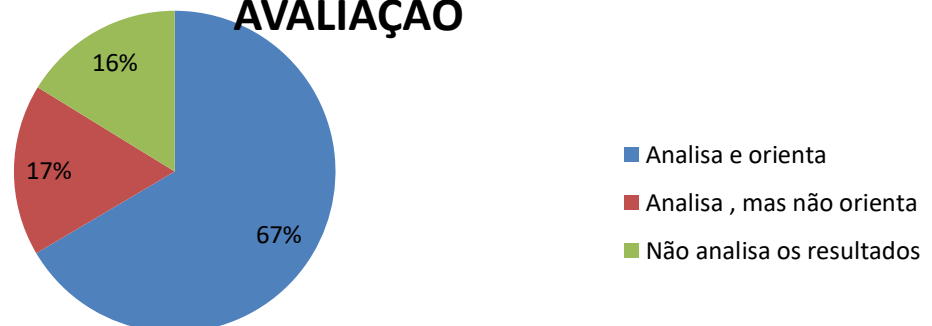
COMPROMETIMENTO COM A APRENDIZAGEM

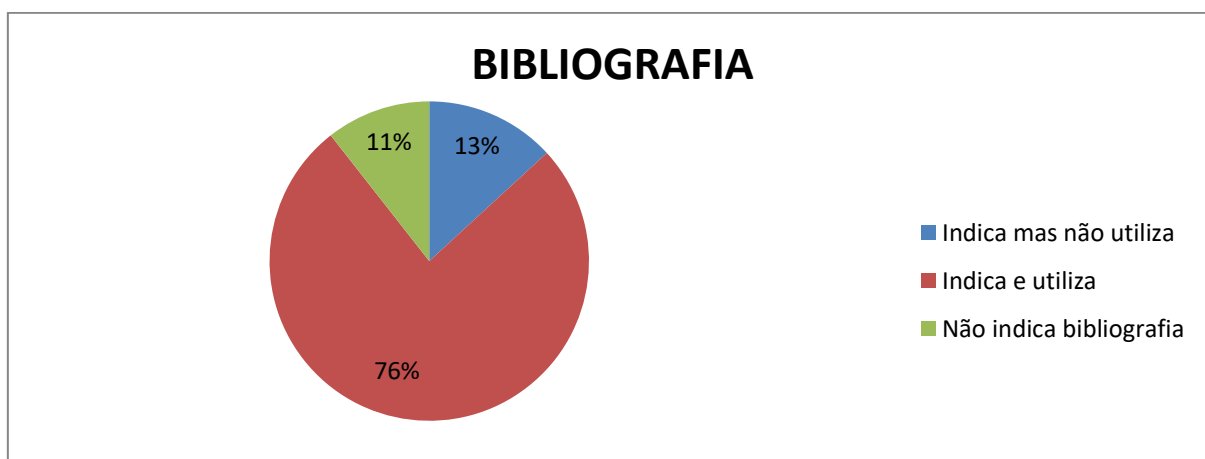


CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO



APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO





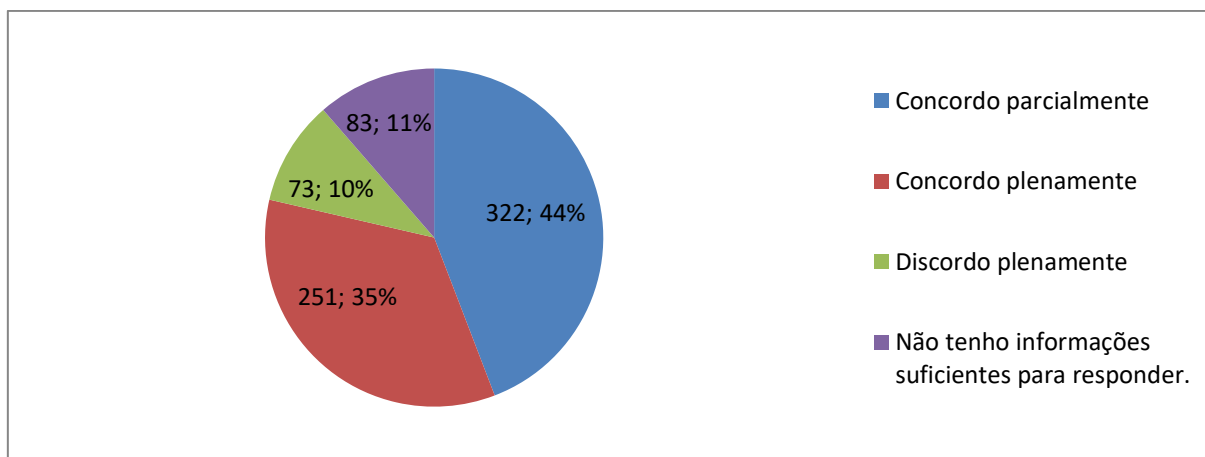
Durante o ciclo avaliativo 2018 – 2020, as atenções da CPA se concentraram também em avaliar a percepção dos estudantes em relação à instituição no tocante às dimensões de avaliação sugeridas pelo SINAES, no sentido de avaliar aspectos em relação à percepção em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI), às práticas pedagógicas, à estrutura curricular, às práticas institucionais, da FACAPE com relação estímulo a melhoria do ensino, o apoio ao estudante, à interdisciplinaridade, às inovações didático-pedagógica e o uso das novas tecnologias no ensino. As políticas e práticas institucionais de pesquisa da FACAPE em relação a contribuir com a formação de pesquisadores (inclusive iniciação científica). A articulação das atividades de ensino e pesquisa na formação acadêmica dos estudantes da FACAPE. A articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa, contemplando as necessidades e demandas do seu entorno social. Aos impactos da participação dos estudantes da FACAPE nas ações de extensão e intervenção social em suas formações.

As questões propostas em formato de um questionário eletrônico colocado no sistema de informação ao estudante traziam afirmações relacionadas aos procedimentos, ações e alcance daquilo que a instituição se propõe, e as respostas o estudante daria expressando o seu nível de concordância e/ou discordância com o que se afirmava.

A avaliação sobre a dimensão do ensino restou demonstrado o nível de concordância dos estudantes em relação às práticas pedagógicas desenvolvidas na FACAPE, considerando a relação entre a transmissão de informações e a utilização de processos participativos de construção do conhecimento. Procurar saber a opinião dos discentes a respeito desse aspecto é

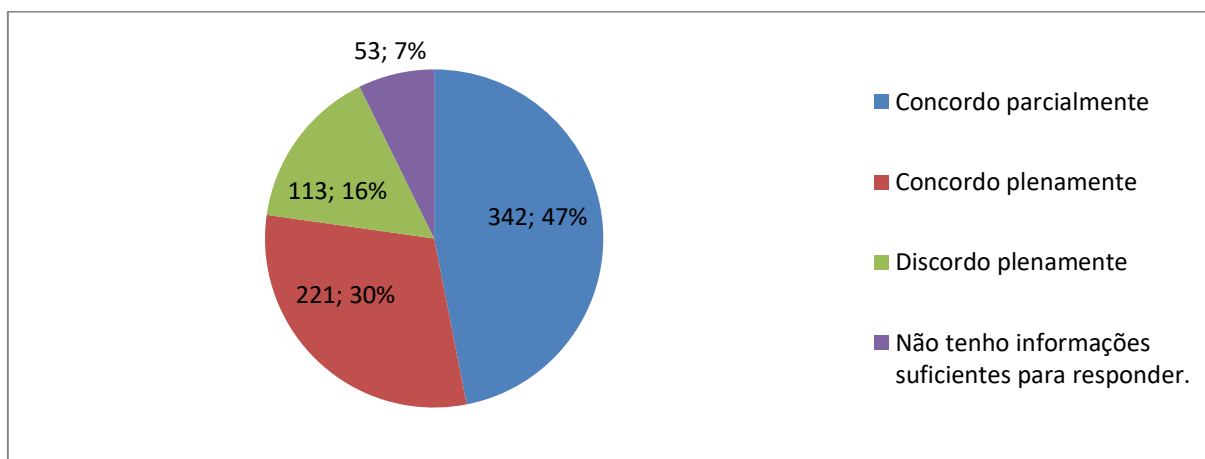
buscar conhecer, com base na compreensão dos estudantes, quais concepções se fazem presentes na prática vivenciadas em sala de aula nas situações de ensino-aprendizagem nos cursos da referida IES. No caso em tela sugere-se uma compreensão de que a instituição avaliada expressa uma pluralidade de concepções pedagógicas que se fazem presentes nas práticas de ensino aprendizagem, por meio das abordagens, métodos, técnicas e instrumentos que compõem o arcabouço dos procedimentos didáticos utilizados nas interações entre docentes e discentes em sala de aula em outros espaços como laboratórios, bibliotecas e demais espaços interativos onde ocorrem processos de aprendizagem.

Afirmou-se na questão que as práticas pedagógicas desenvolvidas na FACAPE consideram a relação entre a transmissão de informações e a utilização de processos participativos de construção do conhecimento. Sobre esta afirmação os alunos puderam demonstrar o seu grau de concordância ou discordância conforme o gráfico abaixo:



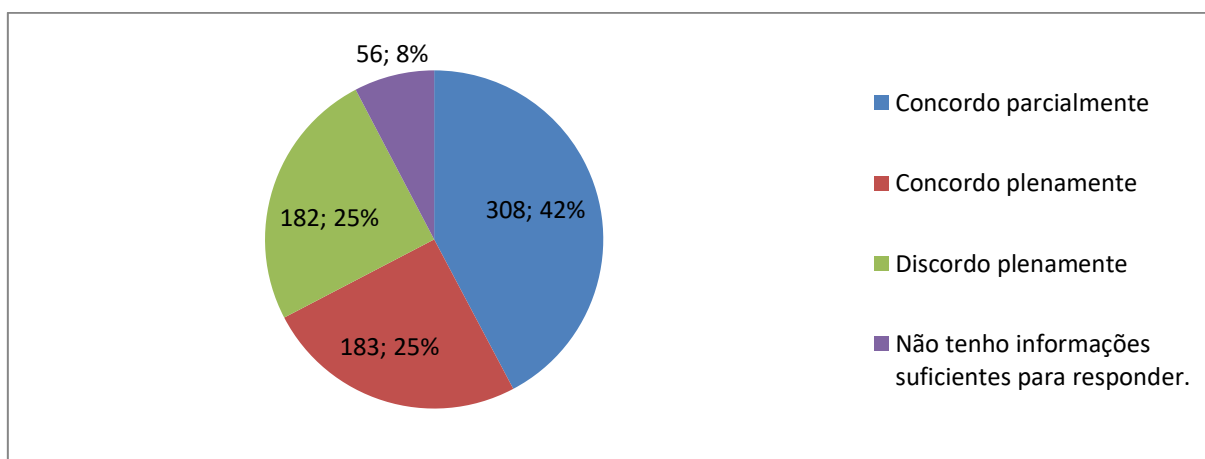
Entre os discentes que se posicionaram em relação a essa questão, 79% concordam que há a articulação entre transmissão e processos participativos de construção de conhecimento, sendo que 44% concordam plenamente, 35% concordam parcialmente, 10% discordam plenamente e 11% afirma não ter informações suficientes para responder. Esses resultados confirmam uma tendência observada em outros ciclos avaliativos anteriores que demonstram os processos de ensino-aprendizagem têm incorporado as concepções didáticas de caráter mais participativas dos sujeitos, tendo a aprendizagem como processo de construção de conhecimentos e não apenas como assimilação de informações repassada de modo aleatório e descontextualizadas.

Quanto à estrutura curricular dos cursos o formulário utilizado na avaliação propôs que os discentes se posicionassem em relação à seguinte afirmação: “a estrutura curricular (concepção e prática) do seu curso na FACAPE demonstra forte articulação entre os objetivos institucionais, as demandas (sociais, científicas, econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais do estudante”. Diante do posicionamento dos estudantes que responderam o formulário, se obteve os seguintes resultados expressos no gráfico seguinte, que ilustra o grau de concordância com a afirmação feita a respeito da estrutura curricular.



Ainda a respeito do ensino foi feita uma afirmação que visava perceber o grau de concordância do estudo em relação ao papel desempenhado pela instituição no sentido de promover melhorias no ensino por meio de estímulos como apoio ao estudante, apoio ao trabalho pedagógico interdisciplinar, às inovações e ao uso de novas tecnologias no ensino. Nesse propósito solicitou-se que os estudantes se posicionassem em relação à seguinte afirmação: “as práticas institucionais da FACAPE estimulam a melhoria do ensino, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino”.

Conforme demonstrado nas respostas ao formulário, 67% dos estudantes manifestam concordância com a afirmação proposta, entre estes, 42% concordam parcialmente, 25% concordam plenamente, 25% discorda plenamente, 8% justificam que não têm informações suficientes para responder. Observa-se que houve uma divisão simétrica entre aqueles que concordam plenamente e os que discordam plenamente, vale ressaltar ainda que a parte dos que concordam parcialmente é bastante significativa.



Nesse caso a CPA recomenda que as questões relacionadas às práticas institucionais demandem outros estudos e debates entre gestores, coordenadores, docentes e discentes, no sentido de aperfeiçoar as práticas institucionais, dando mais visibilidade aos aspectos que configuram inovações concepções pedagógicas e tecnológicas que auxiliem a aprendizagem enquanto construção de conhecimentos por docentes e discentes.

4.2.2 Ensino de Pós-graduação

No tocante à pós-graduação a CPA apurou que a atuação da FACAPE vem se expandindo com o oferecimento de cursos de especialização *Lato Sensu*, contribuindo desse modo para ampliar o repertório de conhecimentos profissionais no Vale do Submédio São Francisco. Com isto está IES visa consolidar seu papel social e comprometimento com a sustentabilidade do desenvolvimento tecnológico, científico e social promovido a partir desta microrregião.

Outra iniciativa importante no processo de consolidação da pós-graduação é a proposta de criação de um mestrado profissional submetida à análise da CAPES em 2002. O referido programa apresenta na sua área de concentração a preocupação com o desenvolvimento sustentável. Diante das condições que a FACAPE reuni, no momento, o curso não logrou sua aprovação pela CAPES, entretanto, o projeto será reapresentado novamente em 2013, após cumprir as recomendações contidas no parecer dos examinadores.

A instituição também oferece diversos cursos especialização nas áreas de concentração dos cursos de graduação.

4.2.3 A política de pesquisa na AEVSF/FACAPE

No campo da pesquisa a CPA identificou que esta prática ainda é incipiente e dispersa, desenvolvida por poucos professores, que tiveram seus projetos aprovados pelo Conselho Superior de Pesquisa e Extensão, entretanto, não se configura uma política assumida de fato pela instituição, com previsão de carga horária para esta finalidade regulamentada em seu marco legal regulatório. Assim, poucos são aqueles professores que se dedicam a pesquisar e a produzir conhecimentos que possam se constituir material didático ou científico para ser utilizado em sala de aula.

O distanciamento dos professores desta instituição em relação a uma política de pesquisa é percebido também pela pouca importância dada ao estreitamento de relações com as agências de fomento à pesquisa, apenas dois professores desenvolvem trabalhos financiados por estas. Outro fato que comprova tal distância é o alto índice de professores que ainda não tem o seu *currículo* cadastrado na Plataforma Lattes do CNPq.

Neste caso, a CPA sugere o estabelecimento de uma política institucional de estímulo ao desenvolvimento de pesquisas com regras claras e acessíveis, a todos os professores e estudantes interessados em desenvolver estudos que levem a produção de novos conhecimentos relacionados ao campo de atuação desta IES. Para tanto, deve ser incentivado a formação de grupos de estudo integrados por docentes e discentes da FACAPE, ou a integração destes em grupos de pesquisa consolidados, formados em universidades instaladas no Vale do São Francisco e/ou outras regiões.

É importante também estimular a publicação dos trabalhos produzidos a partir das experiências de pesquisa, das ações inovadoras na prática pedagógica e dos projetos de extensão desenvolvidos. Outras iniciativas relevantes para instituir uma cultura de pesquisa implica criar um programa de iniciação científica próprio da FACAPE, aproveitando o programa de bolsas já existentes; estimular e fomentar a participação dos professores e estudantes em eventos de natureza científica; organizar eventos de caráter científico para disseminar inovações e consolidar uma cultura de pesquisa no âmbito regional e assim contribuir para a produção de novas tecnologias aplicadas às mais diferentes áreas do conhecimento em dimensões nacional e planetário.

Nesse sentido é imprescindível a articulação e proposição de uma política de produção científica que inclua divulgação, publicação, relações interinstitucionais, convênios, cooperações e intercâmbios nacionais e internacionais e/ou parceria com os movimentos sociais, setores produtivos, agências governamentais e sistemas de ensino. A CPA constatou evidências de que começa a existir iniciativas com vistas à instituição de uma política voltada para a produção científica, com as iniciativas de atrair para instituição, profissionais com a formação em nível de mestrado e doutorado, através do incentivo à formação de seus quadros.

4.2.4 A política de Extensão na AEVSF/FACAPE

Em relação a atividades de extensão da FACAPE, a CPA verificou um estágio mais avançado, que a pesquisa, principalmente, no que diz respeito ao Curso de Direito que apresenta projetos de extensão relacionados à assistência jurídica da população mais carente, envolvendo os estudantes em diversos projetos.

Na área tecnológica no campo da informática verificou-se a existência de projetos que envolvem processos de inclusão digital de pessoas desprovida economicamente. O objetivo destes é levar a tecnologia digital para os moradores dos bairros periféricos, através de cursos de formação, bem como a doação de computadores recondicionados nas oficinas e laboratórios do curso de Ciências da Computação. Os aparelhos para recondicionamento são adquiridos junto a empresas e outras organizações, que colaboram com o projeto cedendo máquinas obsoletas, mas ainda atendem às necessidade de uma associações comunitárias.

A FACAPE tem atuado ainda no apoio institucional à Secretaria Municipal de Educação de Petrolina, apoiando o desenvolvimento dos projetos político-pedagógicos de escolas. Assim, tem produzido diagnósticos sobre a comunidade e a partir destes direcionado a ação formativa dos professores para incluir no currículo escolar as questões emergentes no cotidiano das comunidades na qual as escolas se situam.

A universidade aberta da terceira idade – UATI é também, uma iniciativa da política de extensão relevante para a população nesta faixa etária, constituindo-se uma oportunidade para socialização das experiências acumuladas ao longo da vida.

A política de extensão da AEVSF/FACAPE tem como marco regulatório mais visível o projeto político-pedagógico de cada curso oferecido por esta instituição, nos quais está previsto a inclusão de 5% da carga horária dos cursos destinados à extensão universitária conforme o projeto pedagógico dos cursos, aprovados pelo Conselho Estadual de Educação.

4.3. A responsabilidade social da AEVSF/FACAPE

A CPA considera que a AEVSF/ FACAPE vem trilhando um caminho no sentido de consolidar sua vocação como instituição pública que contribui para o desenvolvimento regional formando recursos humanos qualificados para atuar no mundo do trabalho, aperfeiçoar a noção de cidadania e construir a cultura de paz e solidariedade. Estas são intenções descritas em seu PDI e no PPP dos cursos, são também pronunciadas por seus gestores em diversas oportunidades em que discursam para o público. Entretanto, entre as intenções e a concretização de tal intento há um caminho razoável a percorrer.

Pois, não há intenção que se materialize se não houver o convencimento – de uma parcela significativa das pessoas que fazem esta instituição - quanto à importância deste propósito da diretoria e de seus colaboradores diretos diretos e indiretos (coordenadores de setor, coordenadores de colegiados e assessores).

Nesse sentido a CPA sugere um maior dinamismo na difusão dos propósitos da instituição para que um maior número de sujeitos deste processo adquira a característica de uma participação ativa na consecução das metas e objetivos estabelecidos nos documentos e instruções normativas desta IES.

No tocante à formação de profissionais a AEVSF/FACAPE, ao longo da história, no cenário regional, é responsável por formar a maior parte dos administradores de empresas, secretários/as executivos/as, contabilistas, economistas, turismólogos, bacharéis em comércio exterior, bacharéis em ciências da computação, bacharéis em direito, que atuam no contexto do Vale do Submédio São Francisco. Assim, a AEVSF/FACAPE se constitui significativa na difusão dos conhecimentos produzidos nestes campos disciplinares, colocando-os à disposição da população.

O acesso aos conhecimentos difundidos pela AEVSF/FACAPE tem se tornado cada vez mais acessível para uma significativa parcela da população regional, a qual ingressa na instituição através do programa de bolsas asseguradas a estudantes de escola pública. Esse programa cria a oportunidade para que ao menos 200 (duzentos) estudantes com menor poder aquisitivo ingresse na instituição todos os anos. Isso se constitui uma contribuição importante para o processo de desenvolvimento social e econômico dessa região, já que amplia o repertório de conhecimento de um índice cada vez mais elevado da população das classes menos favorecida economicamente.

Além da difusão de conhecimento que se dá por via da formação de seus egressos, a AEVSF/FACAPE intervém no processo de desenvolvimento local, através de sua participação nos fóruns em que se discutem as questões que afetam a sociedade no aspecto social, econômico, educacional, cultural e ambiental. Para tanto, participa da organização de encontros, seminários e feiras, seja em suas dependências ou em outras instituições da região, nos quais se discute variados temas. Destas ações emergem as proposições políticas de organização da sociedade. Outra forma de participação da AEVSF/FACAPE em tais discussões e proposições é a participação de seus representantes nos conselhos representativos da sociedade, formalizados no âmbito do poder público municipal e estadual.

4.4 A comunicação com a sociedade

Quanto às estratégias de comunicação utilizada pela AEVSF/FACAPE é observado certo cuidado com a imagem pública da instituição, nesse sentido a instituição se comunica com a sociedade utilizando

diversos meios como o rádio, a TV, jornais impressos de circulação regional, sites e blogs jornalísticos, além de um site próprio desta IES. Para tanto, conta uma assessoria de comunicação dedicada a produzir e difundir as informações que dizem respeito às questões institucionais e sua relação com a sociedade.

No âmbito interno, a comunicação se dá por meio dos murais com cartazes afixados em locais visíveis, assim como por mala direta através do e-mail, para aperfeiçoar este recurso foi criado o e-mail institucional para facilitar a comunicação dos diversos membros desta comunidade acadêmica.

Através do sistema interno de comunicação via sistema, professores e estudantes podem desenvolver uma comunicação interativa, em que o professor tem acesso a informações sobre o endereço residencial, eletrônico e o telefone dos estudantes, o que possibilita uma comunicação célere e eficaz quando necessário. Do outro lado, através do sistema de informação o estudante pode acessar, antecipadamente, as informações sobre o plano de trabalho e os assuntos a ser ministrado pelo professor a cada dia de aula, isso possibilita ao estudante se apropriar dos estudos e assim produzir um ambiente de aprendizagem mais ativa e interativo.

4.5 As políticas de pessoal

A AEVSF/FACAPE instituiu o plano de carreira regulamentando a vida funcional dos corpos docente e técnico-administrativo, através da Lei Municipal N° 2492, de 21 de junho de 2012, a qual se constitui o “instrumento normativo que disciplina o ingresso e a permanência no quadro de Servidores da AEVSF/FACAPE”, estabelecendo os critérios de promoção e progressão na carreira, além de definir uma política de incentivo ao desenvolvimento pessoal e profissional para os servidores desta instituição.

Quanto à política de incentivo a qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida para os corpos docente e técnico-administrativo, AEVSF/FACAPE instituiu a Resolução AEVSF/FACAPE N° 04/2011, que estabelece regras para a concessão de apoio ao desenvolvimento e qualificação profissional dos servidores da instituição de modo geral. Assim, institucionalizou a oportunidade de ingresso aos servidores docentes e não docente em cursos de aperfeiçoamento profissional, em nível de graduação, pós-graduação e outros de curta duração, complementares à formação e desenvolvimento profissional.

Vale salientar que essa política se estende ainda aos familiares de servidores através do programa de bolsa de estudo nos cursos oferecidos na AEVSF/FACAPE, instituído pela Lei Municipal N° 1892 de 19 de dezembro de 2006, que estabelece a destinação de uma cota de 10% das vagas para funcionários

e/ou seus dependentes. Essa é uma forma de estimular o servidor e seus familiares na busca de uma melhor qualidade de vida.

4.6 Organização e gestão da instituição

A AEVSF/FACAPE se organiza de forma colegiada através de diversos dos órgãos deliberativos previstos em seu estatuto, tais como: Conselho Deliberativo Autárquico – CDA; Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão – CEPE; Conselho de Ética – CE; Colegiados de Curso; Núcleo Docente Estruturante - NDE de cada um dos cursos oferecidos na IES.

A forma de composição dos órgãos deliberativos e consultivos da instituição conta com representação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, conforme prever o estatuto e regulamento interno da AEVSF/FACAPE.

4.7 Infraestrutura física

A CPA verificou que a infra-estrutura física da AEVSF/FACAPE atende satisfatoriamente aos fins a que se propõe, previsto no PDI da instituição e no PPP dos cursos oferecidos por esta, uma vez que tem salas de aula suficientes e adequadas considerando a quantidade, dimensões, mobiliário, equipamentos, iluminação, limpeza, acústica, ventilação, segurança, conservação, possibilitando condições confortáveis para o desenvolvimento das práticas pedagógicas que nelas se realizam.

O campus universitário da FACAPE consta, em seu levantamento planimétrico, uma área de aproximadamente 4,47 hectares, correspondentes a 44.700 m², dos quais 22.312 m² construídos horizontalmente e 415 m² de construções verticais, perfazendo 22.727 m² de área construída, o que equivale a aproximadamente 49,92% em construções horizontais da área total da instituição. Da área construída total, aproximadamente 65% destina-se aos estacionamentos de alunos e professores, funcionários e visitantes, bem como suas ruas internas e canteiros de arborização, correspondentes a aproximadamente 14.720 m². Em sua área construída restante, aproximadamente 1.580 m² destina-se a passarelas e corredores descobertos, representando 6,95% das construções e, dos demais 6.428 m² de área construída, encontramos 2.770 m² (43,08%) destinados às 39 salas de aula; 570 m² (8,87%) destinados aos 11 laboratórios de práticas; 391 m² (6,08%) destinados a área de biblioteca; 137 m² (2,13%) destinados às salas de vídeo conferências; 446 m² (6,93%) destinados ao apoio pedagógico; 474 m² (7,38%) destinados ao apoio administrativo e 285 m² (4,43%)

destinados ao auditório e o restante 1.355 m² (21,08%) destinados a outras áreas como hall nobre, passarelas cobertas.

Biblioteca da AEVSF/FACAPE está ligada a rede mundial de computadores e o seu acervo tem as seguintes características:

Dados gerais (Número de livros, periódicos e áreas nas quais eles se concentram):

Tem-se por áreas do Conhecimento:

1. CIENCIAS EXATAS E DA TERRA – 617 Títulos e 2000 Exemplares;
2. CIENCIAS BIOLÓGICAS – 60 Títulos e 200 Exemplares;
3. ENGENHARIA E TECNOLOGIA - 614 Títulos e 1.700 Exemplares;
4. CIÊNCIAS DA SAÚDE - 250 Títulos e 1000 Exemplares;
5. CIÊNCIAS AGRÁRIAS – 200 Títulos e 1500 Exemplares;
6. CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS – 3.900 Títulos e 10.500 Exemplares;
7. CIÊNCIAS HUMANAS – 1.500 Títulos e 3000 Exemplares;
8. LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES- 1.500 Títulos e 3.500 Exemplares;

Totalizando 8.441 números de Títulos e 23.400 números de Exemplares.

Tem-se 20 Assinaturas de Revistas, 400 Publicações , 70 CDROM, e 40 Mapas e 400 Vídeos (VHS e DVD).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este processo avaliativo foi possível perceber os aspectos positivos e negativos da AEVSF/FACAPE, se constituindo um referencial para estabelecer objetivos e metas de caráter administrativo, político, acadêmico e científico visando melhorar a qualidade da formação que se faz neste ambiente acadêmico. Desse modo indica os caminhos para a tomada de decisão de curto, médio e longo prazo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOGDAN, Robert; **BIKLEN**, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação**: Uma introdução à teoria e aos métodos. Trad. Alvares, Maria João; Santos, Sara Bahia; Baptista, Telmo Mourinho, Porto Editora: Porto Codex, Portugal, 1994.

CREMA, Maria Celina as Silva. A Questão da Avaliação na Universidade: Subsídios e Parâmetros. **Avaliação Revista RAIES**, ano 1, n.2, dez/96, p. 49-52.

DIAS SOBRINHO, José; **BALSAN**, Newton César (orgs). **Avaliação Institucional**: teorias e experiências. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Universidade Pública e Processos de Privatização da Educação Superior: Papéis da avaliação institucional. **Avaliação - Revista RAIES**. Campinas, V.2, N. 4, dez. 1997, p.57-64.

_____. Avaliação Institucional: Integração e Ação Integradora. **Avaliação Revista RAIES**. Campinas, v.2, n. 2, jun. 1997, p. 19-29

_____, Avaliação: técnica e ética. **Avaliação Revista RAIES** , Campinas, SP vol. 6 - nº 3 (21), set 2001, 7-19.

DOURADO, Luíz Fernandes; **CATANI**, Afrânio Mendes (orgs). **Universidade Pública**: políticas e identidade institucional. Campinas, SP: Autores Associados; 1999.

GOERGEN, Pedro. A Avaliação Universitária na Perspectiva da Pós-modernidade. In: **DIAS SOBRINHO**, José; **RISTOFF**, Dilvo Ivo (orgs). Universidade Desconstruída: Avaliação Institucional e Resistência. Florianópolis: Insular, 2000, p. 15-35.

HOUSE, Ernest R. **Evaluación, ética Y poder**. 3.ed., MADRI: Ediciones Morata, S. L, 2000.

LEITE, Denise B. C. A Avaliação em Prática. **Avaliação - Revista RAIES**, Campinas, V.1, n. 1, Julho 1996, p. 33-41.

REQUENA, Antonio Trinidad. **La Evaluación de Instituciones Educativas**. El Análisis De La Facultad de Ciencias Políticas y Sociología De La Universidad de Granada. Granada: Universidade de Granada, 1995.

RISTOFF, Dilvo Ilvo. **Universidade em Foco**: Reflexões sobre a Educação Superior. Florianópolis: Insular, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice** - O social e o político na pós-modernidade .6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **A Crítica da Razão Indolente**: Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

TRINDADE, Héglio. (org.) et al. **Universidade em Ruínas**: na república dos professores. 2.ed., Petrópolis RJ: Vozes, 2000.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é Universidade**. 8. ed., São Paulo, SP: 1991.